



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 047

QUARTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1988

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 19ª SESSÃO, EM 10 DE MAIO DE 1988

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Requerimento

— Nº 45/88, de autoria do Senador Ney Maranhão e outros Senadores, solicitando, que em data a ser oportunamente marcada, seja realizada sessão especial do Senado Federal para homenagear a memória do Senador Antônio Farias.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Manutenção, por decurso de prazo, dos vetos apostos aos Projetos de Lei do Senado nº 73/86 (nº 263/87, na origem) e de Lei da Câmara nº 44 e 24/87 (nºs 5.438/85 e 8.551/86, na origem).

##### 1.2.3 — Fala da Presidência

— Referente ao tempo destinado aos oradores do expediente da presente sessão dedicado a homenagear o "Dia Nacional da Mulher".

Orador

SENADOR JOÃO MENEZES

FALA DA PRESIDÊNCIA — Associativa às homenagens prestadas em nome da Mesa.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder — Defesa da privatização de empresas estatais.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder — 110 anos do jornal *O Fluminense*. Enfoque da política econômico-financeira do governo.

SENADOR MARCO MACIEL *Sollicitudo Rei Socialis* — Encíclica do Papa João Paulo II.

SENADOR ROBERTO CAMPOS — "País gigante, pigmeu mineral", artigo publicado no jornal *O Globo*.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Centenário do nascimento de Carlos Menezes.

SENADOR DIVALDO SURUAGY — Cassação do programa "Antonio Fernandes", pela rádio difusora de Alagoas. Homenagem póstuma a Mário Andreazza.

SENADOR ODACIR SOARES — Irregularidades e corrupção no governo de Rondônia.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Ministro do Exército concede área para a construção do Hospital do Aparelho Locomotor, de Salvador.

SENADOR MAURO BORGES — Ingresso do Governador Amazonino Mendes no Partido Democrata Cristão.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Análise do setor elétrico nacional.

SENADOR CARLOS ALBERTO — Redução do déficit público pelo governo, sem penalizar ainda mais os brasileiros.

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Desvio de trecho da ferrovia Leste-Oeste para o Estado de São Paulo.

##### 1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão e convocação de sessão conjunta solene a realizar-se dia 12:00 às 16:00 horas.

##### 1.3 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nºs 21, 48, 103, 113, 126, 133 e 151, de 1987. (Repúblicação.)

#### 3 — MESA DIRETORA

#### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

# EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**PASSOS PÓRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Administrativo  
**JOSECLER GOMES MOREIRA**  
Diretor Industrial  
**LINDOMAR PEREIRA DA SILVA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

Semestral ..... Cz\$ 950,00  
Exemplar Avulso ..... Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

# Ata da 19ª Sessão, em 10 de maio de 1988

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

### — EXTRAORDINÁRIA —

*Presidência dos Srs: Humberto Lucena e Francisco Rollemberg*

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos de'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castello — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Correa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Rícha — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Primeiro-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

## EXPEDIENTE

### REQUERIMENTO

#### Nº 45, de 1988

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos que em data a ser oportunamente marcada, seja realizada sessão especial para homenagear a memória do Senador Antônio Farias.

### Justificação

Cremos desnecessária uma justificativa mais longa e fundamentada para explicar as razões que nos levam a requerer a realização de uma sessão especial em homenagem ao Senador Antônio Farias, recentemente falecido.

O Senador Antônio Farias sempre demonstrou, desde os tempos em que integrava a Assembléia Legislativa de Pernambuco, qualidades que o distinguiram como um político completo. Herdava, por certo, de seu pai Severino Farias, que, como ele, sempre soube conciliar a atividade política com a empresarial, sem descuidar jamais das questões sociais.

Homem de ação firme e ponderada, fazia da discricção a marca de sua conduta, agindo sem alarde, mas de forma segura e decidida sempre que sua intervenção se fazia necessária.

Com seu desaparecimento prematuro, perde o Partido Municipalista Brasileiro seu vulto de maior expressão; perde esta Casa um político íntegro, respeitado e incapaz de fugir ao compromisso assumido; perde, enfim, o País, um homem público que, com probidade e eficiência, prestou

os melhores serviços às instituições e à causa do desenvolvimento nacional:

Sala das Sessões, 3 de maio de 1988. — **Ney Maranhão** — **Mansueto de Lavor** — **Marco Maciel** — **Mário Maia** — **Nelson Carneiro** — **Odacir Soares** — **João Lobo** — **Ruy Bacerlar** — **Luiz Viana** — **Jarbas Passarinho** — **Nabor Júnior** — **Pompeu de Sousa** — **Gerson Camata** — **Jutahy Magalhães** — **Wilson Martins** — **Dirceu Carneiro** — **Itamar Franco** — **Jamil Haddad** — **Meira Filho** — **Mauro Borges** — **João Menezes** — **Marcondes Gadelha** — **Lavoisier Maia** — **Severo Gomes** — **Fernando Henrique Cardoso** — **Nelson Wedekin** — **Álvaro Pacheco** — **José Paulo Bisol** — **Ronan Tito** — **Alexandre Costa** — **Mendes Canale** — **Cid Sabóia de Carvalho** — **Mauro Benevides** — **Carlos Chiarelli** — **João Calmon** — **Roberto Campos** — **Ronaldo Aragão** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **Edison Lobão** — **Chagas Rodrigues** — **Guilherme Palmeira** — **Rachid Saldanha Derzi** — **Leite Chaves** — **Alfredo Campos** — **Iram Saraiva** — **Francisco Rollemberg** — **Aluizio Bezerra** — **Carlos Alberto**.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — De acordo com o Regimento Interno, art. 279, inciso I, este requerimento será objeto de deliberação após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Esgotou-se dia 6 de maio o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição para liberação do Congresso Nacional sobre as seguintes matérias vetadas pelo Senhor Presidente da República: Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1986 (nº 263/87, na origem), que altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34, da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências;

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1987 (nº 5.438/85, na origem), que dispõe sobre o cálculo do salário-benefício e o reajustamento dos benefícios de aposentadorias; e

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1987 (nº 8.551/86, na origem), que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País e dá outras providências.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, os vetos são considerados mantidos.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

#### O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —

Nos termos do requerimento nº 30, de 1988, de autoria do Senador João Menezes e outros Srs. Senadores, aprovado no dia 20 de abril último, o tempo destinado aos oradores da presente sessão, durante o Expediente, será dedicado a homenagear o "Dia Nacional da Mulher".

Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA.** Pronuncia-se a seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus Srs., minhas Sras:

Comemorou-se, em 30 de abril, o "Dia Nacional da Mulher", instituído pela Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, surgida de um projeto de cuja autoria me orgulho.

E por que foi tão grande o empenho com que me atirei à luta para instituir uma data especial, de âmbito nacional, destinada a homenagear a mulher brasileira?

O artigo 1º da citada Lei responde à pergunta ao declarar que o objetivo do ato era o de estimular a integração da mulher no processo de desenvolvimento. Sabemos o quanto têm sido discriminadas socialmente, através dos séculos, as mulheres brasileiras. Muita gente se enganou como conseguimos criar o "Dia Nacional da Mulher", que, segundo muitos, seria mais uma data festiva em nosso calendário, quando o objetivo foi defender a igualdade jurídica da mulher e marcar uma data para debater, em todo o Brasil, problemas capitais e indispensáveis à sua defesa e o papel que tem de representar na nossa estrutura social, econômica, financeira e cultural.

E por causa deste objetivo, no dia 30 último, fui ao meu Estado, Pará, e lá no interior, no Município de Ananindeua, reunimos mais de 700 mulheres que durante o dia inteiro tendo à frente D. Maria Rozineide Bentes ficaram debatendo os assuntos mais variados que lhe dizem respeito ao seu estatuto, a sua vida, à sua liberdade e, sobretudo, ao posicionamento em relação aos direitos sobre seu próprio corpo.

É notória a situação a que o sexo feminino era submetido. E a injustiça que atinge as mulheres está, e esteve sempre, acobertada e resguardada por leis arbitrárias, machistas, por vezes cruéis e, sobretudo, se encobrem os problemas mais contundentes que afligem o sexo feminino.

Já dizia o Marquês de Maricá:

"Pode-se graduar a civilização de um povo pela atenção, decência e consideração com que as mulheres são educadas, tratadas e protegidas."

Não pedem as mulheres privilégios especiais, não reivindicam direitos negados aos homens.

Desejam — e é justo que obtenham o que pleiteiam — que lhes seja concedida igualdade jurídica e social e que lhes seja dado o espaço necessário para desenvolver suas potencialidades.

Platão afirmava que "A igualdade natural de origem nos obriga à igualdade política, segundo a lei, e a não reconhecer outra superioridade além da conferida pela fama de virtude e de sabedoria".

É necessário que a mulher conquiste, passo a passo, em dura e silenciosa luta, o seu lugar.

Não é uma luta fácil. Se é luta incruenta, se o sangue não jorra no calor dos embates, é, por outro lado, uma batalha em que surgem lágrimas, em que brota o suor nos corpos cansados pelas jornadas de trabalho, em que pápebras pesam sobre olhos insones que velam os filhos doentes, em que a saúde se esgota nos partos múltiplos e constantes, sobretudo nos clandestinos ou semiclandestinos, sem nenhum respeito ao direito que a mulher tem pelo corpo.

Preocupado em sanar os problemas existentes em nossa sociedade e em estender para as mulheres a justiça e os direitos básicos a que fazem jus, tenho-me dedicado à causa com coragem e entusiasmo. No correr de muitos anos, através de projetos de lei, corrigindo os erros seculares, atávicos, arraigados em uma sociedade que encontra suas origens no regime patriarcal do Brasil-Colônia e do Brasil-Império. A nossa grande dificuldade tem sido, e ainda continuará a ser, a mudança de mentalidade em relação à mulher e seus problemas.

Nessa luta, guiei meus esforços no sentido de instituir o serviço cívico feminino, através de emenda constitucional, dando às mulheres o direito de prestar a sua colaboração em tempo de paz. Sofri muito na época, mas hoje, com orgulho, as vejo participando do Serviço Militar em quase todas as atividades das Forças Armadas, como praças e oficiais, chegando até a prestar serviço como guardas na orientação do trânsito; ainda, de alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, visando punir os empresários insaciáveis e desumanos que se recusam a obedecer à lei que os obriga a oferecer creches para os filhos de suas empregadas, na luta constante e ininterrupta para mostrar que as crianças não podem nascer para morrer na primeira idade; procurei dar à mulher secretária, aquela abnegada colaboradora que termina por se transformar um pouco em mãe, em enfermeira, em psicóloga de seu patrão, o lugar e o respeito que merece.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito da Mulher no Senado ouvi mulheres credenciadas que debateram os assuntos mais atuais e sobretudo trouxeram à luz da verdade o caminho para exterminar a desigualdade odiosa entre homens e mulheres, acabando com os privilégios e demonstrando a igualdade da capacidade de produção e, especialmente, arrancando o véu que escondia os problemas mais contundentes que eram e continuam sendo como criminosos.

Mas é vital, é imperioso que tomemos consciência da gravidade da situação em que ainda se encontra a mulher. Não nos esqueçamos de que são elas as nossas mães, irmãs, esposas, filhas e namoradas. Não nos esqueçamos de que são as matizes do povo brasileiro. E de valem as leis, se não são respeitadas? De que que valem as promessas, se não são cumpridas

É mister que jamais descansemos sobre os louros de uma passado de realizações. Por tal motivo, empenhei-me no passado e empenho-me no presente, para ampliar, cada vez mais, os direitos da maior parcela da população constituída pelo sexo feminino, sem, entretanto, deixar de continuar a luta em busca de uma nova mentalidade, que atenda à situação da conjuntura atual, envolvendo ambos os sexos.

São de minha autoria emendas constitucionais que visaram oferecer serviços de informações e de planejamento familiar, incluindo o controle da natalidade, para as famílias que buscam orientação correta.

É preciso ressaltar que o crescimento desordenado da natalidade traz prejuízos irreparáveis à família que, na maioria das vezes está em condições precárias de sustentação.

Não importa se a mulher é humilde ou ignorante, se é requintada ou letrada. Acima do saber, acima do poder, existe o fato de ser mulher. E, como tal, ela é a mãe dedicada, é a mestra insuperável, é a companheira das boas e das más horas, e é fruto indispensável para o encantamento da vida. Urge que a ajudemos em nosso trabalho, planejando com ela — e por ela — família ideal, por todos desejada.

E planejamento familiar é mais, é muito mais do que simplesmente o controle da natalidade. Planejar uma família é dar-lhe condições dignas de vida, de educação, de higiene, de conforto. Planejar a família é evitar os desajustados nas ruas e evitar o aumento de "trombadinhas" e de crianças mendigando um pão para matar a fome.

É triste para todos nós, quando chegamos à capital de nossos Estados, inclusive no Rio de Janeiro, e encontramos nas melhores praias, na porta dos hotéis, nos melhores centros da cidade, aquelas crianças completamente abandonadas a pedir, a mendigar um pedaço de pão, um prato de comida ou até um lugar onde possam tomar um banho. É triste vermos, noites inteiras, crianças dormindo ao relento, debaixo das marquises, sem nenhuma assistência do poder público. É triste que se veja esse fato doloroso que vai acontecendo em todo o território nacional.

Os programas de assistência materno-infantil precisam ser implantados em todos os níveis, em cada uma e em todas as regiões. Os programas de educação, de saúde e de alimentação devem merecer a atenção prioritária de qualquer Governo. Porque é no recesso dos lares que germinam as sementes da sociedade e é investindo nas famílias de hoje que colheremos os frutos do amanhã. Felizmente, temos mais de cinquenta sociedades organizadas com finalidade de discutir os problemas das mulheres e, por extensão, os problemas de seus filhos — as crianças e os jovens deste País.

É bom que se ressalte que essas cinquenta sociedades que aí estão são organizadas exclusivamente com o desejo que as mulheres têm, dentro de si, de enfrentar esse grave problema que aflige o País. Essas sociedades são particulares e, muitas vezes ou quase todas as vezes, sem nenhum auxílio de quem quer que seja; elas vivem auxiliadas apenas no seu ideal que alicerçaram, no sentido de procurar uma vida melhor para a família de amanhã, para a juventude de amanhã.

Na data em que comemoramos o "Dia Nacional da Mulher", precisamos ter em mente que,

mais do que uma simples homenagem, este dia deve servir para reflexão. É preciso que paremos um pouco no tempo, e meditemos sobre o que temos feito e, sobretudo, o que ainda resta por fazer em prol da parcela mais significativa da população — os 51% da sociedade brasileira constituídos pelo contingente feminino.

**O Sr. Leopoldo Peres** — V. Exa. concederia um aparte, nobre Senador?

**O SR. JOÃO MENEZES** — Com imenso prazer.

**O Sr. Leopoldo Peres** — Senador João Menezes, na qualidade de Líder do PMDB, cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> pelo primoroso discurso que vem fazendo como homenagem ao "Dia Nacional da Mulher". Ainda que não tenha votado o seu projeto, e se aqui estivesse talvez até votasse contra ele, porque penso que o "Dia Nacional da Mulher" são todos os dias do ano, cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> pela iniciativa, uma vez que essa parcela da população brasileira discriminada, não equalizada, ainda tem de lutar muito para conseguir, nos patamares da sociedade nacional, o lugar que lhe cabe por direito, em nossa História. O PMDB quer dizer também que V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão quando levanta os dramas sociais que este País está vivendo e que, por isto mesmo faz parte do nosso programa, faz parte das nossas intenções, faz parte da nossa participação na vida brasileira a luta contra todos os dramas que afligem a maior parte da população do Brasil. E, nesta oportunidade, concito os homens públicos deste País a meditar, como pediu V. Ex.<sup>a</sup>, nas profundas desigualdades, as profundas injustiças que martinizaram as classes menos favorecidas. É hora, talvez, de esta Nação despertar para o fato de que não pode haver privilégios de minorias, num País em que as maiorias chafurdam na fome, na deseducação, na doença, na desabilitação e no abandono. É hora de se fazer, realmente, um chamamento para que sejam capazes de lutar, lutem para que haja trabalho para todos, educação para todos, saúde para todos e, principalmente, dignidade para todos.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Nobre Senador Leopoldo Peres, encaixo no meu discurso o aparte proficiente de V. Ex.<sup>a</sup>, na certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> é um conhecedor profundo desses problemas cruciais que afligem a vida brasileira e que, desgraçadamente, são escondidos, são obscurecidos e nunca vêm para o debate público. São problemas da maior gravidade que o público não conhece, que ninguém conhece, que ninguém sabe e que o poder público também, muitas vezes desgraçadamente desconhece.

Tenho a certeza de que V. Ex.<sup>a</sup>, está, também, engajado nesta luta em busca de melhores dias, através da defesa da mulher, da defesa da família, que será a defesa da juventude e, sobretudo, a defesa do progresso do País.

A Constituição que ora escrevemos precisará ser o espelho da vontade de um povo que busca, finalmente, após séculos de tirania, libertar a mulher de peias do machismo e romper com preconceitos que não podem mais ser cumpridos na sociedade vigente. É preciso que a Constituição se adapte à realidade. Não podemos fazer uma Constituição brasileira que vá de encontro às necessidades do povo, à realidade do povo; não adianta fazer uma Constituição, aplicar leis, fazer

decretos, fazer artigos, parágrafos que não vão ser cumpridos pela sociedade e pela própria conjuntura social.

Portanto, este momento em que fazemos a Constituição para o nosso País é um momento importante da nossa vida, é o momento para tirarmos este véu e termos a coragem de enfrentar estes problemas gravíssimos que nos inferiorizam e que levam, sobretudo, a mulher a uma condição de dificuldade dentro do conceito social.

Assim pensando, apresentei emenda ao item II do Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, nos seguintes termos:

"São assegurados iguais direitos e deveres aos homens e mulheres, no Estado, na família, no trabalho e nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais. São gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, incluídos os registros civis."

O que propusemos foi exatamente a igualdade dos direitos e deveres assegurados aos homens e mulheres no Estado, na família, no trabalho e nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais, porque não adianta colocarmos um parágrafo aqui, um artigo acolá, dizendo que a mulher tem direito a isso ou aquilo. O que queremos, e o de que precisamos, o que devemos, o que temos é a obrigação de fazer uma Constituição que realmente assegure a igualdade de sexos em todos os setores da vida pública brasileira.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não posso deixar de me referir a um dos problemas mais cruciais que afligem o País, ou seja, o que diz respeito à "Saúde das Mulheres"; graças ao trabalho memorável da Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Pitanguy, estou certo de que, no próximo dia 28, quando se realizarão comemorações referentes ao "Dia Internacional da Saúde da Mulher", vamos debater, para que o público conheça, o que de terrível acontece em relação à taxa de natalidade no Brasil, pela qual entre 1.000 nascimentos com vida, morrem 128,0 e que por complicações várias, oriundas da gravidez, na faixa etária de 15 a 45 anos (em 1984) morrem nas diversas regiões do País o total de 70.079, sendo 3.864, complicações da gravidez, do parto e do puerpério, e 66.215 das demais causas.

Estes dados são estarrecedores, e é bom que aqui esteja presente uma Representante das mais ativas no Congresso Nacional. Quero referir-me à Deputada Maria de Lourdes Abadia. Tenho certeza de que S. Ex.<sup>a</sup> está enganada neste trabalho; tenho certeza de que S. Ex.<sup>a</sup> está engajada nesta luta de restabelecimento, sobretudo da posição da mulher como gente, porque não adianta querermos enganar com essa ou aquela medida, o que precisamos é colocar a mulher no lugar que lhe pertence e que ela deve representar. E nós, sobretudo, porque o País que chegou ao ponto que alcançamos em função de quê? Em função do trabalho da mulher, porque foi ela quem ajeitou a nossa casa, foi ela quem sustentou a nossa família, foi ela quem deu condições a nós, homens, de ir para a rua e criar este grande País, que é o colosso que aí está, no qual eu deposito fé e onde, tenho certeza que as minhas grandes esperanças serão realizadas a curto prazo.

**O Sr. Mário Maia** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO MENEZES** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Mário Maia** — Nobre Senador João Menezes, neste instante, em meu nome e em nome da Liderança do PDT, associo-me a V. Ex.<sup>a</sup> no momento em que toma a iniciativa louvável de homenagear o outro lado da nossa natureza humana, as nossas companheiras mulheres. No programa do nosso Partido, o PDT, entre as sete prioridades fundamentais, está, em segundo lugar, a atenção especial à mulher, porque a primeira prioridade é dedicada à criança, fruto de seu ventre e cria de seu aleitamento. Portanto, louvo esta iniciativa em que V. Ex.<sup>a</sup>, com essa preocupação humanística, coloca, com muita propriedade, a tese da igualdade dos direitos fundamentais da Pessoa Humana, distribuídos indiferentemente de qualquer discriminação, principalmente da discriminação de sexo. Deixamos aqui a nossa palavra de solidariedade efetiva. Este Dia, consagrado como o "Dia Internacional da Mulher", deve tornar-se uma realidade nas nossas ações cotidianas, não só dentro do lar, com o afeto e o amor que dedicamos às nossas esposas, às nossas irmãs, às nossas mães e às nossas filhas. E ampliando esse amor e essa solidariedade do lar, há o comportamento social, para que, realmente, exista essa harmonia tão desejada ao longo dos milênios, da igualdade efetiva, em todos os campos, do homem e da mulher. Louvo V. Ex.<sup>a</sup> pela iniciativa e me associo, em meu nome e no de meu Partido, a esta homenagem justa que está prestando ao outro lado da nossa vida, às nossas companheiras — as mulheres.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Eminentíssimo Senador Mário Maia, fico-lhe muito grato pela intervenção. Estou certo de que V. Ex.<sup>a</sup> e seu Partido, também, colocarão como bandeira a defesa das mulheres brasileiras.

É preciso que saíamos das palavras, que saíamos dos regulamentos, que saíamos dos estatutos e partamos, realmente, para enfrentar o problema. É duríssimo enfrentar esse problema social, porque a nossa mentalidade ainda não alcançou o ponto determinado capaz de reconhecer o que sofre a mulher brasileira, sobretudo a mulher carente.

É no problema da mulher, quando ela trata, sobretudo, dos problemas de seu corpo, que encontramos a grande desigualdade social. A mulher de recursos, a mulher abastada, quando tem qualquer problema de sua saúde, qualquer que seja, tem condições de procurar os meios técnicos, os meios científicos, as condições propícias para a defesa, de sua saúde e de seu corpo. E a mulher carente, a mulher pobre, a mulher miserável? Essa não tem, e essa é a grande maioria das mulheres. É por isto que digo que, nessa luta em que nos empenhamos todos os anos no "Dia Nacional da Mulher", levamos sempre, na rua, essa bandeira de que a mulher carente precisa ser olhada, precisa ser protegida, se é que não queremos presenciar uma mortalidade terrível, absurda, abjecta, como esta que acabamos de ver no levantamento feito em 1984. E em todos os anos o problema é o mesmo todos os anos a situação é cada vez mais alarmante.

Sei que é difícil, sobretudo para nós políticos, é muito difícil enfrentar certos problemas, mas precisamos enfrentá-lo, porque nele reside um

dos fatores principais e primordiais para o crescimento e para a melhoria do estado sanitário da saúde do Brasil e, sobretudo, do crescimento nosso povo.

**O Sr. Ney Maranhão** — Permite-me V. Ex. um aparte?

**O SR. JOÃO MENEZES** — Pois não, eminente Senador.

**O Sr. Ney Maranhão** — Nobre Senador João Menezes, V. Ex. está hoje homenageando a rainha das criaturas. Como Líder do Partido Municipalista Brasileiro, não poderia deixar de me associar a esta homenagem, porque neste momento estamos ouvindo com atenção seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, estamos lembrando de nossa mãe, aquela criatura que tudo perdoa, aquela criatura que tudo sacrifica pelos seus filhos. Neste instante, lembro-me da mulher nordestina, aquela mulher sacrificada, aquela mulher que tudo faz por seus filhos e a quem precisamos dar mais justiça social. Parabéns, Senador João Menezes, pela magnífica oração que V. Ex. neste momento, está pronunciando no Senado Federal em homenagem à rainha das criaturas, a mulher.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Muito obrigado, Senador Ney Maranhão. O aparte de V. Ex. para mim, tem uma grande importância, porque V. Ex. que é homem do sertão, do sertão do Nordeste, conhece, \*087 *pari passu*, o que passa a mulher do sertão, o que passa a mulher carente do sertão, como eu conheço, *pari passu*, a mulher da Amazônia, a mulher carente da Amazônia, como conhecemos o que passa, *pari passu*, a mulher que habita os morros e os subúrbios do Rio de Janeiro e dos grandes Estados, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Esses problemas têm que ser focalizados, porque, se não os focalizarmos, se não os trouxermos a lume, seremos os responsáveis por essa dor que aumenta cada vez mais no País, seremos os responsáveis por essa situação miserável em que vive grande parte da população brasileira. Temos que enfrentar esses problemas, dando, à mulher carente, condições para que possa ter o mínimo de saúde, para que ela possa ter o mínimo de condições para criar sua família, de criar seus filhos e, conseqüentemente, poder trabalhar.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, depois dos dados estardaludos que acabamos de deixar escritos nos Anais do Senado, queremos focalizar, com todos os responsáveis pelo nosso País, esses problemas que se vê surrupiando da opinião pública e que, por essa ou aquela razão, não são divulgados ou enfrentados. Esta é a realidade. Os meios de comunicação transmitem tudo o que se passa neste País, mas o problema que aflige a mulher, o problema que está liquidando a mulher brasileira, o problema que está abrindo, todos os dias, mais sepulturas nos cemitérios, o problema que está ocasionando, cada dia, mais mulheres deficientes e aleijadas, esse problema não está sendo focalizado. Temos que enfocar, temos que ter a coragem de focalizar esse problema, para que possamos, no dia de amanhã, enfrentá-lo e combater, pelo menos, a obter resultados positivos.

Ao finalizar, quero dizer que, durante longos anos tais honras me deram, quando Deputado, de representar o Conselho Nacional das Mulheres

que tem a presidi-lo essa figura extraordinária de mulher que é a Dr.ª Romy Medeiros da Fonseca. Foi ela uma grande incentivadora para que eu tivesse a coragem, o descortino e o sofrimento de enfrentar, publicamente, problemas gravíssimos que afligem a mulher brasileira.

As nossas últimas palavras são de homenagem a D. Jerônima Mesquita, que foi uma das grandes iniciadoras deste movimento em defesa das mulheres que hoje continuamos, com muita honra, e na certeza de que estamos prestando um grande serviço à população brasileira, especialmente, à carente que necessita de amparo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Em nome da Mesa Diretora do Senado Federal, associo-me à homenagem que o Senador presta, neste instante, ao "Dia Nacional da Mulher", por iniciativa do nobre Senador João Menezes.

Ao pronunciar estas palavras, desejo salientar que a mulher tem conseguido, graças à sua luta diuturna dentro da sociedade brasileira, uma participação crescente não apenas na nossa vida pública, mas, também, na nossa atividade privada, haja vista, há pouco tempo, a decisão tomada pela Assembléia Nacional Constituinte, aprovando matéria pertinente aos direitos da mulher, amplamente consagrados na nova Carta que há de ser promulgada, livre e soberanamente, pela Assembléia Nacional Constituinte, que está na fase final de seus trabalhos.

Não preciso reportar-me aos exemplos extraordinários e dignificantes que a mulher brasileira nos trouxe em lances memoráveis de nossa História. O que sei é que ela merece esta homenagem. Todos os segmentos de nossa sociedade estão cada vez mais conscientizados de que no Brasil não pode haver qualquer discriminação, nem de raça, nem credo, nem de sexo. Temos que assegurar a todos, indistintamente, os mesmos direitos e os mesmos deveres de cidadãos. Esta será a linha da nova Constituição do Brasil.

Portanto, como disse, neste instante, reverencio não apenas a mulher brasileira, mas a mulher de todo o mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra só nobre Senador Ney Maranhão, como Líder do PMB.

**O SR. NEY MARANHÃO** (PMB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a humilde experiência de empresário e político, vejo o aumento do déficit público no Brasil, a falta de competência do Governo ou a má fé de tecnocratas encastelados em lugares estratégicos na máquina administrativa do Governo Federal, continuando a usufruir das enormes facilidades das estatais. No meu entender, a solução clara e lógica para o déficit público está somente em privatizar imediatamente as estatais, que estão devorando nossa economia, e não ter o desprazer de penalizar a valente e sofrida classe dos funcionários públicos. Com o congelamento da URV, o empresário brasileiro também não deve ser penalizado, pois não existe mágica para equilibrar o orçamento das empresas. Assim, o grande prejudicado é a grande massa do operariado nacional.

Eu, pessoalmente, não compreendo esta demora em privatizar esses elefantes brancos. Com exceção das empresas de segurança nacional, que são muito poucas e que o Congresso brasileiro conhece muito bem, todas as outras deveriam ser privatizadas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, como representante do povo pernambucano, não estou aqui para fazer oposição sistemática ao Governo José Sarney, e, sim, para colaborar com o Governo Federal no que for benéfico para o Brasil. Assim sendo, na minha concepção, vejo que as medidas paliativas que o governo federal está tomando no que concerne ao déficit público todos nós sabemos até agora não tiveram nenhum resultado prático. Assim, o caminho a percorrer deve começar pela privatização das empresas. Dou-lhes um exemplo concreto de ontem, para comprovar minha tese de hoje: a história de uma das maiores empresas privatizadas do Nordeste. Trata-se da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo), que, concebida pelo Governador Cid Sampaio, foi criada para acelerar o desenvolvimento econômico de Pernambuco. A empresa era o início de um processo de industrialização do Estado, sob a livre iniciativa.

Para esse projeto, o Governo do Estado participou com um adicional de 0,5% do hoje ICM; os proprietários e a comunidade também participaram. Na época, a Coperbo absorveu os excedentes do álcool e de melação de todo o Nordeste, e a produção de borracha sintética resolveu dois problemas:

1º) o excesso de álcool;

2º) a escassez da borracha natural.

Em 1959, a Coperbo começou a produzir o butadieno a partir do álcool, convertendo-o em elastômero sintético; em 1963, a produção prevista era de 27.500 toneladas anuais de borracha, tipo polibutadieno, e o faturamento atingiria US\$ 39 milhões, sendo 100 milhões de litros de álcool absorvidos, proporcionando 800 empregos diretos; em 1965, o governo Paulo Guerra a inaugurou; e, 1970, ela enfrentou uma grande crise: O álcool, sua matéria-prima, teve seus preços contidos para reduzir a inflação que andava na época a 17%. A Coperbo tinha financiamento externo e a margem de lucro imposta era limitada, não permitindo geração de recursos suficientes para saldar as amortizações do investimento. O álcool caro inviabilizou seu emprego como matéria-prima para produzir borracha. O Governo não o subsidiava em favor da Coperbo.

Nessa altura, a indústria petroquímica possibilitou o butadieno derivado do petróleo, substituindo com vantagem econômica o produzido pelo álcool, oriundo da fermentação do melão da cana-de-açúcar.

A crise financeira da empresa era grande e suas atividades tendiam a paralisar. Foi quando o Governador Nilo Coelho transferiu habilmente o controle acionário da Coperbo para a Petroquisa, pois o Estado estava impossibilitado de promover a adequada capitalização da empresa.

Em 1970, a Assembléia Estadual aprovou a lei, autorizando a transferência do controle acionário do Estado para a Petroquisa. As ações foram vendidas por Cr\$ 50/ação. A presença da Petroquisa deu à Coperbo a dimensão político-econômica de que ressentia, fazendo surgir novas empresas; em 1972, a companhia já dava dividendos.

dos aos acionistas; em 1976, era ampliada a sua capacidade de 27.500 para 76.000 toneladas anuais de borracha e a diversificação de produtos em 10 tipos distintos; em 1978, o Brasil começou a produzir o butadieno, derivado do petróleo, e a Coperbo se libertou da importação.

Com o incentivo do álcool para a indústria alcoolquímica, a Coperbo voltou a reutilizar o álcool como matéria-prima para produzir não o butadieno e, sim, o aldeído acético, com o qual se chegaria ao acetato de vinila, carro-chefe da indústria alcoolquímica. O País se livrou da importação do acetato de vinila.

As restrições econômicas do Governo ameaçaram a Coperbo. Então, a iniciativa privada lhe ofereceu 25% das ações da Companhia Alcoolquímica Nacional, com uma única condição: de a Coperbo produzir 80.000 toneladas anuais de produtos básicos para o funcionamento daquela companhia. Com essa medida, os produtores de álcool da região comercializariam um adicional de 130 milhões de litros de álcool por ano.

Em 1982, a Coperbo foi incluída entre as empresas que o Governo Federal pretendia privatizar. No fim desse ano a Petroquisa vendeu as ações que tinha da Coperbo à Norquisa e à Conepar e, assim, o capital votante passou ao controle privado. As ações foram negociadas a Cr\$ 6,74, embora o balanço da Coperbo de 31-12-82 dizia que a ação pelo seu valor patrimonial correspondia a apenas Cr\$ 3,55 por ação. Ao mesmo tempo, a Coperbo adquiriu na Norquisa e Conepar as ações que elas possuíam na alcoolquímica pelo valor global de 1,28 bilhão de cruzeiros, detendo assim 100% do capital dessa companhia.

Tomaram-se, então, a Coperbo e sua subsidiária, Companhia Alcoolquímica Nacional, de direito privado e 100% nacional, graças ao controle acionário da Norquisa e Conepar (58%), da Petroquisa (29,83), do Governo de Pernambuco (7,9%) e do IAA (4,27%).

A Companhia Alcoolquímica Nacional já opera desde setembro de 1986. Foram investidos US\$ 100 milhões. A Coperbo, então, expandiu suas instalações, ampliou sua capacidade de produção, diversificou os tipos de borracha produzidos. Neste programa, a Coperbo está investindo US\$ 58 milhões. Novas instalações estão sendo previstas, atingindo mais de US\$ 85 milhões.

Investimentos de US\$ 143 milhões provam as vantagens da privatização da coperbo, o maior complexo industrial de Pernambuco, representando em 1987:

— Cz\$ 133 milhões de IPI;

— Cz\$ 547 milhões de ICM, sendo a quinta maior empresa em recolhimento de tributo estadual;

— 1.303 empregos diretos com 5.072 dependentes.

Os funcionários podem ganhar até 15,7 salários por ano e participam dos grupos (1,5 salário em 1986).

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica provado, com a história da Coperbo, que privatização das estatais é caminho para o lucro e a boa administração, a fim de se acabar, de uma vez por todas, com o déficit público.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Senador Ney Maranhão, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. Ney Maranhão** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — V. Ex<sup>a</sup> traz à tribuna do Senado não apenas a experiência do político que iniciou sua vida pública, administrando uma pequena cidade do interior do Nordeste e que galgou a honra de representar Pernambuco no Congresso Nacional, mas principalmente, a sua visão, a sua experiência de empresário vitorioso que oferece para esta Casa um exemplo definidor da eficiência da iniciativa privada no campo industrial. Gostaria de acrescentar, ao exemplo que V. Ex<sup>a</sup> oferece da experiência vitoriosa da Coperbo, o fenômeno ocorrido com a Salgema — Indústrias Químicas S.A., em Alagoas, empresa que, durante vários anos, sempre operou no vermelho, com prejuízos gritantes, enquanto esteve sob o domínio do setor público, mas que privatizada, também através da Norquisa, hoje é maior indústria química de salgema do mundo, com lucros expressivos, como uma resultante da capacidade do empresário brasileiro. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que pronuncia nesta Casa, oferecendo ao País as vantagens da privatização de empresas deficitárias. Esta é uma grande solução e o Governo Federal deve agilizar, deve concretizar aquilo que vem anunciando há tanto tempo e tão pouco tem transformado em realidade — a privatização das empresas do Governo Federal. Meus parabéns, Senador Ney Maranhão, pelo magnífico discurso que pronuncia, oferecendo este exemplo concludente da Coperbo, lá em Pernambuco.

**O Sr. Ney Maranhão** — Agradeço ao Senador Divaldo Suruagy suas palavras, como homem que conhece profundamente os problemas de seu Estado. Como Governador, fez uma magnífica administração e, hoje, representa muito bem, no Senado da República, o bravo povo alagoano. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, que enriqueceu o meu discurso.

Termino, Sr. Presidente, conclamando a Nação inteira. Operários, funcionários públicos, empresários, estudantes, todo o povo brasileiro exige uma rápida iniciativa do Governo na privatização das estatais, que considero de fundamental importância para a solução do principal inimigo da economia nacional, que é o déficit público.

**O Sr. João Menezes** — Senador Ney Maranhão, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte, nobre Senador João Menezes, com muito prazer.

**O Sr. João Menezes** — Meu prezado e amigo Senador Ney Maranhão, o assunto focalizado é atual na estrutura brasileira e da maior importância. Evidentemente não é um assunto novo, porque há muitos anos se fala, no mundo inteiro, nessa questão da privatização de empresas, estatização de empresas, mas, no nosso País é atualíssimo, e atualíssimo porque o crescimento das empresas estatais foi muito grande, realmente está dentro daqueles princípios que em Economia Política se diz que geralmente o poder público é um mau administrador, o Poder Público não tem interesse na competição dos negócios públicos...

**O SR. NEY MARANHÃO** — Aliás, Senador, são 178 empresas estatais.

**O Sr. João Menezes** — Então, este assunto precisa ser debatido. E vejo que o Senhor Presidente da República está com os olhos voltados para o problema. O que atrapalha muito é que, com a evolução do País, os problemas sociais também se complicaram, ficaram muito complexos. Então, toda vez que se vai privatizar uma empresa estatal, as dificuldades surgem em grande quantidade e isso talvez pareça um atraso, mas não é, é a impossibilidade de se encontrar um meio. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por esta oportunidade que dá ao Senado de demonstrar e defender a necessidade de privatização das empresas brasileiras. Também engrosso esse pensamento, naturalmente com as ressalvas especiais e necessárias, porque entendo que o Estado tem que atuar através da estatal em diversos setores da vida pública. O programa está sendo traçado. O Presidente da República está examinando detalhadamente este assunto e encontrará uma saída, não só na parte social como na parte do participante, porque tem que haver um interessado que queira engajar-se na privatização. Que queira arcar com os encargos sociais e com o estado em que se encontre a empresa. Isto não é fácil. Esta luta tem que continuar. V. Ex<sup>a</sup>, estou certo, será um dos porta-bandeiras nesta arrancada necessária para o nosso País. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Agradeço, nobre Senador João Menezes, seu aparte, que muito nos está ajudando e colaborando com essa tese de grande importância. Estamos vendo, pela imprensa falada e escrita do País, que significa a voz do povo, que ele está interessado em que esses problemas de privatização sejam resolvidos o mais rápido possível.

**A Folha de S. Paulo** dá o déficit das estatais, no primeiro trimestre, de quase sessenta bilhões de cruzados. Isto significa 240 bilhões de cruzados no ano de 1988. No **Correio Braziliense**, que também peço para incluir no meu discurso, há uma medida que acho justa. O Governo está interessado em privatizar rapidamente essas estatais quando ele cria o Conselho Federal de Estatização, para vigiar e evitar que os responsáveis pelas empresas tomem decisões que criem obstáculos à privatização.

Vejo igualmente, como disse muito bem o nobre Senador João Menezes, que o Governo envia uma Mensagem ao Congresso — está aqui no **Correio Braziliense** o Projeto de Lei nº 616 —, pedindo rapidez para a privatização, o que corrobora o aparte do Senador João Menezes neste momento.

E, finalmente, a revista **Veja** traz:

#### ESTATAIS FOGEM DA REGRA DA CFP

A Companhia de Financiamento da Produção (CFP) está descredenciando todas as empresas de armazenagem de seu cadastro que apresentar índice de perda superior a 5%. A medida visa a evitar desvios de estoques — contabilizados como perdas — e, ao mesmo tempo, forçar as armazenadoras a investir mais em equipamentos. Seria uma boa solução se não tivesse o seu lado discriminatório: as empresas estatais, como a Cibraem e as centrais armazenadoras dos Estados, vão continuar operando normalmente



com a CFP, embora em alguns casos seus índices de perdas sejam superiores a 10%.

Desejaria que isso tudo fosse incluído no meu pronunciamento.

**O Sr. Carlos Alberto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Tenho muito prazer em ouvir o nobre representante do Rio Grande do Norte.

**O Sr. Carlos Alberto** — Senador Ney Maranhão, V. Ex<sup>a</sup> estréia na tribuna do Senado nesta manhã, chega a esta Casa com o brilho de um homem representante do povo, um homem popular, chega também, com a força de um Estado que sempre teve nesta Casa vozes das mais eloquentes, das mais firmes na defesa da nossa região, o Nordeste, e na defesa do nosso país. É importante a presença de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna do Senado Federal, com a preocupação de um discurso sério que profere nesta manhã, buscando acima de tudo, soluções para um grave, um angustiante problema que estamos vivendo, o déficit público. Na hora em que V. Ex<sup>a</sup> fala da estatização, V. Ex<sup>a</sup> o faz com brilho e talento. V. Ex<sup>a</sup> é mais um que se vem somar na grande luta por um Brasil melhor, um Brasil que queremos para os brasileiros amanhã, com novas perspectivas de vida. Saudó V. Ex<sup>a</sup> porque as vozes de Pernambuco sempre foram vozes altissonantes nas tribunas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Juntamente com as vozes do Rio Grande do Norte, quando, neste momento, fugindo um pouco nobre Senador Carlos Alberto, ao debate, lembro-me de um nosso grande amigo e colega na Câmara dos Deputados, representante do Rio Grande do Norte, o Deputado Djalma Marinho, grande Deputado que brilhou na Câmara Federal em defesa dos altos interesses daquele Estado.

Portanto, Pernambuco e Rio Grande do Norte sempre foram irmãos em defesa dos altos interesses do Nordeste.

**O Sr. Carlos Alberto** — O Rio Grande do Norte, mais humilde, mais simples, com suas vozes modestas, mas Pernambuco, realmente, com vozes como a de V. Ex<sup>a</sup> que assoma à tribuna com tanto brilho, tanto talento e tanta competência. Sou, pois, solidário com V. Ex<sup>a</sup> nesta sua estréia nesta Casa.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> nobre Senador Carlos Alberto.

**O Sr. Carlos Alberto** — Ainda hipoteco irresistivelmente ao pronunciamento que faz nesta manhã, e digo da minha alegria e satisfação em tê-lo como Companheiro aqui, nesta Casa, primeiro, porque tenho conhecimento da sua vida, hoje. Não sendo um homem que tenha lido sobre V. Ex<sup>a</sup> tenho informações sobre o seu dia-a-dia, um homem popular, um homem do povo. Isto é muito importante para esta Casa. Que tenhamos sempre raízes, homens que tenham identidade com o povo, nascido de uma política junto àqueles que, na verdade, buscam dias melhores. Receba V. Ex<sup>a</sup> o meu abraço amigo, a minha solidariedade, o meu aperto de mão e, acima de tudo, a minha amizade.

**O SR. NEY MARANHÃO** — O que muito me honra, também.

**O Sr. Carlos Alberto** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade de ter o privilégio de apartear-lo nesta manhã.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Carlos Alberto, pelo seu aparte, que muito me honra, corroborando com este discurso, pelo brilhantismo que V. Ex<sup>a</sup> acaba de me dar.

**O Sr. Marco Maciel** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** — Nobre Senador Ney Maranhão, eu gostaria de, em rápidas palavras, congratular-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que, a tese que V. Ex<sup>a</sup> defende com brilho é uma tese que vem sendo perfilhada pelo meu Partido, o Partido da Frente Liberal. Nós entendemos, dentro de um liberalismo moderno, que o Estado não deve ser empresário, salvo naqueles serviços de natureza especial. O Estado deve ser, antes, agente da promoção social, deve-se preocupar mais, portanto, com a educação, a saúde, a assistência social, etc. Então por isto, insisto, nobre Senador Ney Maranhão, que o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, além de ser muito oportuno, guarda extrema consistência com aquilo que deve ser o papel do Estado numa sociedade moderna. É neste ponto de vista que quero insistir, aqui e agora, sobretudo, quando nós estamos reinstitucionalizando o País, através da nova Carta constitucional, dando assim novos rumos à Nação brasileira. O Estado só deve exercer, meu caro Senador Ney Maranhão, atividades econômicas quando elas sejam de indiscutível interesse e para as quais, conseqüentemente, não caiba outro papel ao Estado senão o de realmente realizar ou desenvolver essa atividade. Daí por que quero complementar V. Ex<sup>a</sup> pelas palavras que traz a esta Casa nesta manhã e dizer que efetivamente elas são uma contribuição muito importante para um redirecionamento do papel do Estado na economia brasileira.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Senador Marco Maciel, ouvi atentamente o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que irá enriquecer muito este pronunciamento que faço agora, no Senado Federal.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tenho grande admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Comecei a admirá-lo com a amizade fraterna de seu velho pai, o Deputado José do Rego Maciel, de quem fui Colega em várias legislaturas na Câmara Federal. Comecei a admirar V. Ex<sup>a</sup> pelas suas posições, por ser um homem público que, acima de tudo, deseja o bem-estar de Pernambuco. Como Governador, fez um grande governo, voltado para o social e hoje, no Senado da República, representa uma grande parcela do povo pernambucano, o que muito me honra. V. Ex<sup>a</sup>, neste instante, ao apartear-me, está enriquecendo meu pronunciamento e me apoiando nessa luta que não é só de Pernambuco, como do Brasil, qual seja, a privatização das empresas. Muito obrigado, ao nobre Senador Marco Maciel.

Assim sendo Sr. Presidente, termino minhas palavras, mais uma vez fazendo um apelo ao Go-

verno José Sarney, para que, urgentemente, como a Nação toda espera, faça essa privatização não hoje, mas ontem.

(Muito bem! Palmas.)

## DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORAL EM SEU PRONUNCIAMENTO:

**Folha de S. Paulo** — 3 de maio de 1988

"DÉFICIT DAS ESTATAIS SOMA  
Cz\$ 58 BI NO 1º TRIMESTRE

Da Sucursal de Brasília

As 178 empresas estatais do setor produtivo acumularam no primeiro trimestre do ano um déficit operacional conjunto de Cz\$ 58 bilhões, equivalente a 0,08% do PIB (Produto Interno Bruto).

## Mandar e obedecer

Incrível país este, onde o Governo precisa policiar o Governo para que ele não prejudique o próprio Governo. Não se trata de um drama do absurdo, mas de um fato real, cuja existência acaba de tornar-se nítida em decisão transcrita nas tintas e letras frias da Imprensa, que não inventa nada.

O fato é transparente, como se diz agora. As empresas estatais enquadradas na categoria de privatizáveis estão com seus orçamentos vigiados. Vigiados por quem? Pelo Conselho Federal de Desestatização. Vigiados por quê? Para evitar que os responsáveis pelas empresas não tomem decisões que criem obstáculos à privatização.

Antigamente, se dizia que manda quem pode e obedece quem tem juízo. Se tentarmos entender a realidade brasileira de hoje pelo velho aforismo, verificaremos como marcha aceleradamente a insensatez de nossa administração pública, em todos os seus escalões, onde manda quem não pode e não obedece quem deveria ter juízo.

Encarregado de vigiar as estatais, o Conselho Federal de Desestatização precisou até mudar de nome. Antes, chamava-se Conselho Interministerial de Desestatização. Depois, mudou o nome a pretexto de expressar a ampliação de sua composição com representantes de trabalhadores e empresários. Mas o que menos deveria importar é o nome. Mais importante é autoridade."

## "PRESIDENTE PEDE AUTORIZAÇÃO PARA PRIVATIZAR TUDO

### O Projeto

O Projeto de Lei nº 616 tem apenas oito artigos. Pelo artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a promover a alienação de ações representativas do capital de empresas estatais, por meio de mercado de títulos e valores mobiliários. "mantendo apenas a propriedade das ações necessárias ao exercício do poder regulador". Já no artigo 3º, prevê-se que o estatuto social das empresas a serem alienadas estabelecerá a criação de ação ordinária de "classe especial" que assegure à União alguns privilégios, com vistas ao exercício de seu poder regulador.

Dentre esses privilégios são destacados os de convocar e instalar assembléias gerais para apreciar matérias que impliquem na alteração parcial do objeto social da companhia; política de preços ou tarifas dos produtos ou serviços da compa-

nhia, de investimentos; incorporação da companhia a outra, destituição de administradores e cancelamento da ação ordinária especial, entre outros.

Pelo artigo 6º, as disposições previstas na lei somente não se aplicam à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás."

*Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg, Suplente de Secretário.*

#### O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder do PSB.

**O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ.** Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicialmente, quero deixar junto à Mesa um pronunciamento a respeito dos 110 anos de existência do jornal **O Fluminense**, editado no Estado do Rio de Janeiro, e que atende a toda a população não só da capital, mas, principalmente, do interior.

Deixarei, para que seja publicado nos Anais desta Casa, o pronunciamento a respeito de mais um aniversário do grande jornal **O Fluminense**.

É sempre com grande satisfação, que um homem público registra o transcurso do aniversário de um jornal. A imprensa representa o pulmão que assegura a democracia respirar.

Representante do Estado do Rio de Janeiro, comovo-me sempre com a caminhada segura, tranqüila e permanentemente ágil de **O Fluminense**.

Anterior à Abolição, anterior à República, ele tem sido testemunha dos principais lances da nossa História. Mas nas suas páginas não estão registrados apenas esses fatos mais importantes; ali está inserido o dia-a-dia de todo esse longo período. Ali, a sua preciosidade, porque o que caracteriza um jornal é sobretudo a fotografia do cotidiano.

Quem lê **O Fluminense**, tradicionalmente sediado em Niterói, tem uma visão ampla do que ocorre em toda a Província do Rio de Janeiro, na capital, nas grandes cidades, nas pequenas comunas.

Alberto Torres, que militou na política largo tempo, e dela se retirou, tendo assegurado o respeito dos seus coestaduanos e dos outros patriotas, tem imprimido a esse jornal o equilíbrio que sempre o distinguiu. Sem recorrer ao sensacionalismo, procura o velho órgão a notícia, a informação, o que lhe tem garantido a confiança de leitores cada vez mais numerosos.

No dia 8 de maio decorreu o centésimo décimo ano dessa existência fecunda. Diversas foram as comemorações, as festividades, unindo diferentes segmentos da comunidade, mas todos irmanados por um único sentimento — a efusão pelo significado da data.

Da tribuna do Senado, os nossos cumprimentos à direção do **O Fluminense** e mais que isto, os nossos votos que o seu exemplo de dignidade e eficiência frutifique entre os que sabem que sem uma imprensa livre e idônea é impossível a verdadeira democracia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o motivo que me traz hoje a essa tribuna está relacionado com vários enfoques da política econômico-financeira do Governo e de suas incoerências. Ouvimos e lemos declaração do Ministro da Fazenda de que, caso a Justiça mantivesse aquelas liminares concedendo a URP a mais de quarenta empresas, o Governo não teria outra solução a não ser demitir de oitenta a cem mil funcionários. No dia seguinte, vimos o Presidente da República declarar que não procediam as declarações do Ministro da Fazenda a respeito das demissões do serviço público e nas estatais.

Posteriormente, Sr. Presidente, vimos o Presidente da República procurar os Presidentes dos Tribunais de Justiça para declarar que não haveria condições de o Estado pagar a folha de pessoal, caso fossem mantidas aquelas liminares. E ontem, já tivemos o resultado dessa conversa através de uma revogação do Tribunal Federal de Recursos de uma liminar concedida, em São Paulo, aos funcionários da Caixa Econômica.

Sr. Presidente, são coisas que nos doem, porque estamos vendo a liberação de todos os preços. Agora mesmo a indústria farmacêutica teve liberados os preços dos produtos farmacêuticos em mais de 48%.

O problema do Imposto de Renda, Sr. Presidente, é um verdadeiro achincalhe à classe assalariada, porque só paga Imposto de Renda neste País não aquele que tem renda, porque o imposto é sobre salários, o funcionário é descontado na fonte e é obrigado a fazer a sua declaração de Imposto de Renda. Como já fiz um pronunciamento nesta Casa, este ano, Sr. Presidente, declarou-se Imposto de Renda até o dia 28 de abril, e houve necessidade de se pagar um reajuste através da OTN, a variação da OTN, a partir de janeiro até o mês de abril, o que representou, na prática, cerca de 68 a 70% a mais àqueles que pagaram uma cota única. E aqueles que vierem a pagar em oito prestações terão que pagar o mínimo de três vezes e meio a mais. Independente disto, Sr. Presidente, aqueles assalariados que não tendo condições de sobrevivência com um único emprego e conseguem mais um bico, terão que pagar quatro cotas trimestrais, sendo que haveria uma coincidência da primeira cota a ser paga em abril, junto com a primeira cota do pagamento normal do Imposto de Renda declarado. Sr. Presidente, houve uma protelação. Então, será paga até o final do mês de maio. E de onde é que tem que sair este dinheiro, se o congelamento da URP e na hora em que os funcionários das estatais, funcionários públicos na sua arma mais legítima, a única arma reivindicatória, através de uma greve, reivindicam a reposição da URP, são demitidos sumariamente, com mais de 180 demissões, agora, nas estatais, quando a Justiça reconhece o direito da concessão da URP?

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Com grande satisfação, nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Jamil Haddad, é realmente difícil compreendemos a ação administrativa, qualquer projeto deste Governo, porque assistimos a sacrifício dos assala-

riados, ao sacrifício dos funcionários, ao congelamento da URP na sua integralidade. Assistimos, como V. Exª vem falando, a esta questão do pagamento em OTN do Imposto de Renda, que vai atingir mais os assalariados. Agora este tri-leão, o leão trimestral, também vai atingir mais os assalariados e os aposentados, que vão somá-los em seus ganhos. E agora, assistimos a que o Governo teria feito uma opção para retirar 660 bilhões de cruzados do déficit público, e estava fazendo algumas restrições à transferência de recursos aos Estados e Municípios, o que vinha criando a estes uma série de dificuldades mas eles teriam afirmado que isso seria necessário, para poder enxugar o déficit público. E, agora, ao que estamos assistindo? Está-se aproximando a votação do mandato de cinco anos, como deseja o Senhor Presidente da República; estamos começando a ver a chegada a Brasília dos Governadores que se dispõem a apoiar o mandato de cinco anos. E já se fala, então, em abertura novamente deste crédito. O déficit público será enxugado com o ganho dos assalariados, a retirada do ganho dos assalariados. Agora, aqueles que prometeram ficar com o desejo do Senhor Presidente, de cinco anos, terão recebido os favores, essa transferência de recursos que estava também congelada. Veja V. Exª que não há critério. O critério é exclusivamente do interesse daqueles que querem manter-se no poder de qualquer maneira. Vemos também as dificuldades que estão sendo levadas à área do setor energético, tudo isso por falta de um plano de Governo, por falta de uma administração consciente que esteja voltada, realmente, para os interesses públicos. Por isto, Sr. Senador, me solidarizo com V. Exª pelo seu pronunciamento. Lamento que vejamos estas reuniões de Presidente com empresários, com empregados, com empregadores, sem se levar a nenhum plano, a nenhum projeto do Governo, não há nada para ser discutido, não há assunto nenhum para ser abordado. Isto é triste para uma administração, que gostaríamos de respeitar, mas que, infelizmente, não se faz respeitada.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Jutahy Magalhães, V. Exª, com o seu aparte, dá outros subsídios ao pronunciamento que venho fazendo, justamente nessa falta de programação por parte do Governo Federal e, o que é pior, sempre voltada para as classes de arrocho salarial, as classes menos favorecidas. Neste momento em que a inflação oficial é de 21%, na prática ela é maior, congela-se a URP e se faz o pagamento do Imposto de Renda com a variação da OTN de janeiro a abril, correspondendo a 60% e pouco por cento; ainda vem o tri-leão. Seria cobrado em abril, passou-se para maio. Quem é que está em condições de poder pagar? Não tenho dúvida de que será neste ano a maior inadimplência de Imposto de Renda em nosso País, não por vontade do contribuinte, da classe média; é por falta de condição de pagar. Não há como — dinheiro não é borracha, não estica. O assalariado vive, pura e simplesmente, do que ganha. Quando ganha um pouco mais, é porque é aposentado e arranhou outra fonte de trabalho; ele tem que pagar, trimestralmente, quatro cotas anuais.

Sr. Presidente, não entendo, às vezes chego à conclusão de que existem elementos no Gover-



no interessados novamente no regime de exceção.

**O Sr. João Menezes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Darei o aparte a V. Ex<sup>a</sup> com a maior satisfação.

Sei que são homens que têm experiência política que sabem que toda ação provoca uma reação igual e em sentido oposto.

A partir do momento em que há arrocho violento, em que há uma inflação ascendente, a reação da classe trabalhadora será no sentido reivindicatório. E essas reivindicações irão aumentando num crescendo, e não tenho dúvidas de que há interesse nisso, por parte de algumas pessoas — inclusive, foi a manchete de ontem de **O Globo**, a de que seriam convocados reservistas, pelo Exército, pelas Forças Armadas, para a manutenção da ordem no nosso País. Muito estranha esta colocação, Sr. Presidente, uma coisa que não ocorreu nem nos vinte anos de ditadura, neste País.

Existem pessoas interessadas num possível confronto, estimulando, para justificar perante a classe média — que se sensibiliza, em determinados momentos, com a viabilidade de movimentos em que já não se acredita mais, como o comunista, na América Latina, que justificaram regimes militares atrás de regimes militares —, um novo regime de exceção.

E há contradições, inclusive na área militar. Vemos o eminente Ministro declarar que as Forças Armadas não admitem quatro anos para o Presidente da República e vemos o Comandante do III Exército declarar que a Constituinte está trabalhando como deve, que a Constituição está sendo altamente positiva para o povo brasileiro e que qualquer decisão da Assembleia Nacional Constituinte terá que ser acatada pelas autoridades civis e militares. Então, há uma contradição flagrante: o Comandante do III Exército faz uma declaração contrária à do Ministro do Exército.

Sr. Presidente, no meio disto, vemos coisas mais ou menos irônicas. O Presidente da República congratulou-se com o Sr. Roberto Marinho por um longo editorial publicado, há três ou quatro dias, em **O Globo**. No entanto, aquele editorial diz o seguinte, Sr. Presidente:

"Não há segurança nas cidades, não há tranquilidade no campo, não há diretrizes definidas para orientar a programação dos empresários nem as reivindicações dos assalariados."

Sr. Presidente, é o reconhecimento da incompetência, quer dizer, elogia o Sr. Roberto Marinho que escreveu o editorial em que faz essas colocações que mostram a incompetência por parte do Governo, e o Senhor Presidente da República remete um telegrama congratulando-se com aquele editorial. Sr. Presidente, isto é cômico, isto...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — V. Ex<sup>a</sup> permite mais um aparte? (Assentimento do orador.)

É a confissão de que não é Sua Excelência que está dirigindo; são outros, então.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Sr. Presidente, não quero alongar-me no meu discurso, mas, antes de encerrar, darei, com a maior satisfação,

um aparte ao Senador João Menezes, representando aqui — vejo apenas o Senador, hoje, na Casa — a defesa do Poder Executivo.

**O Sr. João Menezes** — Eminente Senador, eu respeito muito V. Ex<sup>a</sup> porque reconheço que todos os posicionamentos que V. Ex<sup>a</sup> me faz com o maior pensamento, de que está realmente defendendo a realidade, o que lhe parece melhor, o que entende que é melhor para o País. Mas o eminente Senador Jutahy Magalhães, no seu aparte, disse uma coisa interessante que, hoje, há uma luta daqueles que querem se manter no poder. Eu completaria dizendo que é uma luta daqueles que querem tomar o poder. Então, daí, fica esta confusão toda. Uns querem tomar e outros querem ficar, na opinião do eminente Senador Jutahy Magalhães. E, V. Ex<sup>a</sup> vê, eminente Senador, o seguinte: o País atravessou e chegou a uma situação caótica pela orientação que lhe foi dada na parte econômica e financeira. Primeiro, o Ministro Dilson Funaro, depois o Ministro Bresser Pereira, todos originários do maior Partido à época, que era o PMDB. Era o PMDB que dava cartas, que mandava, que ganhou eleições em quase todos os Estados brasileiros, com exceção de um, usando o Governo do Presidente Sarney e, afinal, levaram o País a esta situação difícil.

O que está fazendo o Presidente da República, agora? Está procurando tomar pé nesse caos a que foi levado na economia, as finanças e a parte social. Esta é a grande verdade. Então, quando o Presidente convida os Presidentes dos três Tribunais para conversar ou para fazer uma exposição de como está o País, como deixaram este País, com essa política econômica e financeira danosa em todos os sentidos.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Mas lei é lei, nobre Senador. Lei é lei. Com qualquer que seja a situação, lei é para ser cumprida.

**O Sr. João Menezes** — Quando Sua Excelência chega e mostra a situação em que está o País, com as leis que estão aí, com as vantagens que estão sendo concedidas ou foram concedidas, todo mundo reclama: "Ah! parece uma coisa do outro mundo, os Ministros dos Tribunais conversarem com o Presidente da República". Pode haver coisa mais simples! Pelo contrário! É o interesse do Presidente da República de dar conhecimento, aos poderes constituídos, do que está acontecendo, do que está-se verificando. V. Ex<sup>a</sup> falou que editorial de **O Globo** acentuou a insegurança do campo, a insegurança das cidades, e mais uma outra, eu não anotei aqui, que V. Ex<sup>a</sup> disse. E quem nega que isso existe? Por acaso, no Rio de Janeiro, quando vou ao seu grande Rio de Janeiro, onde V. Ex<sup>a</sup> empregou o brilho de sua inteligência sendo Prefeito, lá, quem nega a insegurança que temos? Não se pode mais andar na rua no Rio de Janeiro. Tem que se ter cuidado quando se vai entrar no automóvel e ver se não há ninguém atrás. Ninguém mais pode levar um relógio no braço, porque é arrancado. E não é de noite, não! De dia, 9 horas da manhã, 10 horas da manhã, qualquer hora, nos melhores centros. Então, há insegurança nas cidades. Quem nega a insegurança nos campos? Quem nega, quem pode negar? Outro dia estava vendo na televisão, à meia-noite, ou coisa que o valha: "Herói nacional". Um cidadão, coitado, que morreu, era o chefe de invasões de terra,

num lugar aí qualquer do Norte/Nordeste, era herói nacional na televisão. Então, está tudo assim, ninguém tem garantia. Daí talvez o Presidente achou que o artigo era atual, e ninguém pode dizer que não seja. Dizer que não é atual, é fugir da verdade. O que o Presidente está fazendo é empregando todos os seus esforços no sentido de encontrar uma solução e essa solução não sai sem o sacrifício. Veja V. Ex<sup>a</sup> a URP referente aos funcionários; entraram na Justiça e a Justiça mandou pagar contra o que o Governo estabeleceu, vai-se cumprir o que a Justiça mandou, mas, apesar disto, se faz greve. Ora, se há a justiça para resolver se paga ou não paga, não precisava a greve, porque a greve é anarquia. A greve é que está levando este País à desordem. Vou aqui repetir, com a minha responsabilidade de Senador, de homem público; a greve no País, hoje, é **revolucionária**. É uma greve para desestabilizar o poder. Ela se faz todos os dias. Não adianta dar, hoje, um aumento de 20% ou 30%, porque daqui a 20 dias volta a mesma greve, volta a mesma situação e volta a mesma reclamação. Então, esse fenômeno temos de enfrentar, nós todos, homens públicos, porque, se não enfrentarmos e não colaborarmos com o Governo, pois também somos Governo, somos um poder e temos responsabilidade com isso, se ao invés de ajudarmos fomentarmos a desordem, para aonde vai este País? V. Ex<sup>a</sup> disse que no tempo da ditadura não havia nada disso. Realmente não havia. Agora há, por quê? Porque não é ditadura. Agora há democracia em toda a sua plenitude.

Toda vez que a democracia ultrapassa o seu direito ou ultrapassa o meu direito, isso não é mais democracia, isso é anarquia, é onde estamos e não podemos cooperar para que essa anarquia continue; devemos-nos unir, juntar nossas idéias, nossos pensamentos e encontrar uma saída, porque a situação não é fácil. Ninguém vai dizer que a situação é fácil. Agora, o Brasil tem condições de sair. O Brasil sempre viveu dificuldades e não caiu no abismo, nem vai cair. O Brasil tem condições de recuperação. O de que precisamos é termos mais sensibilidade e mais tranquilidade. Precisamos-nos convencer de que essa luta entre os poderes, essa luta pessoal, não leva a coisa nenhuma. Não quero referir-me à fala de V. Ex<sup>a</sup> V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um exame dos fatos que estão acontecendo e que são verdadeiros. Estão acontecendo, mas estão acontecendo como consequência de outros fatos, e, se não procurarmos consertar esses outros fatos, isso vai continuar. De maneira que não quero que V. Ex<sup>a</sup> tenha o meu aparte, aliás longo, como uma contestação. Não quero que V. Ex<sup>a</sup> entenda que a nossa posição é a de reconhecer a dificuldade que o País atravessa, e que todos precisamos cooperar com isso. Não podemos fomentar, de maneira nenhuma, a anarquia, a desordem, o desrespeito e, sobretudo, o impedimento de qualquer medida que procure soluções. V. Ex<sup>a</sup> sabe que há poucos dias esteve aqui o Ministro Mailson da Nobrega, e que cortou o subsídio do trigo; qual é a notícia do subsídio do trigo neste País todo? É que o pão aumenta de 4 cruzados e 70 centavos para 5 cruzados, do Rio Grande do Sul ao Acre. É só isso que o povo sabe. Mas ninguém diz que isso vai representar um corte de 120 bilhões de cruzados na despesa pública. Ninguém diz e ninguém fala. Então, qualquer medida que o Governo toma

não é fácil. E daí tenho confiança que este Senado, que é um poder moderador, e V. Ex.<sup>a</sup>, como grande homem público que é, também dará a sua cooperação no sentido de ajudar que se encontrem esses caminhos de equilíbrio necessários à nossa vida. Perdoe-me o aparte e não o tenha como contestação, mas como esclarecimento do que realmente julgo estar acontecendo.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador João Menezes, a contestação deve existir no regime democrático. No regime democrático pleno cada um expressa seus pontos de vista, que devem ser aceitos ou contradiados; não deve haver unanimidade de pontos de vista, não se pode admitir isto em um regime democrático. No momento em que a classe trabalhadora faz a greve e é demitida, o Presidente da Autolatina declara que não aceita aquele percentual imposto pelo Governo, disse que iria parar de fabricar e fechar as portas, e é recebido pelo Presidente da República, são dois pesos e duas medidas. A arma que a classe trabalhadora tem é esta, mas a inflação é galopante. O Presidente da República não disse aos Presidentes dos Tribunais que o aumento do déficit se deve, também, à concessão de cento e poucos milhões de dólares à Sharp, de oitenta e tantos milhões à Transbrasil. Isto não foi dito! Quem paga no final a conta? Vamos socializar a dívida. Na hora de socializar a dívida, quem entra com o pagamento é o povo. O Ministro da Fazenda hoje declara — com todas as letras — que, se tiver que devolver a URP, demite ou, então, vai repassar para o contribuinte.

V. Ex.<sup>a</sup> fala no problema agrário. Nós, em 1964, fomos chamados de anarquistas, comunistas, fomos cassados, porque lutávamos pela reforma agrária. Em 1988, quando se tenta colocar a reforma agrária dentro da Constituição, é a mesma grita do passado. Então, o problema que antigamente era eminentemente rural, hoje é um problema rural e urbano. Houve um êxodo para as grandes capitais. O meu Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal, Capital da República sede do Império, o meu Rio de Janeiro hoje tem 2 milhões de favelados em 450 favelas, vivendo em condições subumanas. Esta é uma realidade flagrante. Como pode alguém gerir a cidade do Rio de Janeiro, que era o segundo Estado em arrecadação do ICM no País, transformado, por interesse político, pelo Governo Geisel, em a capital do Estado do Rio, com uma fusão, querer viver apenas de ISS e IPTU? Então, são essas discrepâncias que não podemos admitir.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite novo aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Com a maior satisfação, ouço novamente V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Nobre Senador Jamil Haddad, quero colocar aqui, nos Anais, duas preocupações minhas com as posições do Senador João Menezes, que está respondendo pela Liderança do Governo, quando S. Ex.<sup>a</sup> fala que estamos aqui com excesso de democracia e quando S. Ex.<sup>a</sup> declara que o Presidente está começando a "tomar pé" dos problemas econômicos do País, depois de três anos de administração. E procura colocar responsabilidades nos ex-Ministros da Fazenda, como se não vivêssemos

num regime presidencialista, em que a responsabilidade do Governo é do Presidente da República. Por isto, o Presidente pode passar um telegrama, como esse de apoio ao Dr. Roberto Marinho, pelo artigo que critica o Governo, porque talvez não se sinta responsável pelo que se passa no seu próprio Governo. Então, Sua Excelência pode passar um telegrama de apoio, porque acha que tudo é normal, tudo é natural, tudo está acontecendo sem nenhuma responsabilidade da parte dele. Estamos vivendo em um regime presidencialista. Infelizmente mas estamos. Quem é o responsável pelo regime presidencialista? Quem é o responsável pela nomeação dos seus Ministros? Quem é o responsável pela linha da política econômica do seu Governo? O Presidente da República. Será que somente agora Sua Excelência está "tomando pé", tomando conhecimento do que se passa, no seu Governo, na área da economia? Estranhei muito essas declarações e fiquei preocupado. Tão preocupado também em relação ao que parece existir, de se forjarem confrontos entre os poderes. Acompanho esta situação com certa preocupação, como V. Ex.<sup>a</sup> já teve oportunidade de falar. Não vejo esse confronto entre poderes. Talvez seja o despreparo para a política nacional e haja discordância de opinião. Não há nenhuma preocupação com discordância de opinião, são duas coisas completamente diferentes: discordância de opinião e confronto entre poderes. Manifesto minhas preocupações relativamente a essas colocações feitas aqui e espero não estarmos tendo preocupações com excesso de democracia no País. Estamos numa democracia e deveremos exercitar a democracia na sua plenitude. Não confundimos anarquia com democracia, mas excesso de democracia não conheço.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Jutahy Magalhães, V. Ex.<sup>a</sup> reitera o que venho declarando, e quero, neste momento em que nos estamos aproximando do final do primeiro turno de votação da futura Constituição deste País, pregar aqui uma pacificação da Nação brasileira. Vamos votar a anistia, não só militar, mas a anistia civil, daqueles que, defendendo os seus interesses, os interesses das suas famílias, através das reivindicações salariais, tenham sido demitidos das estatais, do Serviço Público, para que possamos pacificar a Nação, porque ouve-se o Presidente da República reunir-se com lideranças sindicais, reunir-se com empresários, representantes sindicais, no entanto, poucos dias depois, baixa ordem no sentido de demitir do Serviço Público, das estatais, vários representantes, inclusive de lideranças sindicais.

É a hora da pacificação, é a hora de votarmos, nas Disposições Transitórias, essa emenda, e existe a emenda do Senador Humberto Lucena, existem emendas de outros Companheiros Deputados, para que possamos fazer uma fusão e pacificar a classe trabalhadora deste País, com a anistia e retorno dos líderes e dos trabalhadores demitidos quando reivindicavam seus justos direitos.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Antes de encerrar o meu discurso, ouvirei com prazer o nobre Senador Severo Gomes.

**O Sr. Severo Gomes** — Nobre Senador Jamil Haddad, o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> é oportuno por várias razões. Primeira, pertencemos a uma Casa que faz as leis. Devemos ser os primeiros a defender a obediência à lei, e não aceitar que sejam feitas pressões para que os juízes decidam contra a lei, diante de circunstâncias objetivas do dia-a-dia. A lei é feita para ser respeitada. Somos nós, Senadores, os primeiros que têm a obrigação de exigir o cumprimento da lei, cumprindo-a também. Segunda, os movimentos sociais que reivindicam melhores padrões de vida, e uma participação maior nos frutos do trabalho comum, estão na história do progresso do capitalismo ocidental. O que foi a história da Inglaterra e dos Estados Unidos? Acabamos de comemorar o 1º de Maio, devemos nos lembrar que esta é a data do Massacre de Detroit; quer dizer, quando as contradições da sociedade vêm à luz do sol. No meu Estado, e também no Brasil inteiro, a década de 20 foi a década do primeiro salto do nosso desenvolvimento industrial, que, naquela época, coexistiu com o início dos movimentos sociais. Em 1917, tivemos a única greve geral do meu Estado, São Paulo. Um dos movimentos anarquistas levava à mobilização e organização dos trabalhadores, para reivindicarem uma participação maior. Esta é a história do progresso dos países industrializados. Tivemos revoluções na época, como as de 1922, 1923, 1924 e 1930; eram fenômenos que mostravam as contradições da sociedade brasileira, e não o que se tentou fazer durante longos períodos: esconder as contradições, esconder os antagonismos, como se estivéssemos anestesiando a sociedade. É preciso que a sociedade esteja organizada e que esses antagonismos apareçam à luz do sol; eles são os sinais de vida da sociedade e não os sinais da desordem. Assistimos ao corte do subsídio ao trigo. Falou muito bem o nosso Companheiro que significa uma economia importante para se reduzir um pouco o déficit público. É mais fácil cortar o subsídio ao trigo, quando se trata de impor um sacrifício à grande maioria da população, do que cortar todos os subsídios que há hoje no País: subsídios à energia elétrica, por exemplo, no campo do alumínio, no Pará, e em outros, no campo dos ferros-vigas, que são importâncias muitas vezes superiores às do subsídio ao trigo, mas que tocam em interesses diretos de grupos que têm hoje, ainda, a força de impor essas decisões.

**O SR. JAMIL HADDAD** — A Alcoa está lá mesmo.

**O Sr. Severo Gomes** — Muito obrigado.

**O Sr. João Menezes** — Eminente Senador, permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Sinto-me muito honrado com o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Severo Gomes.

Tenho a impressão de que ainda muitas pessoas não se conscientizaram de que estamos saindo de um processo de exceção, um processo ditatorial. Estamos numa fase difícil da nossa nacionalidade, que é esse processo de transição. E há necessidade de que todos se mentalizem, porque a impressão que temos é a de que durante estes vinte e um anos, como se fosse uma propaganda subliminar, a população brasileira ficou embotada quanto aos seus direitos reivindicatórios.

rios, em razão de um regime ditatorial, um regime de força, um regime de exceção.

Há necessidade de contradição, sim. Senador João Menezes, não penso igual a V. Ex<sup>a</sup>, mas quero ouvi-lo, para discordar ou para aceitar. E este é o grande regime que queremos. Já dizia um grande pensador que o regime democrático não é o melhor, mas não existe outro para substituí-lo; não é o ideal, mas é o melhor. E temos que pensar grande, temos que pensar no futuro deste País, que está atrasado, em termos não de ser a oitava economia do mundo, pois isto não representa nada para nós outros. Eu, médico que, felizmente, com 29 anos de profissão, vendo aumentar diuturnamente os índices de mortalidade infantil neste País, vendo aumentar novamente as taxas de tuberculose, de lepra, leishmaniose, esquistossomose, enfim, malária, como V. Ex<sup>a</sup> diz, na sua região, que se pensava que estivesse erradicada, quero olhar o que representamos em termos sociais. Seremos a oitava economia do mundo nada representa para nós. Queremos o bem-estar da população brasileira. E essa política de exportação subsidiada, para que tenhamos mais dólares, até o momento em que haja retaliação. Viemos para os cento e poucos bilhões de dólares, como viemos há tempos, e partimos para a falência, não para a moratória, mas para a falência, porque não tínhamos como pagar, porque já pagamos o que devíamos e vamos pagar muito mais.

Então, essa política de pagarmos um bilhão e pouco de dólares por mês, de uma dívida que não sabemos, e eu não consegui, até hoje, nobre Senador, uma audição dela e sou membro da Comissão da Dívida Externa — primeiro disseram que o número de contratos era imenso, e não havia possibilidade, e que seria feito por amostragem, e nem por amostragem conseguimos; no entanto, pagam-se de 12 a 13 bilhões de dólares por ano de juros da dívida, e estamos devendo 127 bilhões. Esta é a causa real da situação de miséria da população brasileira, não é a URP a causa real, são os juros escorchantes que pagamos da dívida externa contraída por este País.

**O Sr. João Menezes** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Pois não. Darei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, para encerrar o meu discurso.

**O Sr. João Menezes** — Serei rápido. Quero, agora, entrar mesmo na contradição, para ver como as coisas estão sendo tratadas neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg. Fazendo soar a campainha.) — Solicito ao nobre Senador João Menezes seja breve no seu aparte, pois orador já ultrapassou em quase 30 minutos o seu período regimental.

**O Sr. João Menezes** — A culpa é de S. Ex<sup>a</sup>, não é minha. Mas, nobre Senador, continuando, por exemplo: aqui se fala na URP, que o Governo pretende tirar a URP. Então, se se tirar a URP, vai influir no salário dos funcionários, dos empregados, enfim, de todo mundo. Mas, se se mantém a URP, se o Governo não tem dinheiro para pagar a URP, vai dizer que vai demitir funcionários. Não pode demitir ninguém. Quer dizer, não pode colocar a URP para parar, para ficar em condições de pagar, não pode demitir ninguém para poder

pagar os que ficam. Então, quero demonstrar a V. Ex<sup>a</sup> esta contradição que existe na defesa e nos ataques que se faz na política. Temos que, realmente, enfrentar uma situação, aceitar uma situação. Por exemplo, se o Governo fosse intervir na política do café, Deus o livre, São Paulo colocaria este País abaixo! Se fosse regularizar a política do café, entrar no IBC, examinar tudo como está lá, como é feito, como se sustenta o preço... Deus o livre!

**O SR. JAMIL HADDAD** — Mas isto é que tem que fazer. Não mexe porque tem interesse junto à classe.

**O Sr. João Menezes** — Mas não é fácil.

**O SR. JAMIL HADDAD** — A única coisa fácil é congelar a URP?

**O Sr. João Menezes** — Só se pode fazer quando houver a concordância das forças políticas, quando as forças políticas meterem que, realmente, temos que entrar numa nova orientação.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Mas as forças políticas não concordaram com o congelamento da URP e ela veio!

**O Sr. João Menezes** — A política do alumínio. Vão tirar o subsídio da política ao alumínio, no Maranhão, no Pará, onde houver, no sul do País. E onde se vai vender o alumínio? Os empregados ficarão todos sem trabalho. Fecham-se as empresas? Então, vê V. Ex<sup>a</sup> que, no nosso entender, o que está faltando é a nossa cooperação, temos que encontrar soluções e não criar dificuldades. Isto que me parece. E o Presidente José Sarney está empenhado em encontrar essas soluções. Está disposto a enfrentar as dificuldades e vai enfrentá-las daqui em diante. Agora mesmo o eminente Senador Ney Maranhão focalizou os aspectos fundamentais, primordiais, que é a privatização de várias empresas estatais. Mas isto causa dificuldades. O que recebi de telefonemas e de telegramas e de protestos, quando se falou na extinção das fundações! Que as fundações iriam entrar em recessão, iriam reduzir as fundações, iam ser despedidos os funcionários. Quer dizer, o problema não é fácil, e isso é um problema complexo. Mas o Presidente José Sarney vai enfrentar esse problema e precisamos cooperar para que este País se desenvolva. Fica mais este aparte ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, e espero que o receba como colaboração ao que está dizendo a esta Casa e ao País.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Sr. Presidente, encerrarei o meu discurso conclamando, mais uma vez, a classe política brasileira a votar essa anistia para os demitidos do funcionalismo público e das estatais, por terem cometido um crime, qual seja, lutar contra a derrubada de uma conquista que não foi conseguida por sua luta, que foi conseguida pelo próprio Governo e que a própria Justiça reconhece como válida, tanto que 47 ou 48 liminares já foram concedidas no sentido de ser paga a URP. Inclusive o Comandante do Estado-Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha, no primeiro momento em que se falou no assunto, mandou pagar. Agora, é preciso, na realidade — e V. Ex<sup>a</sup> mencionou o IBC —, se tem que agir por aí mesmo, em cima. É difícil, diz V. Ex<sup>a</sup>, mas é difícil por quê? Porque vai contrariar interesses da classe

empresarial ou de determinados grupos da Operação Patrícia neste País? Não! É fácil. V. Ex<sup>a</sup> disse que deve haver um entendimento político para que isso ocorra. Mas na hora de acabar com a URP, não houve nenhum entendimento político, foi imposto de cima para baixo.

Penso que V. Ex<sup>a</sup> lembra bem a necessidade de diálogo político. Concordo em gênero, número e grau. Há necessidade de diálogo político, mas não o tipo de diálogo que o Presidente José Sarney vem executando: conversa com a classe, com as lideranças sindicais e, três dias depois, manda demitir os que participaram de uma greve, no sentido da manutenção da URP.

Eram estas as palavras que eu queria deixar consignadas, hoje, nos Anais desta Casa, agradecendo aos nobres apartantes o brilhantismo que propiciaram ao meu discurso, já que foi um improviso sem maiores preparações. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há um documento que, pela sua importância e densidade, está a merecer uma reflexão por parte desta Casa: trata-se, Sr. Presidente, da última Encíclica do Papa João Paulo II, a **Sollicitudo Rei Socialis**.

Mais que uma contribuição a doutrina Social da Igreja, a manifestação do pontífice traz novas luzes à compreensão dos problemas que vive hoje a humanidade.

Com efeito, ao publicar, meses atrás sua Encíclica, Sua Santidade, o Papa João Paulo II, continua a tradição inaugurada por Leão XIII de emitir da Cátedra de São Pedro, com a força que tal circunstância confere, pareceres sobre o relacionamento entre os homens no campo econômico-social-cultural e sua importância para a realização plena do ser humano nos planos espiritual e moral.

Na ótica da Igreja Católica a Encíclica tem um duplo objetivo: por um lado, render homenagem ao documento histórico de Paulo VI a **Populorum Progressio**, em seu vigésimo aniversário; por outro, em suas próprias palavras, "reafirmar a continuidade da doutrina social da Igreja e, conjuntamente, sua renovação constante", constituindo uma comprovação do valor perene de seus ensinamentos.

Tem sido, aliás, a tradição do Magistério dos Romanos Pontífices, há quase cem anos, marcar o aniversário de um documento social anterior no caso, os vinte anos da Encíclica mais significativa de Paulo VI com uma nova colocação que reafirma ou aprimora o rumo até então traçado pela Igreja a respeito de tais questões.

Antes, porém, de estender-me sobre o reexame do problema do desenvolvimento dos povos que João Paulo II leva a efeito em sua Encíclica, valeria a pena debruçarmo-nos, um pouco mais, sobre a evolução histórica dos referidos textos sociais da Igreja desde 1931, ano da Encíclica em que Leão XIII tratou da Nova Realidade.

A **Rerum Novarum** representa, com efeito o primeiro grande pronunciamento **ex-Professo** sobre a questão social, marcando uma alteração profunda de atitude da Igreja perante os fenôme-

nos econômicos e sociais. Leão XIII percebeu a gravidade da situação gerada pela Revolução Industrial no plano social, agravada pelas contradições promovidas, de um lado, pelo capitalismo levado aos seus extremos, insensível ao estado de miséria a que foram relegadas as classes trabalhadoras, e, de outro lado, pela proposta socialista, igualmente exacerbada, que, estruturada, então, no pensamento marxista, começava a polarizar os ódios gerados pelas frustrações dos operários espoliados pela ganância de patrões inescrupulosos. Esse confronto desaguou na fase mais aguda da revolução social do final do século passado e início deste século.

Em seu texto defendeu princípios ainda hoje universalmente aceitos, que produziu talvez um impacto igual ou maior do que o causado pelo Manifesto Marxista, tal a firmeza e contundência com que verberou a iniquidade da exploração por parte de duas correntes econômicas que se digladiavam, concitando "a autoridade pública a tomar medidas eficazes para assegurar os interesses da classe trabalhadora, sob pena de violar a Justiça que quer que a cada um seja dado o que é devido".

Quarenta anos haviam-se passado do lançamento da *Rerum Novarum*, quando o Papa Pio XI, para comemorá-los, edita, em 15 de maio de 1931, a encíclica *Quadragesimo Anno*, na qual explicita o ensinamento social de seu predecessor.

Nesse documento, a posição de Pio XI se orienta no sentido de apontar uma linha de conduta e um modelo de doutrina equidistantes do radicalismo de sistemas extremistas, que desintegravam e corrompiam o tecido social e econômico das muitas nações, deixando os indivíduos à mercê do Estado todo-poderoso e da ambição desbragada dos ricos, sem qualquer tipo de mediação.

Preconiza, então, um modelo fundado sobre órgãos intermediários de base cristã, capazes de privilegiar as comunidades de trabalho, notadamente as de natureza profissional.

De Pio XI é a mensagem de valor permanente em defesa dos valores éticos que devem nortear toda ordem social e econômica, ensinando que "a organização econômica não pode ser atética, mas tem de sujeitar-se sempre às exigências da Justiça".

Com João XXIII inaugura-se uma nova e revigorante fase na evolução da doutrina social da Igreja, inserindo seus ensinamentos no âmago dos grandes temas sociais do mundo contemporâneo.

O chamado "Papa Bom" dá novas dimensões à questão social, que, com ele, passa a ser encarada não apenas em termos de tensões de classes disputando os meios de produção e seus resultados econômicos, mas em sua dimensão humana e universal. Intuiu, com clareza, proporções planetárias nas lutas entre classes e categorias sociais, indo muito além das colocações formuladas por Marx, já superadas pela própria evolução da cultura industrial.

Em sua substancial "Mater et Magistra", de 1961, na qual comemora, portanto, o septuagésimo ano da *Rerum Novarum*, e a cuja mensagem acrescentaria a da encíclica *Pacem in Terris*, proclama que "o avanço da história ressalta cada vez mais as exigências da Justiça e da Equidade, que devem intervir não só nas relações entre trabalhadores e empresas... Mas dizem respeito,

também, às relações entre os diversos setores econômicos, entre zonas economicamente desenvolvidas e zonas economicamente menos desenvolvidas dentro de uma mesma economia nacional, e, no plano internacional, às relações entre países desigualmente desenvolvidos do ponto de vista econômico e social".

Nela, por primeira vez, o ensino pontifício penetra, de modo explícito, na temática do subdesenvolvimento e dos desequilíbrios entre as nações; desequilíbrios que, no seu entender, não devem reduzir-se a uma mera questão de maior ou menor grau de desenvolvimento econômico e de seus resultados materiais quantificáveis, mas sim ser atacados segundo as exigências do progresso social e o respeito das comunidades nacionais à hierarquia dos valores humanos reais.

Para João XXIII, entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento a diferença não é apenas quantitativa (renda *per capita*, taxas de natalidade e de mortalidade altas, desproporção entre população rural e urbana, elevados índices de analfabetismo etc.). A diferença é, também, qualitativa, referente a funções diversas assumidas ou impostas pelo sistema econômico mundial.

A renovação promovida por João XXIII, que tantas e tão profundas repercussões iria ter na pastoral social da Igreja, foi consolidada e plenamente explicitada em todos os documentos do Concílio Vaticano II, por ele inaugurado.

Seu sucessor, Paulo VI, com a sua "Populorum Progressio", divulgada em 1967, incorpora a temática do subdesenvolvimento ao pensamento oficial da Igreja.

Essa Encíclica representa mais um grande esforço para que se repense o problema dos povos subdesenvolvidos à luz de categorias éticas inspiradas na fé, em contraposição à decepção que o mundo continua a experimentar com a tese do desenvolvimento entendida como mero crescimento quantitativo.

Para Paulo VI, "é necessário promover-se um humanismo total, que nada mais é que o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens".

Em continuidade com o ensinamento de seus predecessores, eis que surge agora pela palavra de João Paulo II a "Sollicitudo Rei Socialis".

E é sobre o conteúdo desse importante documento que venho, Sr. Presidente, à tribuna:

Ele merece, a meu ver, longa meditação, em face dos questões abordadas, muitas das quais aviventam os rumos de nosso País na presente circunstância histórica.

João Paulo II, como sabemos, inicia sua mensagem ao mundo, ressaltando alguns pontos já salientados pela "Populorum Progressio", a saber:

— o de afirmar que a questão social tinha adquirido um caráter mundial, ampliando-lhe, assim, os horizontes e obrigando todos os cristãos a levarem em conta tal universalidade em suas decisões a nível pessoal e governamental;

— o de dar nova conceituação ao desenvolvimento econômico, vinculando-o à própria manutenção da harmonia entre os povos ao afirmar que se "o desenvolvimento é o novo nome da paz", enquanto houver nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, o conflito entre umas e outras será virtualmente inevitável.

João Paulo II compara, então, aquele momento da Comunidade mundial dos anos sessenta com

o que ora vivemos e conclui demonstrando que o quadro das desigualdades e disparidades sociais e econômicas, infelizmente, se ampliou nas duas últimas décadas.

E, por isso, se mostra pessimista. O "otimismo difundido" — diz ele — que reinava há vinte anos atrás quanto à possibilidade de preencher sem esforços excessivos o atraso econômico dos povos menos favorecidos, ter-se-ia provado injustificado.

"A situação atual do mundo, sob o ponto de vista do desenvolvimento, nos deixa uma impressão prevalentemente negativa", diz textualmente João Paulo II. O fosso entre a área do chamado Norte desenvolvido e o Sul em desenvolvimento persiste ou teria mesmo aumentado. E essa dicotomia "Norte — Sul", ressalta, não pode ser tomada literalmente em sua acepção geográfica, pois que "as fronteiras da riqueza e da pobreza passam pelo interior das próprias sociedades, quer desenvolvidas quer em desenvolvimento".

E continua a justificar seu pessimismo, lembrando que as próprias expressões "Primeiro Mundo", "Segundo Mundo", "Terceiro Mundo" e algumas vezes até mesmo "Quarto Mundo" (para designar os países menos avançados), parecem demonstrar que a unidade do gênero humano está seriamente comprometida.

Quanto à questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, diz o Papa que estes, ao aceitarem na década passada a oferta de capitais abundantes, tiveram a legítima esperança de poderem acelerar seu próprio processo de desenvolvimento. Tendo mudado as circunstâncias no mercado financeiro internacional, o mecanismo que deveria servir ao desenvolvimento passa, pelo contrário, a freá-lo, pois subtrai aos países endividados os recursos financeiros de que poderiam dispor para investimentos nesse setor. Tais verificações deveriam levar a refletir, diz o Papa, sobre o caráter ético da interdependência dos povos e também sobre as exigências e condições de cooperação para o desenvolvimento inspiradas igualmente em princípios éticos. João Paulo II diz ser "necessário denunciar a existência de mecanismos econômicos, financeiros e sociais que, embora conduzidos pela vontade dos homens, funcionam muitas vezes de maneira quase automática, tornando mais rígidas as situações de riqueza de uns e de pobreza dos outros", e cogita sem dúvida das possíveis consequências da questão da dívida, quando diz: "Deveria parecer óbvio que o desenvolvimento ou se torna equilibrado a todas as partes do mundo ou então sofre um processo de regressão, mesmo nas zonas caracterizadas por um constante progresso. Esse fenômeno é particularmente indicativo da natureza do desenvolvimento autêntico: ou dele participam todas as nações do mundo ou não será na verdade desenvolvimento."

No tocante ao meio ambiente, diz o Papa que o descaso com que temos tratado nosso Planeta, os outros seres da criação, os recursos naturais e os nossos próprios semelhantes, ao descuidarmos a qualidade de vida nas zonas industrializadas, nos põe em risco de nos condenarmos à extinção; mesmo sem holocausto nuclear, e tudo por um consumismo desenfreado que João Paulo II condena nos seguintes termos:

"Deveria ser altamente instrutiva uma desconcertante verificação do período mais re-

cente: ao lado das misérias do subdesenvolvimento, que não podem ser toleradas, encontramos-nos perante uma espécie de superdesenvolvimento, igualmente inadmissível porque como o primeiro é contrário ao bem e a felicidade autêntica. Com efeito, este superdesenvolvimento que consiste na excessiva disponibilidade de todo gênero de bens materiais em favor de algumas camadas sociais, torna facilmente os homens escravos da "posse" e do gozo imediato, sem outro horizonte que não seja a multiplicação ou a substituição contínua das coisas que já se possuem por outras ainda mais perfeitas. É o que se chama de civilização do "consumo", ou *consumismo*, que comporta tantos desperdícios e "estragos".

Como parecem, Srs. Senadores, oportunas as palavras de Sua Santidade para o momento que ora atravessamos no Brasil. O confronto Norte — Sul contrapõe não só regiões do nosso País, como faixas da população dentro de nossas próprias metrópoles. O superdesenvolvimento, da maneira como foi conceituado, com todo seu desperdício inerente, convive com o subdesenvolvimento mais abjeto, no qual se nega a seres humanos mais que os recursos para a sua realização; aqueles necessários à sua própria subsistência. O brasileiro pobre tem-se visto privado dos seus direitos de morar, de educar-se, de trabalhar e, muitos, até de alimentar-se. E ao mesmo tempo se desperdiçam somas vultosas, malbaratadas em projetos estéreis, em despesas suntuárias.

**O Sr. Severo Gomes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL** — Ouço com prazer o nobre Senador Severo Gomes.

**O Sr. Severo Gomes** — V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Marco Maciel, salienta, no comentário que faz à última encíclica papal, um aspecto importantíssimo a respeito da desigualdade interna do nosso País. Nós reproduzimos, internamente, a desigualdade que existe no mundo, entre o Primeiro e o Segundo Mundo. Infelizmente, até hoje, não tivemos um projeto, neste País, para resolver isso. Iniciativas generosas muitas vezes, como é o caso da Sudene, foram sempre frustradas, por quê? Porque as políticas no campo industrial, financeiro e todas as outras acabavam privilegiando a concentração em outras regiões do País. Então, a necessidade dessa visão de integração nacional e a consciência de que reproduzimos, internamente, essa desigualdade mundial, está na base de um trabalho para que, realmente possamos ter um futuro melhor. Quero lembrar, de outro lado, que mesmo as regiões ricas acabam, pelo fato de vivermos dentro de um mesmo país, convivendo com concentrações urbanas nas condições em que vive a minha cidade. Há muitos anos, dizia o Prefeito Figueredo Ferraz que "só saneamento básico da cidade de São Paulo custaria mais do que todo o conjunto hidrelétrico de Itaipu". Não tínhamos dinheiro para isso e, se tivéssemos, íamos atrair contingentes populacionais, porque estaria melhorada a cidade, e a questão se reporia. Quero dizer que a solução para a questão das grandes cidades do Sul começa pela solução dos problemas das grandes regiões

populosas e empobrecidas do País. Por final, Sr. Senador, quero dizer da oportunidade do seu discurso, quando estamos fazendo uma nova Constituição e, num dia como o de hoje, em que discutimos a votação da reforma agrária, onde o que divide é a questão da função social da propriedade, que está — vamos dizer — dentro de todo o espírito das palavras do Santo Padre.

**O SR. MARCO MACIEL** — Nobre Senador Severo Gomes, quero agradecer, muito sensibilizado, as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que com elas concordo integralmente, daí por que entendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a crise brasileira, em sua raiz é uma crise política, na proporção em que falta a nossa Pátria, infelizmente, um projeto. E essa tarefa é uma tarefa de natureza política. Tivesse o País um projeto claro, consistente e articulado, não somente para resolver as questões institucionais, mas também para enfrentar os problemas econômicos e dar solução às questões sociais, certamente o País já estaria em outro estágio de desenvolvimento e, muito certamente, não estaríamos padecendo da crise com a qual vive a Nação nesses nossos tempos.

Daí por que, concordando com as palavras do Senador Severo Gomes, considero que deve ser uma tarefa nossa, dos políticos, e de modo especial, dos Partidos Políticos, enquanto canais de articulação entre o Governo e a sociedade, tentar definir, um projeto para o País, que nos dê não somente condições de consolidar a democracia, objetivo maior da transição política brasileira, mas que também nos crie condições para solver essas questões econômicas paradoxalmente tão agudas, num país que tem tantas potencialidades.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. MARCO MACIEL** — Pois não, meu caro Senador Cid Sabóia de Carvalho, ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — O discurso de V. Ex<sup>a</sup> chega num momento tão oportuno que cria uma repercussão maior do que a teria se pronunciado em outra data. É que, hoje, estamos nos preparando para mais uma reunião da Assembleia Nacional Constituinte, e, se votação houver, estaremos discutindo temas atinentes à reforma agrária, chegando a uma conceituação que, no momento, é confusa no País: como conceituar a propriedade produtiva ou como conceituar a propriedade que, sendo produtiva, não cumpre a sua função social, aquela função social que está sendo cobrada da propriedade. Até gosto de distinguir porque a palavra "propriedade" tanto pode significar a terra em si como o direito de propriedade — uma coisa da outra. Ao invés de dizer "propriedade", gosto mais de dizer "o imóvel rural" ou "o imóvel urbano", uma coisa assim, para ficar mais claro. Mas o discurso de V. Ex<sup>a</sup> apanha em cheio essa questão de hoje. E muita gente neste País — o que mostra a razão de, ser de mais uma encíclica com esse apelo papal — não concebe como possa uma propriedade produtiva não atingir a sua função social. Isso mostra a dificuldade do País na condução do problemas econômico, que chega ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, porque, na verdade, a propriedade, o imóvel, pode ser produtivo, mas a sua produção pode não ser aquela de que necessita a sociedade, pode ser

uma produção que se destina a uma má colocação ou a uma posição econômica que até gere o desequilíbrio, talvez indo até a formar excessos de estoque e outras coisas tantas. Há de se convir também que o imóvel rural pode ter uma excelente produção, mas para que essa excelente produção seja possível há a mão-de-obra não perfeitamente remunerada, há o trabalho quase que escravo, como muitas denúncias já foram feitas sobre fazendeiros localizados nas zonas mais prósperas do nosso País. Para se obter a produção é preciso seguir a legislação, é preciso observar o direito da pessoa humana, é preciso estar em paz com a consciência nacional. Não é apenas produzir, porque na escravidão nós produzíamos. Os campos de concentração poderiam ter produzido se aqueles homens não tivessem sido utilizados para as pesquisas terríveis dos adeptos de Hitler. Se houvessem sido utilizados para o trabalho teriam produzido e os campos de concentração seriam produtivos, mas jamais teriam uma função social ou um aspecto moral. Quero crer que V. Ex<sup>a</sup> traz esse tema ao Senado, com mais uma acertada encíclica, com essa felicidade que tem marcado o nosso atual Papa nos enfoques que faz, tenho a impressão que V. Ex<sup>a</sup> traz esse tema ao Senado muito a propósito da realidade e, quem sabe, a propósito do dia e das expectativas que estamos vivendo para os trabalhos de daqui a pouco na Assembleia Nacional Constituinte. Como V. Ex<sup>a</sup> é um Senador muito maduro, maduro no seu pensamento, maduro na sua linha de conduta, maduro filosoficamente, acho que merece incluir no seu currículo de atuação, aqui no Senado, esta fala como um ponto da maior relevância.

**O SR. MARCO MACIEL** — Muito obrigado, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, pelas palavras que V. Ex<sup>a</sup> vem de proferir em aparte ao meu discurso. Quero dizer que V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, trouxe uma contribuição muito boa ao tema que estamos aqui a discutir e a debater. Com efeito, as palavras do Papa, elas de alguma forma servem, não diria apenas de subsídio, mais do que isto, elas servem de advertência para as questões que vive a nossa Pátria neste instante. E diria mais, que, por isto mesmo, elas devem ser refletidas, elas devem ser meditadas, para que nós, quem sabe iluminados pelas palavras do Papa, possamos descobrir o melhor caminho para o nosso País.

Com efeito, a mensagem que o Papa nos traz, dando continuidade a uma doutrina social que a Igreja tem desenvolvido e aprimorado ao longo dos anos, é uma mensagem que certamente em nossa Pátria teria que nos fazer repensar todo um processo de desenvolvimento. Porque, como têm dito os Papas, o desenvolvimento só é completo quando ele promove não apenas a realização integral do homem todo, mas de todos os homens. Isso, aliás, significa uma nova conceituação de desenvolvimento, distinguindo-o, consequentemente, do mero crescimento econômico.

Daí por que quero, em agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> suas palavras, dizer que elas de alguma forma fertilizaram o meu discurso, na proporção em que apresentaram ângulos novos das questões que estamos abordando aqui.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a mensagem do Papa guarda, se assim posso dizer, muita perti-



nência também com idéias que temos defendido para o nosso País. De alguma forma coincidem com as idéias do liberalismo moderno.

Pois hoje, em face da situação por que passamos, temos que refletir sobre o papel do Estado nas nações em desenvolvimento do Terceiro Mundo, sobretudo nos países latino-americanos, ainda cindidos pelas incomensuráveis diferenças do desenvolvimento interno, que fazem sobreviver segmentos dinâmicos e prósperos da economia com técnicas artesanais e pré-industriais da produção. As diferenças que geram as demandas, tanto a nível político quanto a nível econômico e social, não poderão ser superadas apenas pelo livre jogo das forças de mercado. O Estado tem que usar o seu poder tributário, as medidas de política econômica, os instrumentos de redistribuição da renda e os incentivos que estão a seu alcance para encurtar essa distância, tanto a nível pessoal, fortalecendo o poder aquisitivo e ampliando o mercado interno, quanto a nível espacial, aproximando as regiões dramaticamente separadas de conhecimento e de desempenho.

João Paulo II diz que "o desenvolvimento tem necessariamente uma dimensão econômica, porque deve proporcionar ao maior número possível dos habitantes do mundo a disponibilidade de bens indispensáveis para "ser", contudo, não se limita a tal dimensão. Se for delimitado a ela, volta-se contra aqueles a quem se quereria favorecer".

Todavia, o papel do Estado, fundamental no campo econômico, não é menor nem menos significativo no campo social. O ideal democrático e liberal de uma sociedade em que todos tenham iguais oportunidades só poderá ser atingido com o poder moderador do Estado, a suprir garantias mínimas em matéria de educação, de previdência, de saúde, de oportunidades de trabalho e de promoção cultural. Os direitos sociais, nas sociedades de massa, são tão fundamentais quanto os direitos econômicos, como bem lembra o Papa.

Igualmente importante é a função do Estado na tutela dos direitos políticos, ressaltando que a tutela dos direitos individuais não pode ser exercida apenas em favor daquele segmento social que se convencionou chamar de burguesia, ou seja, de um pequeno grupo de privilegiados.

Entretanto, devemos ter sempre em mente que, conforme afirma o Papa, não se pode, em nome de uma pretensa igualdade, "destruir o espírito de iniciativa, substituído-o pela passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático", lembrando, ao mesmo tempo, que "tanto os povos como as pessoas individualmente devem gozar da igualdade fundamental, sobre a qual está baseada, por exemplo, a Carta da Organização das Nações Unidas; esta igualdade é o fundamento do direito à participação de todos no processo de desenvolvimento integral".

Se o Estado pode ser promotor de progresso nos campos econômico, social e político, há que cuidar, por outro lado, para que não se transforme em opressor.

Não é o Papa, ele mesmo, que deplora textualmente a maneira como hoje em dia é sufocado o direito de iniciativa econômica? Vejamos o que ele afirma a propósito: "A experiência demonstra-nos que a negação deste direito ou a sua limitação, em nome de uma pretensa "igualdade" de todos na sociedade, é algo que reduz, se é

que não chega mesmo a destruir de fato, o espírito de iniciativa, isto é, a subjetividade criadora do cidadão. Como resultado surge, deste jeito, não tanto uma verdadeira igualdade, quanto um nivelamento por baixo. No lugar da iniciativa criadora prevalecem a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático, que, como único órgão disponente e decisório — se não mesmo "possessor" — da totalidade dos bens e dos meios de produção, faz com que todos fiquem numa posição de dependência quase absoluta; que é semelhante à tradicional dependência do operário-proletário do capitalismo. Ora, isto gera um sentimento de frustração ou desespero e dispõe para o desinteresse pela vida nacional, impelindo muitas pessoas para a emigração e favorecendo em todo o caso uma espécie de "emigração psicológica".

Estamos, na verdade, diante do desafio de mais uma vez conciliarmos a ordem com a liberdade e a liberdade com o progresso. É preciso, portanto, fazer com que as instituições políticas sejam cada vez mais a expressão do desejo da sociedade. Só assim evitaremos o vazio autoritário de pretender que o Estado onipotente, e o governo, como expressão material de sua vontade, possam tutelar sociedade e moldá-la segundo seu arbítrio, o poder e a vontade de seus eventuais detentores.

"Um verdadeiro desenvolvimento, segundo as exigências próprias do ser humano, homem ou mulher, criança, adulto ou ancião, implica, sobretudo da parte de quantos intervêm ativamente neste processo e são responsáveis por ele, uma viva consciência do valor dos direitos de todos e de cada um." Diz João Paulo II.

Mesmo admitindo, como no caso dos países do Terceiro Mundo, um intervencionismo maior do Estado, para acelerar a igualdade e superar as desigualdades, cremos que os interesses que dizem respeito apenas aos segmentos sociais, e que são por eles administrados sem conflitos, relevam a interferência do Estado. Ou seja, o Estado deve estar presente para impedir a dominação de uns sobre outros, ampliar a concorrência na luta contra a oligopolização da política e da economia, assegurar os direitos das maiorias e minorias e estabelecer a igualdade.

Mas a principal finalidade da atuação do Estado na economia será a de acabar com o dualismo econômico do País, em que setores improdutivos e ultrapassados convivem periféricamente com os setores modernos e dinâmicos. Concorrentemente, dever-se-á buscar o aumento da competição e da produtividade. Os preços dos bens e produtos devem ser competitivos interna e externamente, como forma de pôr fim à realidade em que, na maioria dos casos, pagamos os piores salários e produzimos com os preços mais altos.

A atividade moderadora e conciliadora do Estado somente se justifica, portanto, para abrandar as disparidades regionais e pressões de renda de desfrute dos benefícios sociais coletivos, única forma de se abrandar a terrível e angustiante assimetria demográfica, econômica, social e política da Federação conhestra, que somos em transição para Federação equilibrada, que pretendemos ser.

A este respeito vale recordar que embora tenhamos mantido sempre taxas razoáveis de crescimento econômico, a geração da riqueza nacional nem sempre beneficia, como seria desejável, a

toda a Nação. A renda internamente mal dividida, entre regiões e pessoas, não tem sido suficiente para assegurar a todos as condições mínimas de sobrevivência digna e de completo desfrute da cidadania ativa e consciente. A legião de marginalizados dos benefícios do progresso continua a crescer de forma intolerável, à medida que aumenta nossa pressão demográfica e na proporção em que aumentamos nosso peso específico no campo da economia mundial. Uma lamentável expressão de tais disparidades transforma milhões de brasileiros em meros expectadores de sua própria época. Muito embora a proporção de beneficiários da educação e dos serviços de assistência médica, previdenciária e de equipamentos urbanos não cesse de crescer, o seu número absoluto não pára de aumentar, numa demonstração inequívoca de nossa incapacidade de enfrentarmos com êxito os desafios da disparidade econômica e social do País. Temos a sexta população do mundo, somos a nona economia mundial, mas a renda interna **per capita** dos brasileiros situa-se no quadragésimo sétimo lugar entre o de todas as nações do Universo.

O conflito Norte — Sul a nível intra-societário de que fala João Paulo II e ao que já me referi anteriormente. Nele as iniquidades internas ameaçam a estabilidade política e a harmonia social, e perturbam o rendimento da economia, de forma cada vez mais acentuada, quando associadas a taxas insuportáveis de inflação e de crescente desvalorização monetária.

Possuindo uma das economias mais autárquicas do mundo contemporâneo, temos sido capazes de combinar, criativamente, um razoável intercâmbio comercial com o exterior, com padrões razoavelmente modestos de abertura e concorrência externa. O poder do Estado tem sido utilizado com inusitada frequência, para, com o monopólio, beneficiar grupos e favorecer capitais, aumentando, de forma gradativa e acentuada, o patrimonialismo no emprego dos recursos públicos e a taxa de uso indevido das prerrogativas do governo em favor de minorias privilegiadas. Exatamente em decorrência de tais distorções jamais fomos capazes de garantir a todos os que aqui vivem, indistintamente, nem o princípio fundamental do liberalismo, que é o de assegurar a igualdade de oportunidade em todas as áreas da atividade e do conhecimento humano, nem o preceito fundamental da democracia, que é o de garantir igualdade a todos, tratando igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

A observação de João Paulo II sobre a má distribuição parece encaixar-se perfeitamente ao caso brasileiro: "Uma das maiores injustiças do mundo contemporâneo consiste precisamente nisto: que são relativamente poucos os que possuem e muitos os que não possuem quase nada. É a injustiça da má distribuição dos bens e dos serviços originariamente destinados a todos."

E o resultado trágico de nossa tradicional incapacidade de gerir a liberdade que conquistamos a cada passo tem sido o de perpetuarmos de forma dramática e injusta o dualismo em que nos debatemos historicamente e que divide os brasileiros entre os tributários de todos os deveres de um lado e os usufrutuários de todos os direitos, de outro.

A cada etapa de nossa evolução histórica, temos conseguido a nossa faixa de liberdade, mas



nem sempre com correspondente aumento da taxa de seu desfrute. Os riscos que corremos hoje não põem em perigo a existência do País, como nação politicamente organizada, mas seguramente colocam em xeque o padrão de vida dos brasileiros.

João Paulo II nos fala do desenvolvimento humano autêntico e diz que "a colaboração para o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens é, efetivamente, um dever de todos para com todos..."

Nesta linha, o Estado brasileiro, que historicamente tem servido de instrumento ao desfrute das minorias deve-se transformar para que possa servir com eficiência a todo povo brasileiro.

Por outro lado, na concepção liberal, o Estado não pode ser um fim em si mesmo. De nada vale, para o processo civilizatório que queremos, um estado que reine soberano sobre uma nação e um povo empobrecidos.

Temos entre nossas deficiências o peso enorme de um país naturalmente bem constituído, mas irracionalmente dividido, gerando assimetrias que ameaçam tornar-se inadministráveis. O ônus da interferência do estado tutelando a sociedade é excessivo, tornando-o inoperante e ineficiente. Mas nem por isso muitos deixam de reclamar, em seu próprio benefício, o crescimento dessa taxa de ingerência e proteção, em favor dos seus próprios interesses corporativos. Se esse crescimento desmesurado do sentimento corporativista não chegar a constituir uma ameaça imediata à estrutura social deficiente que temos, a prevalência de tais interesses sobre toda a coletividade pode levar à coletivização de nossa sociedade, vergada ao peso dos privilégios, das disparidades, das distorções e das injustiças.

Contra todas essas ameaças é preciso levantar a voz do bom senso, pensar o modelo que temos e passar a limpo, no exame crítico, sincero, profundo e desapassionado, o país que temos e o país que queremos.

Como tutelar as garantias do cidadão de forma eficaz, a não ser aproximando-se o poder do estado do poder da sociedade de ação-lo em seu favor? Que instrumentos da sociedade, por mais organizada que ela seja, terá eficácia suficiente para preservar os direitos políticos e individuais de mais de 140 milhões de pessoas, a não ser transformando os instrumentos do Estado em mecanismo eficiente de proteção do cidadão?

A resposta a essas questões constitui um dos maiores problemas para a modernização econômica, política e social do País. Terá por base a constatação de que a assimetria federativa do Brasil decorre sobretudo das diferenças regionais e pessoais do produto. Havendo diferenças de renda e, conseqüentemente, de poder aquisitivo, a principal desigualdade a ser superada será a de tratar igualmente situações desiguais, para que se realize o princípio democrático da igualdade política e social.

Se a Igreja encontra-se disposta, conforme diz também o Papa na Encíclica, a alienar o que Sua Santidade chamou de "os objetos preciosos do culto divino" em favor dos carentes, não seria o caso de o Estado começar a pensar em fazer o mesmo? Em alijar todos os seus bens supérfluos, que tanto contribuem para onerar o brasileiro, já vergado sob o peso de uma taxa abu-

siva, a fim de sustentar esses sinais exteriores do poder estatal?

Resumindo, portanto, o Estado, segundo o concebemos, e volto a enfatizar, deve ser apenas um dos meios para promover, na medida de suas possibilidades, e com o máximo de eficiência, os preceitos fundamentais relacionados com a igualdade de oportunidades em todos os campos e a igualdade civil de todos os cidadãos que, nascendo livres e dotados de livre arbítrio, livres devem permanecer, para que façam suas próprias escolhas e opções.

Sob nenhuma desculpa deverá ser tal situação aproveitada pelo Estado para usurpar o papel de guia único, porque isso comporta a destruição da verdadeira subjetividade da sociedade e dos cidadãos", como diz o Papa.

E, finalmente, o papel do Estado é de estabelecer mecanismos compensatórios, para que os brasileiros de todas as regiões possam gozar os mesmos benefícios, pagando cada um segundo suas possibilidades, e de forma diretamente proporcional a seus rendimentos.

**O Sr. Ney Maranhão** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** — Pois não. É com prazer que ouço V. Ex<sup>a</sup>, meu caro conterrâneo, senador Ney Maranhão.

**O Sr. Ney Maranhão** — O Senado da República está ouvindo, neste momento, com muita atenção, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> sobre a Encíclica do Papa João Paulo II, e ao mesmo tempo a sua posição com respeito a essas Encíclicas. Nós, que representamos o Senado da República, ouvimos com atenção as palavras de V. Ex<sup>a</sup> como líder dos mais autênticos da nova geração deste País, pela vossa experiência como Governador do Estado de Pernambuco, um Estado sofrido daquele Nordeste, como Ministro de Estado, essas experiências V. Ex<sup>a</sup> se enriquece a cada dia mais. Mas nós todos sabemos, Senador Marco Maciel, que neste País temos dois brasis: o Brasil do Sul e o Brasil do Norte; o Brasil desenvolvido e o Brasil subdesenvolvido. Sabíamos que, na década de 30 o grande paraibano, José Américo de Almeida preparou, e está aí para todo mundo que quiser conhecer, um projeto de irrigação para o Nordeste. Como diz bem o nosso matuto, se isso acontecesse, nós não precisaríamos de São Pedro e sim do São Francisco, que tornaria o Nordeste uma Califórnia brasileira, onde daríamos alimentos aos nossos "paus-de-arara" e a todo o povo brasileiro. V. Ex<sup>a</sup>, neste instante, está pronunciando um discurso de grande valia e importância para a Nação brasileira: as Encíclicas de João Paulo II, com o aval da experiência de V. Ex<sup>a</sup> na vida política e administrativa deste País, são uma grande contribuição. Senador Marco Maciel, para que o Governo alcance o plano social de que tanto precisamos neste País.

**O SR. MARCO MACIEL** — Muito obrigado, nobre Senador Ney Maranhão, pelas suas palavras e pelo depoimento que V. Ex<sup>a</sup> traz a respeito das desigualdades que ainda marcam, infelizmente, o espaço territorial brasileiro. De um lado, o Sul e o Sudeste desenvolvidos, em outra parte o Norte e Nordeste subdesenvolvidos. E são essas disparidades, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que nós precisamos urgentemente corrigir.

**O Sr. Áureo Mello** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** — Com muito prazer, logo após concluir minha resposta ao aparte do Senador Ney Maranhão.

O que precisamos fazer, Sr. Presidente, é justamente, como dizíamos há pouco, definir um projeto que possa, inclusive, e rapidamente, enfrentar os desnveis que marcam, de forma tão aguda, o processo de formação da nossa própria nacionalidade. Observam-se em nosso País quer interpessoais, quer, sobretudo, como V. Ex<sup>a</sup> lembrou acertadamente, as interespaiais, inter-regionais.

Ouçõ agora, com prazer, o Senador Áureo Mello.

**O Sr. Áureo Mello** — Muito obrigado, nobre Senador. Eu estava escutando, como sempre escuto, com muita admiração e muito prazer, as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCO MACIEL** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Áureo Mello** — Aliás, V. Ex<sup>a</sup> faz parte daquela equipe de Parlamentares e Senadores que quando vêm à tribuna trazem uma doutrina, uma mensagem que realmente é produtiva e se acrescenta à evolução e aperfeiçoamento deste País. Ainda recentemente ouvimos um discurso, que lembrava paralelamente o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, do nobre Senador Ronan Tito, que também contribuiu, acrescentando, produzindo, sugerindo, para que nós possamos realmente evoluir e, ao passar da nossa presença nestas lides e nestes cenários parlamentares, tenhamos deixado também uma quota, para que este País avance e esta população melhore e se aperfeiçoe. Estava aqui pensando, justamente ouvindo as palavras de João XXIII, a interpretação que V. Ex<sup>a</sup> lhes dá, nas muitas contribuições que a inteligência brasileira tem trazido a este País e ao consenso — especialmente de todos nós que somos legisladores, porque cada dia nos afirmamos mais, haja vista o que se está desempenhando na Constituinte que, no meu modo de entender, é um desempenho admirável de autêntico idealismo e realmente singular no cenário político brasileiro — essas contribuições para que este País vá se escarificando pouco a pouco, como se fosse um diamante bruto que vem lentamente lapidado, venha se transformar numa instituição modelar, num Estado realmente capaz e extraordinário. Entre essas colaborações, esses trabalhos, sempre me recorde de um escritor modesto, de um pensador quase anônimo, bastante obscuro e sem as condições materiais que são imprescindíveis para uma divulgação mais profunda, que é o ex-Deputado Celso Brant. O Deputado Brant — inclusive criou um partido, que é um partido saariano, desértico porque ele não tem representante e tem apenas aquela imensa boa vontade — tem contribuído para o estudo da Nação brasileira com uma sequência de livros muito interessantes. Ele publicou o livro *Mobilização Nacional* e o livro *Quem tem medo da moratória* a sua própria expensa, as suas próprias custas e esses livros vêm trazendo — da mesma maneira que essa doutrina, essa mensagem que V. Ex<sup>a</sup> está apresentando ao Plenário e à Nação brasileira — uma contribuição não só de ordem geral, como é a contribuição de Sua Santidade como, especifica-

mente, uma contribuição brasileira. Essas fórmulas, esses preceitos, essas asseverações são, realmente, motivo de satisfação para que elas se depositem no cadinho espiritual e da observação dos Parlamentares deste País, como elementos fundamentais para que depois se faça a sedimentação de um plano definitivo de aperfeiçoamento social. O nobre Senador Ney Maranhão, como bom pernambucano — e os pernambucanos aqui representados no Senado sempre trazem, realmente, uma contribuição interessante para o aperfeiçoamento dos trabalhos e evolução dos conhecimentos estatais, haja vista também os discursos interessantes do Senador Mansueto de Lavor — enfatizou justamente um aspecto muito importante para a Nação brasileira: é a disparidade, essa dicotomia existente entre regiões brasileiras. Realmente, o Norte luta, desapoderadamente, num verdadeiro esforço de sacrifício, para conseguir emparelhar-se e situar-se no mesmo plano, no mesmo ritmo e na mesma marcha dos Estados ditos privilegiados de uma faixa brasileira que não representa tanta área geográfica quanto os dois terços da Federação, que constitui a Amazônia, e a grande parcela que representa o Nordeste. V. Ex.<sup>a</sup> me permite a longitude do aparte, mas como somos poucos, faz de conta que estou substituindo o Senador João Menezes e os demais Senadores que estão ausentes, com a benemerência nobre e sempre digna do nosso Senador.

Presidente, que é o epinício da cultura e do labor do povo de Sergipe. Então, digo a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: que na região, por exemplo, do extremo Norte que tem sido sempre quase uma verdadeira colônia do resto do Brasil, luta com uma dificuldade fantástica para conseguir emparelhar-se, acertar o passo com outras regiões. Agora mesmo, temos uma empresa, lá no Amazonas, a Siderama, que é, por assim dizer, o dealbar da entrada do Estado, que represento, no setor industrial, propriamente dito, na grande metalurgia. E V. Ex.<sup>a</sup> pode crer que tem sido uma dificuldade brutal, conseguirmos fazer com que essa instituição funcione e tenhamos ferro guza, aço, que é, naquela concepção do Monteiro Lobato, prefaciando Eça do Bey, a chamada energia estática que será movida pela energia dinâmica naquela concepção de Monteiro Lobato, prefaciando Eça do "Bei", a chamada energia estática, que será movida por uma energia dinâmica, que é o petróleo. Outro ponto triste deste País e que precisaria ser analisado e revisado pelos nossos grandes economistas é a chamada economia monocultural ou monoestruturista, em que cada Estado procura produzir um produto basilar, estabelecendo uma interdependência, inclusive amparada e às vezes assistida por órgãos institucionais, em que vemos a monocultura da borracha, no Amazonas, aquela predominância de açúcar em Pernambuco, o mate em Mato Grosso, o café em São Paulo, embora São Paulo já seja uma economia diversificada, quando deveríamos marchar para auto-suficiência, em que cada Estado representasse a sua própria garantia, a sua própria segurança e a sua própria condição de sobrevivência. Isto são meros apontamentos perfunctórios que gostaria de acrescentar ao brilhante discurso de V. Ex.<sup>a</sup> que, para mim, é um refrigério, um motivo de calma, de alegria, porque os trabalhos de V. Ex.<sup>a</sup>, sempre ditos com bastante meditação, patriotismo e profundidade, são, realmente, de

serem meditados e de serem guardados para estudo subsequente desses setenta e dois brasileiros que aqui estão para mobilizar o País. Portanto, os meus parabéns a V. Ex.<sup>a</sup> De morar-me-a falando bastante, mas sei que o nosso Regimento já exige o término do brilhante pronunciamento que V. Ex.<sup>a</sup> nos está produzindo, e concluo, em termos gerais, assim, felicitando-o pelas palavras com que nos está honrando e acrescentando, em todos os instantes. Muito obrigado.

**O SR. MARCO MACIEL** — Agradeço, muito sensibilizado, meu caro Senador Aureo Mello, pelas palavras que produziu a respeito de meu discurso e, de modo particular, à maneira tão cativante com que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu ao meu trabalho parlamentar. Essa palavra, V. Ex.<sup>a</sup> pode estar certo, muito me desvaneceram e, de alguma forma, muito servem de estímulo para minha atividade de homem público.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao concluir, julgo extremamente oportuno que meditemos, neste momento em que estamos votando a nova Constituição de nosso País, sobre as palavras de advertência que nos faz a todos Sua Santidade, Papa João Paulo II, nesta tão discutida e comentada Encíclica.

O novo texto constitucional que está sendo votado pela Assembleia Nacional Constituinte consagra valiosos avanços que devem materializar novas conquistas, quer no campo jurídico e institucional, quer na área econômica, quer, finalmente, na estrutura social do País.

A sua adoção, contudo, feita em circunstâncias excepcionais, num clima de crescentes dificuldades e em meio a inquietações e angústia que permeiam toda a sociedade, não nos assegura que, com a nova Constituição, tenhamos necessariamente um novo regime.

Por um novo regime não entendemos apenas a realização de alterações na forma de governar, na discriminação de rendas públicas, nem nas aspirações pela melhoria das condições sociais. Consideradas em suas consequências, as transformações que devem se seguir à nova Constituição não configuram a mudança estrutural que o País reclama, vencidas as etapas cruciais de seu desenvolvimento que, embora tenham garantido o crescimento da economia, não foram capazes de preparar a Nação para um desafio de um novo século marcado pela crescente interdependência entre os povos por uma feroz competição no campo internacional e por uma busca incessante de modernidade.

Temos de assegurar o que João Paulo II chama de verdadeiro desenvolvimento, pois "para ser integral, o deve realizar-se no quadro da solidariedade e da liberdade sem jamais sacrificar uma e outra, sob nenhum pretexto. O caráter moral do desenvolvimento e a necessidade de sua promoção são exaltados quando existe o mais rigoroso respeito por todas as exigências derivadas da ordem da verdade e do bem, próprios da criatura humana".

O próprio Papa chama a atenção para o fato de que: "hoje, mais talvez do que no passado, os homens dão-se conta de que estão ligados por um destino comum, que há de ser construído conjuntamente, se se quiser evitar a catástrofe para todos. Das profundezas da angústia, do medo e dos fenômenos de evasão... emerge progres-

sivamente a idéia de que o bem, ao qual todos somos chamados, e a felicidade a que aspiramos não se podem obter sem o esforço e aplicação de todos, sem exceção, o que implica a renúncia ao próprio egoísmo".

Em poucas palavras, o subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas econômico; mas é também cultural, político e simplesmente humano".

"A negação ou limitação dos direitos humanos — como, por exemplo, o direito à liberdade religiosa, o direito a participar da construção da sociedade, a liberdade de associação, ou de constituir sindicatos ou de tomar iniciativas em campo econômico — não empobrecem a pessoa humana, talvez tanto — se não mais — quanto a privação dos bens materiais? E um desenvolvimento que não leve em conta o pleno reconhecimento destes direitos será realmente um desenvolvimento de dimensões humanas?"

Encíclica é portanto, um documento a ser meditado, não importando se somos cristãos ou não. Os ensinamentos ali contidos me parecem válidos para todos aqueles que estão realmente interessados no ser humano, em seu bem-estar, em seu futuro, seja qual for seu credo.

Meditemos, pois, sobre os desafios com que nos defrontamos como homens e invoquemos a proteção divina, para que possamos fazer o julgamento correto, cada vez que nos toque dar nossa participação para minorar o sofrimento de nossos semelhantes e propiciar o desenvolvimento autêntico de nosso País que, nas palavras de João Paulo II, "não pode consistir somente no uso, no domínio e na posse indiscriminada das coisas criadas e dos produtos da indústria humana; mas, sobretudo, em subordinar a posse, o domínio e o uso à semelhança divina do homem e à sua vocação para a imortalidade".

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

**O SR. ROBERTO CAMPOS** (PDS — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo levar ao conhecimento da Casa o texto do artigo do jornal *O Globo* de 2 de maio de 1988, sob o título "País Gigante, Pigmeu Mineral":

#### A VERDADE SOBRE O SUBSOLO

##### País gigante, pigmeu mineral

#### JOSÉ BELFORT DOS SANTOS BASTOS

Quando criança, já ouvia falar das "riquezas mil deste Brasil", tão cobiçadas por todos os povos da Terra.

Portugal, na afeição de riquezas, exigia o ouro das Minas Gerais para sustentar a Coroa, inoculando, assim, como herança genética, o sentimento de abundância estreitamente associado a uma postura xenófoba. Hoje, acredita-se, dogmática e graciosamente, em riquezas minerais fabulosas — só conhecidas dos estrangeiros —, sedimentando, com isso, um sentimento de inferioridade, como se toda a Nação estivesse submetida a um atraso tecnológico tal que nada restasse, senão a arma do xenofobismo para garantir a integridade mineral. Essa crença se generalizou por todos os recantos do País e,

dessa forma, a verdade passou a soar como se falsa fosse, dando lugar a que a ficção parecesse ser mais real do que a própria verdade.

Alguns dias atrás, li nos jornais, que, no Congresso Nacional, existia um grande mapa, mostrando o "loteamento do subsolo brasileiro às multinacionais" e dizendo, ainda, que "401.757 quilômetros quadrados do subsolo brasileiro (38,1% do total) estão sendo explorados por grupos econômicos estrangeiros". Mais adiante lia-se que "as porcentagens são uma consolidação estatística que engloba autorizações para pesquisa e para lavra". Um deputado acreditando nesses dados, concluiu que essa imensa área, no conjunto, englobava os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Recentemente, o Departamento Nacional da Produção Mineral publicou um documento intitulado "O subsolo brasileiro e a mineração", da autoria de um ex-diretor da Casa, mostrando, com máximo de isenção, a realidade das concessões minerais envolvendo todos os regimes de concessão, desde um simples pedido de pesquisa e, conseqüentemente, o respectivo alvará, até a portaria que concede a lavra de minérios.

Entretanto, essa realidade, por não implicar o loteamento do subsolo para as multinacionais, na certa virou ficção. Mas a ficção dos 401.757 quilômetros quadrados (38,1% do total das concessões) "sendo explorados" pelas multinacionais, por ser uma ficção tornou-se uma realidade e a verdade virou ficção.

Imagine-se que somente a área destinada ao aproveitamento mineral fosse real, conforme divulgou o jornal. Então, um simples cálculo aritmético revelaria que a área concedida para a "exploração mineral" no Brasil teria, como total, os 401.757 quilômetros quadrados (38,1%) acrescidos da parcela de 652.398,3 quilômetros quadrados (61,9%) — esta última controlada, agora, pelo capital privado nacional e pelas empresas estatais. Se isso pudesse deixar de sugerir ficção e passasse a ser realidade, é certo que nenhum problema econômico subsistiria e o Brasil seria o único País arquivilionário de todo o universo. Lamentavelmente, acontece que esse desejo é irreal e nem mesmo a vã imaginação poderá conceber uma área de 1.054.155,3 quilômetros quadrados mineralizada e muito menos sendo "explorada" no nosso planeta.

Não creio que alguém já tenha feito a soma das áreas em "exploração" no mundo. Mesmo assim, seria certo supor-se que esse somatório ficaria muito aquém de um milhão de quilômetros quadrados.

No Brasil, as áreas concedidas para a "exploração mineral", isto é, destinadas a lavar minérios, somavam, até 13-8-87, a inexpressiva superfície de 26.576 quilômetros quadrados, apenas 0,31% do território brasileiro. Do total dessas concessões o capital estrangeiro detinha 0,09%, enquanto que os capitais privado nacional e estatal controlavam, respectivamente, 0,06% e 0,16% do território nacional. Apesar de a área para lavra mineral

concedida ao capital estrangeiro ser maior do que a do capital estatal, o mesmo não ocorre com relação à sua produção ou participação no PIB, representativa de 11,27% e 29,5%, respectivamente.

Vale esclarecer que os fatores determinantes dessa menor participação no PIB devem-se a problemas relacionados a mecanismos de demanda e oferta, mercados, inclusive os favorecidos, além de outros fatores, todos próprios da comercialização de qualquer minério, excluídos, naturalmente, os ensaios de boicotes, ou de aviltamento predeterminado, mesmo porque o principal consumidor desses produtos minerais é o nosso mercado interno. As exportações, quando são feitas por grupos — nacional, estatais e multinacionais —, só são autorizadas após o cumprimento de todas as exigências do DNPM, que, previamente, procede a exaustivas análises não só de preço como de teores e dos próprios contratos. Desvios de produção, quando existem, são feitos por contraventores, como é o caso do ouro, do café, da soja e dos automóveis, sendo exportados para países limítrofes que não produzem qualquer um desses itens.

Cabe, agora, ser analisada aquela área correspondente a 401.757 quilômetros quadrados que, sem qualquer justa explicação, foi colocada no seio da Constituinte, com o intuito de confundir e falsear a verdade. Sob a bandeira de um nacionalismo programático e exacerbado, alguns falsos nacionalistas querem fazer crer que são mais brasileiros do que todos os brasileiros natos. No trabalho "O subsolo brasileiro e a mineração", publicado pelo DNPM, existe um capítulo — muito enfadonho para aqueles que não desejam entender o mecanismo das concessões — esclarecedor do que venha a ser um Pedido de Pesquisa Mineral, do qual me permito transcrever pequeno trecho:

"A existência de 65.188 processos, recorrendo uma área total de 162.097.499 hectares, equivalente a 19% da superfície do País, é um dado que deve ser utilizado com o devido conhecimento do Código de Mineração, para não incorrer em erros possibilitando o sofisma e podendo, ainda, falsear a verdade quanto ao setor mineral. Se observarmos o referido quadro, onde se demonstra que 54,5% da área referida acima são devidos a requerimentos de pesquisa mineral, estaremos nos eximindo de erros que possibilitarão um mais perfeito equacionamento da verdade."

Agora, após esclarecido esse mecanismo legal, torna-se bastante claro ser entendido que não existe qualquer concessão de lavra mineral com apenas a protocolização de pedidos dessa natureza. Isto quer dizer que esses pedidos de lavra não significam o loteamento do subsolo brasileiro, quer em favor das empresas multinacionais, quer em benefício dos capitais privados nacionais, ou das empresas estatais.

Aquelas áreas, permissivas apenas à realização de pesquisas geológicas — e que se transformam exatamente no local de trabalho de todos os geólogos —, estão sujeitas a

uma autorização precária, por um período de três anos, sendo vedada a retirada de qualquer quantidade de minério, mesmo amostras para análise, sem o expresso consentimento do DNPM, sempre formalizado através das chamadas guias de utilização. A experiência mostra que, no final, os pedidos de pesquisa mineral, e, conseqüentemente, os alvarás, resultam em menos de 5% das áreas com possibilidade de virem a ser lavradas economicamente.

É verdade, entretanto, que não só as empresas multinacionais mas, também, as nacionais e as estatais requerem muito mais áreas do que podem ou desejam realmente pesquisar. Esse problema poderia ser facilmente resolvido pelo Congresso Nacional, através de lei que determinasse a cobrança de uma taxa anual, nunca inferior ao equivalente a US\$ 1.003/ha, a todos os que viessem a formalizar pedidos de pesquisa mineral. Essa medida inibiria o requerimento de imensas áreas, engordando os cofres da Nação, e mais, garantindo a pesquisa geológica básica, além de proporcionar milhares de empregos com os propostos equivalentes US\$ 105.414.930,00 recolhidos anualmente enquanto perdurassem esses trabalhos de pesquisa.

Convém esclarecer que essa medida não teria qualquer efeito desastroso para os pequenos e médios mineradores que viessem a requerer, via de regra, de 50ha até 1000ha; este último representativo do limite máximo permitido para as pessoas físicas, pretendentes a tais pedidos. O interessado nas atividades, que não estiver economicamente preparado para pagar o valor correspondente ao fixado em lei, para o desempenho dessas atividades, logicamente não terá condições de realizar uma pesquisa geológica, à falta de suporte financeiro.

Nós, brasileiros, temos ainda muito o que fazer para transformar em realidade o nosso tão decantado Eldorado Mineral. Em todo o Estado do Amazonas, o maior do Brasil, existe apenas uma empresa de mineração lavrando, sendo o seu capital totalmente nacional, a Paranapanema. Apenas 12% do território nacional foram mapeados, nas escalas de 1:100.000, escala essa adequada à detecção de jazimentos em condições de subsolamento, isto é, sob a superfície. Com a retomada dos mapeamentos básicos — acertada prioridade do Ministro Aureliano Chaves — importa prognosticar e dizer que a "caça está acuada", restando somente aos mineradores investirem maciçamente para capturarem a rica presa.

A visão de abundância infelizmente não encontra suporte nos dados geológicos disponíveis, e o nosso potencial mineral baseia-se tão-somente na expectativa dos ambientes geológicos e não na sua mensuração efetiva. A verdade é que o gigante territorial gerou, até agora, apenas um pigmeu mineral.

José Belfort dos Santos Bastos é geólogo e Diretor-Geral do DNPM.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sergipe comemora amanhã o centenário do nascimento de Carlos Menezes.

Amigo da gente humilde, dos velhos desamparados e das crianças abandonadas; médico de competência demonstrada no diuturno exercício da profissão, que, para ele, transformou-se em sacerdotio, o Dr. Carlos Menezes nasceu no dia 11 de maio de 1888 e faleceu em 10 de agosto de 1944. Cidadão estimado por quantos o conheceram, soube esse conterrâneo ilustre desenvolver atividade útil à sociedade, à família e ao Estado, que lhe prestaram homenagens e lhe reconheceram os méritos, principalmente, porque a vida desse Apóstolo da Medicina transcorreu na simplicidade de quem faz o bem, por vocação e perene sentimento de solidariedade.

Ao trazer a esta Casa do Congresso a memória desse conterrâneo emérito, posso afirmar que ele permanece vivo na lembrança popular do meu Estado como o doutor que não cobrava serviços, não arrecadava dos mais pobres do que ele, porque não podiam pagar, nem da maioria dos ricos, porque era amigo dela. Seus clientes sempre foram em grande número. Apesar disso, morreu pobre. A sua família só não chegou a sofrer agruras na manutenção porque os amigos, em mais de uma oportunidade, providenciaram ajuda. Chegaram mesmo a comprar-lhe casa e o Prefeito Municipal de Aracaju sancionou-lhe concedendo pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 à viúva, Dona Guiomar de Souza Menezes.

O Dr. Carlos Menezes estudou Medicina em Salvador, Bahia porém, concluiu seu curso no Rio de Janeiro, onde despertou atenções dos meios acadêmicos da época. Além de especialista em Ginecologia e Obstetrícia, deixou o nome ligado ao saneamento básico e à Medicina Legal, tendo o Governo Estadual, pelo Decreto nº 13, de 23 de setembro de 1947, batizado com o seu nome o Instituto de Identificação Criminal de Sergipe. Para justificar o ato, o decreto considerou obrigação do poder público "apontar às novas gerações o nome, a vida e a obra dos sergipanos que mais se destacaram do cenário da ciência, pela sua cultura, pela sua bondade e pela sua dedicação à causa pública". Assinalou que "o Dr. Carlos Menezes foi o fundador dos Serviços de Identificação do Departamento de Segurança Pública do Estado, dirigindo-o por longos anos com eficiência e saber", salientando que "a sua atuação à frente dos referidos serviços sempre foi pautada com superior devotamento".

Há registros de que, além do atendimento da clientela, no consultório, o Dr. Carlos Menezes era contratado da Estrada de Ferro Leste-Brasileira e, mesmo solicitado a exercer a profissão no Rio de Janeiro, preferiu continuar em Aracaju, a fim de dar prosseguimento na assistência ao pai paraplégico. Diagnosticou e debelou o surto epidêmico de alastrim, em Aquidabã, participando do combate e tristemente célebre epidemia de "gripe espanhola", da qual acabou sendo vítima.

Quando navios brasileiros foram torpedeados por submarinos inimigos no litoral sergipano, à

época da Segunda Guerra Mundial, o Dr. Carlos Menezes organizou um cemitério para os mortos nos naufrágios, facilitando-lhes a identificação. E, no incansável desempenho da medicina, tornou-se dos primeiros profissionais brasileiros a dedicar-se aos estudos e ao combate da esquistossomose.

Médico da Empresa Industrial de S. Cristóvão, semanalmente comparecia a essa localidade para atender à classe operária. E o carinho de que se tornou merecedor, ali, levou o então Prefeito Municipal a determinar a construção de uma praça que lhe tomou o nome.

No plano político, não foi menor a atuação do Dr. Carlos Menezes, que participou da Revolta da Esquadra, em 1910, tendo sido ferido na defesa do Mosteiro de São Bento. Fez-se presente na Revolução de 1924 e na Revolução de 1930; integrou a Coluna de Juarez Távora; defendeu São Paulo em 1932 e manifestou-se contra o Estado Novo, em 1937.

Maçom, atingiu o ápice da escada de Jacó, honrando a missão de bem servir à humanidade, oriundo-se no exercício pleno da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Desejo, ainda, neste momento, externar a forte amizade que me distingue Dona Guiomar de Souza Menezes e seus filhos Sebastião de Menezes Neto, coronel reformado do Exército; Luciano Carlos Menezes, funcionário do Banco do Brasil, e Maria Augusta de Menezes, doutora em Ciências Biológicas.

Filho dedicado e pai extremo, o Dr. Carlos Menezes, pela riqueza moral que legou ao povo sergipano, é credor do respeito, do carinho e da dedicação que os seus coestaduanos lhe tributam, ao centenário do seu nascimento, cabendo-me a honra deste pronunciamento com que trago, aos meus pares, a notícia de uma vida plena de amor ao próximo. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy.

**SR. DIVALDO SURUAGY** (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Solicito a inclusão, nos Anais do Senado Federal, de correspondência a mim dirigida pelo Radialista Antônio Fernandes, e de outra, emitida pelo mesmo, ao Sindicato dos Radialistas de Alagoas:

#### RÁDIO DIFUSORA DE ALAGOAS

Maceió, 30 de abril de 1988

Caro Senador Suruagy:

Primeiramente, cumprimento-lhe, juntamente com sua equipe. Estou remetendo para a sua apreciação, correspondência que enviei para o Sindicato dos Radialistas de Alagoas, expondo a violência do Governo do Estado em relação a cassação do meu programa. Como é do seu conhecimento, é desejo do Sr. Collor, eliminar a presença da Rádio Difusora das comunicações de Maceió. Como eu estava fazendo um trabalho pluripartidário, voltado para o social, e de certa forma, expondo o Governo — não por motivos políticos, é que o "Governo das Mudanças" é incompetente mesmo — ele achou por bem cassar-me. Como funcionário público estatutário, ele não pode deixar de me pagar o salário. Mas, o ato

em si, é uma violência, e eu estou empenhado em denunciá-lo a nível nacional, e gostaria de contar com seu apoio aí no Senado.

Mandei correspondência igual, para o Senador Mansueto de Lavor. Mansueto é um velho companheiro de rádio — trabalhamos juntos em Petrolina — ele como diretor-geral e eu como gerente de Programação da Emissora Rural de lá. Além disso, como jornalista e radialista profissional, ele sabe bem o que isso representa.

O Sindicato dos Radialistas de Alagoas, já divulgou uma nota oficial a propósito, e está enviando cópias desta carta para os Jornais e Emissoras do País. Durante alguns anos trabalhei na Bahia com o sobrinho do Ministro Antônio Carlos Magalhães e com empresas que tinham afinidades com ele, estou pedindo também seu apoio, no sentido de tornar essa denúncia a mais ampla possível. — Antônio Fernandes.

Maceió, 24 de abril de 1988

Ao  
Sindicato dos Radialistas de Alagoas  
Av. Duque de Caxias — Casa da Comunicação  
Maceió, Estado de Alagoas.

Prezados Senhores:  
Att. do Sr. Régis Cavalcante, Presidente.

#### Ref. Cassação de Radialista

O objetivo desta, é para comunicar em caráter oficial a esse órgão de classe, a suspensão do Programa Antônio Fernandes, que era irradiado de segunda-feira a sábado, das sete às nove horas pela Rádio Difusora de Alagoas. A comunicação foi feita pela direção-geral da Emissora Oficial do Estado, alegando que a determinação partiu do Gabinete Civil, que cumpria orientação do Governador Fernando Collor de Melo. Não foi apresentada justificativa de qualquer ordem para a retirada do programa, apenas um recado e nada mais. Exatamente como ocorria nos velhos tempos a nível de regime militar. Quando os coronéis de plantão nas redações e estúdios das estações faziam algo similar. Mesmo sem a coragem e a educação de dar qualquer explicação, o perfil do programa não vinha agradando o Governo. Realizado à base de entrevistas com personalidades que fazem o cotidiano de Alagoas incluindo os políticos de todos os partidos, e mais as reclamações do povo por carta e telefone e as opiniões sobre os acontecimentos políticos do País — o programa de certa forma, vinha expondo incapacidade administrativa do Governo perante a população. Isto certamente fere as ambições do Governador, que tem, como todo mundo, se empenhado de forma obsessiva na formação e manutenção de uma imagem, que lhe permita chegar a condição de candidato a Presidência da República. Infelizmente, como o Governo é incompetente para resolver os problemas primários da população, torna-se vulnerável a qualquer tipo de crítica. Na visão do Governador e seus assessores, o dever do programa é pregar que tudo vai as mil maravilhas, fazendo, como fazem ostensivamente alguns setores do próprio Governo e as empresas da organização Arnon de Melo — de propriedade do Governador e seus familiares — um verdadeiro culto a personalidade do Sr. Collor. Isso além de ridículo do ponto de vista profissional, tem conotação mentirosa. Os fatos indicam que o Governo é fraco, sem a credibilidade pública necessária para merecer elogios. Portan-

to, sem explicar, o Governo deixa claro as razões de minha cassação. Por exemplo, eis os temas tratados no programa na última semana de sua realização:

a) Proposta de reajuste dos servidores do Estado de 78%, divididos em suaves prestações mensais. Durante o primeiro ano do atual Governo, não houve aumento para o funcionalismo, apenas o pagamento dos gatilhos dividido em cinco parcelas. Como a situação dos servidores é de indignação, a partir da proposta do Governo, convidamos sindicalistas e abrimos os telefones para o povo. Como as críticas, reclamações e até ódio do povo, foram várias, o Governo fez pressão em cima do programa. Que nada mais era do que um porta-voz da angústia do povo;

b) Foi analisado também, o vulnerável sistema de transporte coletivo de Maceió. A ETURB — uma empresa de propriedade do Governo, detém 80% das linhas, e oferece o mais degradante serviço à população. São veículos podres, linhas irregulares, ausência de fiscalização e demoras exageradas nos pontos, sem que o Governo faça nada;

c) O setor de saúde, é outro ponto crítico. Os telefonemas e as cartas chegavam diariamente da capital e do interior, reclamando a ausência de médicos nos Postos de Saúde e Hospitais, falta de medicamento e até falta de gases e outros produtos elementares ao atendimento ao público;

d) Várias escolas do Estado, estão até hoje sem funcionar, por falta de carteiras, professores ou mesmo diretores. E o povo encontrava no programa o canal de reivindicação natural;

e) Maceió vem sofrendo a maior crise de sua história a nível de falta d'água. A deficiência atinge toda a capital alagoana e cidades do interior. Sem água para lavar, cozinhar e tomar banho — a população reclama e com razão. A única coisa que o Governo vem oferecendo ao povo nesse setor, é o aumento constante das contas, sem proporcionar um serviço compatível com as necessidades da população;

f) O banho de luz prometido pelo governador na campanha, não passou de uma farsa. Praças sem lâmpadas, a situação da iluminação pública é calamitosa. Até locais visitados por turistas, como a orla, padecem a deficiência da escuridão. E como não poderia ser de outra forma, a população estava cobrando do Governo sua responsabilidade no gerenciamento das necessidades, que são caras e pagas por ela mesma. Na realidade, o que houve foi uma cobrança de cumprimento do dever. Sem agressão de qualquer ordem, sem citação desrespeitosa ao Governo, tudo dentro de um comportamento profissional do mais alto nível. Daí, o espanto causado pela medida, exatamente, porque era um programa que objetivava ajudar o Governo na solução de seus problemas. Em vez de questionar com o povo, dando-lhe explicação e resolvendo os erros cobrados, infelizmente, o Governo age como o pavão, quando atacado, essa ave corre do inimigo até certa distância, e procura enfiar a cabeça na areia, mas o bumbum, fica de fora, transformando-se em presa fácil para quem está com fome. Essa experiência, certamente não é das melhores. Em vez de correr do povo, cassar um radialista inofensivo para o Governo, mostrar uma face cerceadora, expondo publicamente a personalidade do coronelismo, tão combatido pelo próprio governador

em sua campanha e em viagens do seu projeto pessoal, pagas com o combatido orçamento do Estado, por que não enfrentar os problemas? Questionar os erros e buscar soluções?

A bem da verdade, fui colocado em disponibilidade, mas, continuo a receber do Estado, como se trabalhando estivesse. Portanto, não viso com essa denúncia, promoção pessoal ou críticas ácidas ao Governo. Existem erros e acertos no Governo Fernando Collor, e foi exatamente o que eu vinha fazendo, aplaudindo os acertos e denunciando os erros na busca de solução. Meu repúdio é contra a violência praticada contra um profissional, que atua há quatro anos e nunca foi punido, nunca faltou ao seu dever, e que vinha desempenhando um papel social importante para o rádio, para a população e para o próprio Estado, se fosse mais inteligente.

Tenho recebido convites para debates sobre o assunto, através de setores políticos hostis ao Governo, numa demonstração clara, de aproveitamento de uma situação constrangedora para a imagem do Governo. Isso eu não quero. Não desejo me colocar como instrumento e promotor político de ninguém. Não pertencio a nenhum partido, não tenho compromisso com o Governo, que me coloque na condição de bajulador de seus atos. Como também não desejo vínculos que me obrigue a fugir da minha linha de trabalho, conhecida e respeitada pelo público, pautada, exatamente pelo comportamento de independência, abrangendo todos os setores da sociedade, sem mutação ideológica e sem cerceamento desse ou daquele segmento. O radialista que se coloca como súdito do Governo ou da Oposição, só tem credibilidade para o segmento a que está ligado. O outro lado, sempre o receberá com desdém, na condição de puxa-saco ou bajulador. Do ponto de vista financeiro, pode até ser conveniente, todavia, quando se avalia os adeptos desse comportamento profissional, à luz da ética, do respeito ao ouvinte e dos valores sociais, o resultado é sempre nocivo, tanto para a população como para o próprio rádio.

Daí a minha ausência do círculo ligado ao problema. Não estou interessado em promoção pessoal. Meu dever agora é denunciar essa vergonha, para que outros companheiros não sejam motivos de holocausto na sanha violenta daqueles que não suportam críticas. E por isso, entrego ao Sindicato dos Radialistas de Alagoas, órgão representativo de minha classe, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas, a responsabilidade dessa denúncia a nível nacional, estendendo-se às Emissoras de Rádio e Televisão e Jornais e Revistas de todo o País, bem como a Confederação, Federação e Sindicatos de Radialistas e Jornalistas do Brasil, para que a Nação fique sabendo dessa vergonhosa cassação e os motivos que a determinaram. Mostrando o lado cruel das comunicações em Alagoas e o domínio do Governo do Estado, impondo regras e até cerceando à Constituição que assegura ao cidadão o direito de trabalhar. Por uma questão de justiça, destaco o papel desempenhado pelo diretor-geral da Rádio Difusora, Gilberto Lima, e do diretor comercial Djair Marcelino — sempre apoiando e dirimindo dúvidas quando o programa estava no ar. A decisão de suspensão, independeu da vontade de ambos — foi uma decisão do Gabinete Civil, para não cometer injustiça e evitar comen-

tários, faço esse registro. Venho recebendo cartas, telegramas e telefonemas de companheiros, entidades e autoridades de Alagoas e outros Estados, aproveito a oportunidade e agradeço a todos. Estou recebendo convites para trabalhar em Recife, Salvador, Ceará e Aracaju — mas escolhi Maceió para viver, aqui ficarei. Se surgir alguma proposta conveniente aqui, a luta vai continuar. Do contrário saberei esperar com paciência o fim do "Governo das Mudanças". O que eu não devo fazer, é colocar o meu trabalho a serviço dos incompetentes. É melhor calar com honradez, respeito ao ouvinte e credibilidade da população, do que se tornar o sábio que canta as mentiras e os traumas dos violentos.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente.

O Governador Lamenha Filho recebe o então todo-poderoso Ministro dos Transportes e o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que visitam oficialmente Alagoas. Vivíamos os idos de maio de 1968. Prefeito de Maceió, participei de uma reunião administrativa no salão de despachos do Palácio Floriano Peixoto, entre Mário Andreazza e as principais autoridades do Estado. Foi o nosso primeiro encontro. Reivindicando, com o apoio de Lamenha, a duplicação dos doze quilômetros da pista asfáltica entre a Praça do Centenário e o entroncamento rodoviário no Tabuleiro dos Martins. Defendo os meus argumentos, apresentando quadros estatísticos com a média dos acidentes fatais ocorridos no trecho, nos últimos três anos.

Imaginei, à época, que sensibilizado pela vontade de realizar de um jovem prefeito, autorizara o Engenheiro Eliseu Resende a executar a obra através de convênio. Anos depois, conhecendo-o melhor, cheguei à conclusão de que o forte sentimento de ajudar, característica maior de sua personalidade, fora a determinante superior que o levava a atender ao pleito do desenvolvimento da Capital alagoana.

A verdade, entretanto, é que sempre me senti em débito. Governando Alagoas, na década de 70, outorguei-lhe, juntamente com a Assembléia Legislativa, o título de cidadania, numa fase difícil de sua vida, quando ele estava sendo vítima de calúnias, que somente seriam desmentidas de uma maneira categórica, pelas dificuldades financeiras que a luta contra uma doença indomável o levava a viver nos seus últimos dias. O título valeu muito mais pelo gesto. Mariozinho, um dos seus filhos, contou-me certa feita, no Rio de Janeiro, quanto fora gratificante à sua alma, naquele momento, a homenagem do povo alagoano.

O Ministro Mário Andreazza já imprimia, em 1969, um ritmo acelerado às obras de construção e pavimentação de estradas, de ampliação dos portos, de fortalecimento da construção naval e da Marinha Mercante. Estava há dois anos no Ministério dos Transportes.

Rachel de Queiroz escrevia um artigo especial, para uma publicação do DNER e depois reproduzido em vários jornais: "Por onde chegam as estradas" — ela dizia — "fogem os bandidos, floresce a agricultura, implantam-se as indústrias e o governo se fixa. Pé de governo, roda de governo, precisam de estradas". Rachel exultava com a interligação pelo asfalto, do Nordeste com o restante do País. O Ministro Mário Andreazza deixou o Ministério, em 1974, com um saldo de mais



de quarenta mil quilômetros de rodovias, promovendo a integração deste País-continente.

Voltando ao Governo de Alagoas, em 1983, vivi ao seu lado o drama de cinco anos de seca no semi-árido nordestino. Andreazza garantiu a sobrevivência de cerca de cinco milhões de flagelados nas obras de pequenos e médios açudes, assegurando o sustento dessas famílias nordestinas. Pelas estradas circulavam centenas de caminhões da Sudene, dia e noite, levando alimentos e água potável para as populações. Numa das últimas viagens de inspeção, já a bordo de um pequeno avião da Força Aérea Brasileira, ele contemplava a paisagem seca e comentava: "Se não tivéssemos construído a malha rodoviária do Nordeste, não sei qual seria o destino de tanta gente."

Assim era o coração enorme, daquele enorme gaúcho que se preocupava com os menos favorecidos, ao tempo em que construía um obra ímpar na História da República. Seu lema era o desenvolvimento com repercussão social. Foi assim que deixou uma marca jamais atingida em qualquer parte do mundo, na primeira metade dos anos 80: a construção de dois milhões e duzentas mil habitações populares, em aproximadamente dois mil municípios brasileiros.

No Ministério do Interior enfrentou os problemas da habitação, sornados aos do meio ambiente, aos do desenvolvimento regional, aos de saneamento básico e aos das calamidades públicas — não só as secas, mas as grandes enchentes. Somente no Vale do São Francisco deparou, em 1981, com duzentos e cinquenta mil desabrigados. Mandou proteger as cidades às margens do Velho Chico, com diques de proteção e relocou as populações para as partes altas, construindo centenas de novos conjuntos habitacionais. Prometeu e fez todas as obras em apenas um ano.

Era o "Ministro do Nordeste". Era o "Tocador de Obras". Era também o "Grande Chefe" dos indígenas, que fazia cumprir à risca as diretrizes do Marechal Rondon. Demarcou mais de um milhão e meio de hectares de terras dos índios, na Amazônia e no Centro-Oeste.

Gostaria de lembrar o lema do Projeto Rondon, responsável por outro segmento que ele tanto amou, os estudantes: "Integrar para não entregar". Foi assim que ele consolidou a conquista da Amazônia.

Destituído da presunção dos donos do poder, gentil, humilde, buscando nos outros o preenchimento de suas limitações, prestativo, atencioso para com todos e ajudado pela imagem de grande executivo, tem seu nome cotado, naturalmente, para disputar a Presidência da República no então vigente Colégio Eleitoral.

Os Governadores do Partido Democrático Social indicam o meu nome para compor a chapa do Ministro Andreazza, que disputaria na Convenção Nacional do PDS, no dia 11 de agosto de 1984, no Centro de Convenções, em Brasília, o lançamento oficial da candidatura.

A fragilidade humana, mais uma vez, se evidenciou numa convenção partidária. Quatrocentos e treze convencionais comprometeram-se, por escrito, que votariam em Mário Andreazza, e apenas trezentos e cinquenta honraram seu compromisso. Não sei quais foram os motivos, entretanto, sei que não foi nada digno. Fiquei ao seu lado durante toda a apuração. Recebeu a derrota com

muita dignidade. Defendeu os que o traíram. Ofereceu para mim e Antônio Carlos Magalhães, quando o acompanhávamos até sua residência, lições de humildade e de grandeza de espírito. Os sentimentos de estima e gratidão foram acrescidos com o de admiração. Orgulho-me de haver sido seu companheiro naquela luta inesquecível.

Estive no Hospital Nove de Julho, em São Paulo, quando submeteu-se às cirurgias no pulmão e no cérebro. Mantive constantes contatos telefônicos com ele nos períodos de convalescência.

Tomo conhecimento, através da imprensa, de que Mário Andreazza se encontrava em fase terminal, no Hospital Sírio-Libanês, na capital paulista. Viajo às pressas. Despedi-me dele, no final da tarde do domingo, 19 de abril. A terrível doença alquebrara o gigante. Encontrava-se, entretanto, lúcido. Aperta as minhas mãos, olha-me nos olhos e exclama meu nome. Comovido, afasto-me do seu leito hospitalar. Estava convencido de que era o fim. Dois dias depois faleceu. Acompanhei-o à última morada, no Cemitério São João Batista, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Modificou paisagens, corrigiu desníveis regionais, agilizou desenvolvimento, promoveu o progresso, foi uma vida ampla de realizações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

**O SR. ODACIR SOARES** (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho de receber ofício subscrito por nove membros da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos seguintes termos:

"Exm<sup>o</sup> Sr.  
Senador Odacir Soares  
DD. 2<sup>o</sup>-Secretário do Senado Federal  
Brasília — DF

Temos a honra de nos dirigir a V. Ex<sup>a</sup>, para torná-lo portador de circunstanciado documento junto à CPI da Corrupção, no qual apresentamos denúncias comprovadas por provas documentais, pertinentes a irregularidades e atos de corrupção praticados com verbas públicas federais por parte do governador Jerônimo Santana.

Solicitamos, ainda, a V. Ex<sup>a</sup>, que nos apoie nessa luta pela moralização do Poder Executivo de nosso Estado.

Confiança no espírito cívico e na determinação de V. Ex<sup>a</sup>, aguardamos suas ações. Respeitosamente,

Assinados: — Oswaldo Piana, 2<sup>o</sup>-Vice-Presidente; Silvernani Santos, Líder do PFL; Amizael Silva; Nilton Caetano; Heitor Costa, Líder do PDT; Osmar Vilhena; Luiz Gonzaga da Costa, Líder do PDS; Neri Firigolo; Hernandes Amorim."

Trata-se, como Vossas Excelências por certo já terão notado, de matéria que, já por diversas vezes, denunciei desta tribuna. Há, porém, duas diferenças fundamentais entre esta e as vezes anteriores.

A primeira se refere à espantosa capacidade de crescimento do lodaçal em que o Sr. Jerônimo Santana mergulhou o Estado que deveria estar

governando. Cada vez, Senhores Senadores, que se fala em corrupção em Rondônia, cada vez que se olha de perto a podridão, ela está maior, e pior, e mais mal-cheirosa.

A segunda é o fato de que, agora, o que trago à apreciação deste Plenário não é minha voz isolada, não é a denúncia, sistemática e infatigável porém solitária, que venho fazendo a respeito da dilapidação da coisa pública em meu Estado. Desta feita, o que se nos apresenta é a denúncia formal, obedecendo a todos os trâmites regimentais, oferecida pelo Poder Legislativo Estadual. É o resultado do trabalho de nove Comissões de Inquérito instauradas pela Assembleia Legislativa rondoniense, em que o Sr. Governador e sua equipe de governo tiveram todas as oportunidades de explicar-se, de justificar-se, de se defenderem. São acusações embasadas em provas irrefutáveis, de ilícitos cometidos às escâncaras, de atos e fatos criminosos, escandalosos, de amplo domínio público, contra o patrimônio público, atentatórios à moral pública e, mais, em absoluto desprezo ao respeito público.

É isso mesmo, Senhores Senadores. Os documentos que repassei à CPI do Senado Federal que investiga os atos de corrupção do Governo, presidido pelo Exm<sup>o</sup> Senador José Ignácio Ferreira, não se referem a um único caso de corrupção, mas a vários, em que estão envolvidos o Sr. Jerônimo Santana e seus auxiliares mais diretos. São muitos os casos, repito, que passarei a relatar em seguida, com o objetivo de que, pelo amplo conhecimento de todos, possa cada um de nós fazer o que esteja a seu alcance para sanar, para moralizar, para limpar a sujeira que, como se verá, é mais que rondoniense, é nacional. O relato é dividido em "casos", para maior clareza de exposição e para melhor entendimento por parte de Vossas Excelências.

Vamos, pois, sem mais delongas, à análise dos fatos, caso a caso.

#### CASO I Retroação ilegal de decreto

Pelo Decreto nº 94.233, de abril de 1977, o Sr. Jerônimo Santana beneficiou indevidamente a Construtora Mendes Júnior, reajustando em Cz\$ 8 milhões uma parcela de faturamento de serviços que já havia sido paga.

Que nome se poderia dar a essa correção monetária às avessas, que pode transformar uma conta junto ao Governo em renda eterna? Vejam os Senhores: presta-se um serviço ao Estado, no valor, digamos, de um bilhão de cruzados. Emite-se a fatura, recebe-se integralmente o valor do serviço prestado — valor no qual já está previsto, naturalmente, um bom lucro, perfeitamente justo, aliás, desde que não seja exagerado. Ai, o "dono" do Governo, bonzinho, emite, trinta dias após, um decreto autorizando o prestador do serviço a reajustar o preço do mesmo, vamos supor, com base na variação da OTN. E o bem-aventurado fornecedor terá ganho correção monetária ampla sobre aquilo que não mais lhe é devido. Maravilha, pois não? E depois, mês a mês, se poderá emitir novo decreto, abrangendo períodos sucessivos de 30 dias. Está montada a sinecura, Senhores Senadores, e o feliz empresário poderá demitir seus empregados, alienar seus bens móveis e imóveis, deixar de produzir, deixar de pagar salários, deixar de adquirir insumos, enfim, bastar-lhe-á manter



uma máquina de escrever, um telefone e uma secretária capaz de emitir uma só fatura mensal para que ele, o empresário, leve daí por diante vida de nababo, às custas do suado imposto que cada um de nós paga a cada dia. O exemplo está dado, o precedente está criado pelo Sr. Jerônimo Santana, basta que um de nossos economistas o batize, patenteie, institucionalize. E viva o Brasil, pobre ingênuo, sempre sujeito a espertalhões, a falcaturas externas e internas de toda ordem, de toda natureza!

## CASO II

**Governador com patrimônio de 900 mil adquire mansão por 2 e meio milhões**

Em 14 de agosto de 1986, o Sr. Jerônimo Santana preencheu, como candidato do PMDB ao Governo de Rondônia, declaração de bens cuja cópia temos em nosso poder (documento anexo). Bens declarados pelo hoje Governador: uma casa residencial situada na Rua Campos Sales, no valor de Cz\$ 800 mil e um veículo Ford F-100, no valor de Cz\$ 100 mil. Total, Cz\$ 900 mil. Ora, Senhores Senadores, sem haver herdade, sem haver ganho qualquer prêmio de loteria, sem haver tropeçado em qualquer pedra ou metal precioso que justificasse enriquecimento súbito e lícito (pelo menos, o Sr. Governador nada provou nesse sentido), ele viria a comprar, em 30 de março de 1987, apenas sete meses e meio mais tarde, portanto, uma residência às margens do Lago Sul, em Brasília, no valor declarado de dois milhões e meio de cruzados. O valor real, entretanto, deve ter sido muito maior, pois que se trata de mansão, em estilo espanhol, com quase quatrocentos metros quadrados de área construída, em local nobre de Brasília. Onde foi o Sr. Jerônimo Santana buscar o dinheiro para a aquisição? Se a origem desse dinheiro é lícita e ética, por que ele não a declara? Por que não pagou imposto de renda compatível com sua renda, com seu patrimônio real, na hipótese de que à época da declaração, para efeito da candidatura, ele já dispunha de meios para a futura aquisição? Pelo visto, esqueceram-se de ensinar ao Sr. Governador que a declaração de bens exigida por lei visa justamente a coibir abusos como o que ele cometeu. Sendo muito pouco provável que ele padeça de ingenuidade, outra terá que ser a causa desse "descuido": cinismo, deboche, ausência total e absoluta de respeito às instituições que o fizeram governador? Será que o Sr. Jerônimo Santana pensa que este País é um circo, suas is que palhaços ou bichos amestrados, enquanto que ele e sua camarilha são os únicos espectadores? De que mal sofre ele, para atrever-se a rir tão descaradamente de todos nós? Algum tipo de demência ou, simplesmente, pouca vergonha? O fato é que, Senhores Senadores, não podemos continuar permitindo que pessoas do caráter do governador de Rondônia prossigam zombando de nós, de nossos princípios, de nossas instituições, enquanto se locupletam de nossos bens.

## CASO III

**Imã do Governador aplica dinheiro cuja origem não sabe explicar**

Qual é a faixa salarial para o emprego de secretária particular do Governador de Rondônia? Alguém poderia, antes de responder, pensar que existem secretárias e secretários, e que, antes de arriscar uma hipótese, ter-se-ia que saber qual é a natureza e qual a qualidade dos serviços pres-

tados. Qualquer pessoa de bom senso, entretanto, descartaria de princípio a possibilidade que uma secretária teria, por mais qualificada que fosse, de aplicar, no mercado financeiro, recursos da ordem de 3 milhões de cruzados. Não, pelo menos, com recursos oriundos da poupança de seu salário, ainda que vivesse às expensas de outrem, não gastando um centavo sequer de seu dinheiro. Pois, Senhores Senadores, D. Maria Garcia Santana, irmã do Sr. Jerônimo Santana e secretária particular do Sr. Governador, aplicou no Bamerindus, conforme extratos em anexo, um total que ultrapassou a cifra de 2,8 milhões de cruzados. Só que a aplicação não se deu nos dias de hoje, foi um ano atrás, ou seja, em maio de 1987, quando essa importância valia muito mais que hoje, sendo, é óbvio, muito mais difícil de se ganhar. D. Maria Santana, quando veio a público o valor de suas aplicações, declarou haver recebido uma herança. Entretanto; jamais explicou de quem herdou, nem provou nada de suas alegações. Detalhe curioso: as aplicações de D. Maria Santana ocorreram apenas dois meses após a compra da mansão do Lago Sul, em Brasília, por seu irmão governador. Outro detalhe, igualmente interessante: o valor das aplicações, 2,8 milhões, é da mesma ordem de grandeza que o valor declarado na compra da mansão, que foi de 2,5 milhões. Teriam os dois irmãos herdado partes iguais do mesmo espólio? Em caso afirmativo, por que tanto mistério sobre a origem de seus bens? O silêncio dos irmãos Santana conduz a indagações inevitáveis, como: há mesmo um defunto rico na família? Quem é ele? Ou o governador está apenas usando nome e conta bancária de seus familiares, para neles "descarregar" ativos financeiros adquiridos indevidamente? Há muita coisa por explicar na trajetória político-administrativa do Sr. Jerônimo Santana, e ele terá por certo que explicar tudo, queira ou não.

## CASO IV

**Governador paga 50 milhões por obra que não vale mais que 5 milhões**

Corre, na Vara da Fazenda Pública da comarca de Porto Velho, Ação Popular proposta pelo Dr. Francisco Arquela de Paula contra o Governador Jerônimo Santana, por contratação ilegal de obra, sem a devida licitação. Não fosse esse fato já por si suficientemente grave, o Sr. Governador contratou para a execução da referida obra a firma Random Pavimentadora e Construtora Ltda, de Jataí, Estado de Goiás, cidade onde nasceu o Sr. Jerônimo Santana. Nada temos, Senhores Senadores, contra o empresário de qualquer parte do País. O que não admitimos, o que não podemos aceitar é que a empresa seja contratada em total desobediência às prescrições do Decreto-Lei nº 200, e o fato de que a irregularidade tenha beneficiado justamente uma empresa conterrânea do contratante é altamente sintomático. Como agravante, a ausência de licitação ter-se-ia baseado na urgência da execução dos serviços, quando se tratava de obra pequena, que não exigiria maiores qualificações técnicas do executante, podendo portanto ser licitada sem atrasos significativos. E, mais ainda, a alegação carece totalmente de consistência, pois que entre o surgimento da necessidade da obra e a sua execução decorreu mais de um ano. O governador necessita, urgentemente, aprender que urgências determinadas por não se ter feito em tempo hábil o

que se devia não são motivos de isenção. Mas isso ainda não é tudo. O governo pagou, pelo simples enchimento de um buraco, a quantia de 50 milhões de cruzados, quando o próprio governador teria divulgado que a obra ficara em um décimo daquele valor, ou seja, em apenas cinco milhões de cruzados. É muita irregularidade para um buraco só. É, mais uma vez, dinheiro do contribuinte que se esvai, na voragem dilapidadora de uma "administração" que nada administra além do ganho ilícito. É, Senhores Senadores, mais uma conta aberta na extensa folha de débitos do Sr. Jerônimo Santana. É mais um ato que de maneira alguma pode permanecer impune, se queremos preservar um mínimo de auto estima, um mínimo de respeito próprio, se aspiramos ainda a manter alguma estima e respeito públicos. Que o governador e sua súa paguem pelo que vêm fazendo, ou os desmoralizados seremos nós, a quem o povo e as instituições confiaram a defesa da lei e da moralidade!

## CASO V

**O CEAG e os desvios de verbas**

A Imprensa de Rondônia vem denunciando, há tempos, irregularidades administrativas no CEAG-RIO, cometidas pelo diretor Osmar Silva, em conluio com o Secretário Estadual da Fazenda, Erasmo Garanhão. Objeto da denúncia: repasse ao CEAG de recursos do Estado, para o pagamento a "assessores" contratados por aquele órgão, a maior parte conterrâneos de Erasmo Garanhão e por ele indicados, tais como: Paulo H. de Almeida; Cloter Saldanha Mota; José Gualberto Lacerda; José Barbosa; Antônio Pinto Rozão; Maria A. S. Paganella; José Luiz Lenzi; José E. Areosa. Impossibilitado de pagar diretamente a seus "protegidos", o que faz Garanhão Estabelece convênio com o CEAG, que contrata serviços dos mesmos, pagando-os com recursos repassados pelo próprio secretário da Fazenda. O próprio diretor Osmar Silva ganhava, em novembro de 1987, a "módica" quantia de 680 mil mensais, muito acima do que deveria receber qualquer funcionário de seu escalão. Enquanto isso, o que faz o Governo Jerônimo Santana de efetivo pela pequena empresa, razão única da existência do CEAG? Faz o mesmo que tem feito no sentido de implantar no Estado uma infra estrutura que capacite Rondônia a crescer, a desenvolver-se, a gerar riquezas para nosso povo e para a Nação: não faz absolutamente nada! Estão, o Sr. Governador e seus assessores, por demais empenhados na árdua tarefa de esmerilhar o patrimônio público, para terem tempo de lembrar-se daquilo para que foram eleitos ou nomeados, ou seja, para realmente administrar a coisa pública, para preparar os destinos do Estado de Rondônia para o crescimento que o povo rondoniense quer, merece e exige. Hoje, o rondoniense só consegue ver seu futuro afundar no mar de lama em que Jerônimo Santana e Companhia vem chafurdando cada vez mais. Esse esboço, Senhores Senadores, não pode mais perdurar, temos que pôr nisso um paradeiro, hoje, agora, o quanto antes!

## CASO VI

**Erasmo Garanhão ou o currículo de um cidadão abaixo de qualquer suspeita**

O Diário Oficial do Estado do Paraná, edição número 1792, de 28 de maio de 1984, traz a seguinte publicação, a primeira da seção Ato do Poder Executivo: "Decreto nº 3.006 — O Go-

vernador do Estado do Paraná// — Resolve exonerar Erasmo Garanhão, RG nº 364.074 — DF, do cargo, em comissão, de Secretário de Estado de Finanças. Curitiba, em 28 de maio de 1984, 163ª da Independência e 96ª da República". Razoão do ato: parecer conclusivo da Comissão de Alto Nível instituída para apurar suspeitas de irregularidades praticadas pelo Sr. Erasmo Garanhão, enquanto Secretário de Finanças daquele Estado. Eis parte do relatório: "A Comissão parece que negociações de tamanha envergadura financeira (o assunto investigado eram operações internacionais em moeda norte-americana), que obrigaram o Tesouro Estadual a desembolsar a vultosa importância de 2,619 bilhões de cruzados, foram conduzidas pela SEFI com muita simplicidade, e até mesmo liberalidade (leia-se levandade e irresponsabilidade), sem a assistência do pessoal habilitado do Banestado e da COPEL, com larga experiência e tradição no mercado financeiro internacional. A título de exemplo, mencione-se o caso do Banco de La Provincia de Buenos Aires. Este banco recebeu da SEFI, através de Ordem de Pagamento do Banestado, a importância de 194,4 milhões de cruzeiros, sem apresentar Nota Fiscal, nem comprovante, por não possuir subsidiária agenciadora legalmente instalada no País. Nos empenhos e liquidações dos pagamentos à Montagu e Lerman as datas foram alteradas para 08/02, quando a autorização para o Banco do Estado efetuar os créditos consequentes, é de 04/01. Nessa mesma data, aliás, foram apresentadas as correspondentes Notas Fiscais bem como efetivamente sacadas as ordens de pagamento junto à agência do Banco do Estado em São Paulo (vide informe fls. 222). Tanto nos empenhos como nas liquidações das importâncias pagas aos demais intermediários observaram-se evidentes irregularidades, consistentes em rasuras nas datas da respectiva emissão. O recibo do Banque D'Af-fair é datado de 02/01 enquanto o empenho é do dia 23f do mesmo mês." O relatório, circunstanciado e tecnicamente perfeito, é peça-chave de processo administrativo que culminou no decreto acima citado, em que o então Governador José Richa, que mais uma vez abrihanta esta Casa como um de seus Membros, librou o Estado do Paraná e seu Governo de um elemento nefasto. Pois esse mesmo elemento seria escolhido a dedo pelo Governador Jerônimo Santana para, três anos após o ato saneador do hoje Senador José Richa, participar com ele, Jerônimo, do governo de Rondônia, no mesmo cargo de Secretário da Fazenda de que ele fora exonerado, no Paraná, a bem do serviço público. Ingenuidade ou inocência do Sr. Jerônimo Santana? Ingênuos e inocentes seremos nós, se acreditarmos nisso! Ambos, Garanhão e Jerônimo Santana, pertencem àquela espécie de indivíduos de quem diz o adágio popular: "Deus os faz, o diabo os espalha e eles por si mesmos juntam." São eles, Senhores Senadores, a verdadeira praga nacional, muito mais que a saúva!

## CASO VII

## O Escândalo da Madeira

Nota de primeira página do Joranal **Alto Madeira**, de Porto Velho — RO, edição de 09 de março 1988, sob a manchete "Rombo chega perto de C\$ 1 bilhão": "O decreto 3505, de 20 de novembro do ano passado, que retroagiu a 4 de maio do período apenas para beneficiar a RR-

Timber, firma paranaense exportadora de madeira, é, talvez, o maior rombo que Rondônia já sofreu desde a época de Território: chega, conforme cálculos bem moderados, abeirar 1 bilhão de cruzados num período de sete meses, autêntico atentado aos interesses do Estado, patrocinado por um documento assinado pelo Governador Jerônimo Santana e orientado pelo Secretário da Fazenda, Erasmo Garanhão, direcionado a beneficiar a exportadora que retira madeira da área inundável da hidrelétrica de Samuel, mas que, conforme denúncias em poder do AM, estaria recebendo toras de outras partes do Estado, inter-nando na área de Samuel (fato beneficiado pela inexistência de qualquer tipo de fiscalização do IEF, IBDF, SEFAZ, SEMARO e até do Pelotão Florestal da Polícia Militar) e, em seguida, dando passagem ao material em direção à área da Portobrás para embarque. Há ainda outros fatos que poderão ser analisados pelo Ministério Público, como uma diferença de notas fiscais, mais de mil números, o que daria, com todas as vias, uma altura superior a quatro metros. O decreto de Jerônimo Santana veio modificar um anterior, assinado pelo seu antecessor, Ângelo Angelin (a quem Jerônimo sempre chamou de "corrupto") onde o ex-Governador zelava pelos interesses do Estado." O montante do benefício fiscal, ou melhor, da sonegação fiscal sob as benesses da Secretaria da Fazenda, como já denunciei em pronunciamento do dia 15 de março último, "comemorativo" do primeiro ano de Governo Jerônimo Santana, equivale a um trimestre de arrecadação de ICM no Estado de Rondônia. Alguma semelhança entre o escândalo da madeira rondoniense e o escândalo dos dólares Paranaenses? Claro que sim, só não vê quem não quer. E a semelhança tem nome e sobrenome: Erasmo Garanhão, parceiro ideal de falcatruas do Governador Jerônimo Santana!

## CASO VIII

## O Beron e os Empréstimos Políticos

Em discurso de 9 de junho de 1987, na Assembléia Legislativa de Rondônia, o Deputado Nilton Caetano divulgou ata de reunião da Diretoria Executiva do Banco do Estado de Rondônia, reunião que teve a finalidade única de tratar de contas incobráveis, ou de recebimento duvidoso, relativas a empréstimos feitos pela Agência Centro de Porto Velho a candidatos do PMDB e outros elementos ligados àquele Partido. Trata-se, como salientou o Deputado, de operações efetuadas sem qualquer critério técnico. Prevaleceu apenas o interesse político, razão maior, se não única, da inadimplência. A reunião ocorreu em 25 de fevereiro de 1987, e a decisão unânime dela emanada foi o prazo máximo até 10 de março de 1987 para liquidação e/ou composição dos débitos dos diversos tomadores junto ao Banco. Findo aquele prazo, os títulos seriam ajuizados. Três meses após, o Deputado Nilton Caetano faria o citado pronunciamento, cobrando resultados do Banco e de Jerônimo Santana com relação àquelas pendências. Que resposta obteve? O silêncio, como sempre, como se o calor tivesse o condão de expiar culpas, ou tornar inexistente o crime praticado. Antes, pelo contrário, o silêncio do governador atual significava aval às autorizações de empréstimos indevidos feitas por seu antecessor. Quantos e quais, dos tomadores, saldaram seus

débitos? Quantos e quais foram executados? Qual o montante corrigido dos débitos ainda em aberto? Não se esqueça o governador de que os ativos do BERON não são ativos do Governo, mas do Estado e do povo de Rondônia. O povo e o Estado querem e exigem seu patrimônio intacto. Faça alguma coisa, Sr. Governador, em nome do povo que o elegeu!

Na íntegra, para conhecimento desta Casa, juntamos Ata de Reunião da Diretoria do BERON e relação dos devedores.

## CASO IX

## Desvio de Verbas repassadas pela SEDAP

Manchete do Jornal **Alto Madeira**, de 9 de dezembro de 1987: "Inspeção Federal descobre rombo de bilhões no Governo". O título vem encimando nota de que transcrevemos parte: "O Governo de Rondônia vai ter de explicar aos organismos federais diversos tipos de situações, classificadas de 'anormais', encontradas em inspeção realizada de 21 a 25 de setembro por uma equipe composta por representantes da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, Ministério do Interior, Ministério da Fazenda e Secretaria de Planejamento e Coordenação. (...) Em 86, por exemplo, a transferência de recursos da União foi de 2 bilhões, 422 milhões, 688 mil cruzados e eram necessários apenas 1 bilhão, 143 milhões 607 cruzados. Somente de janeiro a setembro deste ano foram apropriados indevidamente da União 1 bilhão, 512 milhões e 6 mil cruzados..."

Trata-se de relatório, cuja cópia temos em mãos, de inspeção efetuada por Comissão Interministerial enviada a Rondônia para investigar denúncias de irregularidades ocorridas na destinação de verbas federais repassadas pela SEDAP ao Governo do Estado. O relatório tem 23 páginas, e seu conteúdo faria as delícias de qualquer inquiridor. Resumo das irregularidades apontadas:

- reajustes concedidos pelo Governo do Estado contra recursos da União;
- concessão de gratificações pelo Estado a pessoal federal, pagáveis com recursos da União;
- 400 servidores redistribuídos e mais de 3.000 dispensados figurando ainda na força de trabalho para efeito de apropriação de gastos;
- força efetiva de 10.177 servidores e força relatada de 17.886;
- servidores do Estado pagos com recursos da União;
- o Estado recebeu, em 1986, 2,4 bilhões para folha de pagamento, quando o necessário seria de apenas 1,14 bilhões;
- recursos consignados para 1987 no total de 5,25 bilhões, quando as despesas com pessoal totalizariam 2,44 bilhões (diferença a maior de 2,8 bilhões);
- apropriações indevidas à União em 1986 montam a quase 1,3 bilhões e, de janeiro a setembro de 87, ultrapassam 1,5 bilhões;
- férias pagas em dobro em 1986 consumiram mais de 600 milhões em 1986 e mais de 900 milhões em 1987.

Medidas sugeridas pela Comissão para se corrigirem as distorções levantadas: 1) suspensão imediata de liberações financeiras à conta da União, em função dos volumosos saldos existentes; 2) cancelamento de créditos adicionais em processo de autorização; 3) elaboração de projeções de

despesas com base em folha-padrão, que sistematicamente deverá ser reavaliada; 4) orientação formal à SEPLAN-RO quanto à obrigatoriedade de inclusão das transferências da União no Orçamento-Programa do Estado; 5) implantação de sistema de informações específico e confiável para o correto preenchimento da ADMP; 6) estabelecimento de mecanismos de reavaliação sistemática dos dispêndios com pessoal federal colocado

à disposição do Governo do Estado de Rondônia.

O parecer da Comissão Interministerial foi moderado, Senhores Senadores, foi mesmo magnânimo, provavelmente porque a referida comissão terá atribuído as irregularidades apenas à inexperience administrativa do Governo do novo Estado. Quando se somam dois mais dois, entretanto, quando se juntam, como vimos de fazer, todas as irregularidades daquela administração, só po-

demos enxergar doo e má-fé nos supostos "erros administrativos". Trata-se na verdade de ações criminosas, a serem apuradas de imediato, com a conseqüente cobrança, por todos os meios legais, aos responsáveis.

A hora, Senhor Presidente, Senhores Senadores, é de calar paixões, para acima de tudo buscarmos justiça. Que a única paixão a mover-nos seja a justiça sem ódios, sem desejos de retaliações, para que seja, de fato, Justiça!

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ODA-CIR SOARES EM SEU DISCURSO:**

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES

MATRÍCULA Nº 17497.

IMÓVEL: Lote nº16, da QI-5/19, do SHI/SUL, Nesta Capital, medindo 20,00m pelos lados este e oeste e 27,00m pelos lados norte e sul, ou seja a área de 540,00m<sup>2</sup>, limitando-se pelos lados com os lotes 14 e 18 da mesma quadra e setor. Proprietária: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL "NOVACAP", com sede nesta Capital, CGC. nº900037457/0001-70. Registro anterior: Inscrição nº903, fls.05, do antigo livro 8, deste Cartório, referente ao Memorial de Loteamento do Setor de Habitações Individuais Sul.-Dou fê.-Brasília, 15 de junho de 1978. *Reliz*

*Uirassu* *AV.1* *1978* *Just de Oliveira*

Av.1-17497- Título: Promessa de Compra e Venda. Promitente Vendedora: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL "NOVACAP", com sede nesta Capital, CGC. nº900037457/0001-70. Promitente Comprador: MODESTO DE OLIVEIRA LIMA, brasileiro, casado, funcionário da Novacap, residente e domiciliado nesta Capital. Forma do Título: Contrato particular de 10 de novembro de 1959. Valor da promessa: Cr\$140,00, a ser pago da seguinte forma: Cr\$ \$1,40, em 10/11/59, como sinal e início de pagamento, o restante Cr\$138,60, em 99 prestações mensais, iguais e sucessivas de Cr\$1,40 cada uma, vencida a primeira 30 dias após o sinal e as demais em igual data dos meses subsequentes. Em caso de medida judicial, multa de 10% sobre o montante do débito, nos termos da cláusula 10a. do contrato, do qual fazem parte as demais condições. Fica aqui arquivada fotocópia da Certidão Negativa nº 21146 do GDF.-Dou fê.-Brasília, 15 de junho de 1978. *Reliz*

*Uirassu* *AV.1* *1978* *Just de Oliveira*

Av.2-17497 - Título: Meação.-De acordo com Formal de Partilha de 29/8/78, expedido pelo Juízo de Direito da 4a. Vara de Família, Orfãos e Sucessões da Justiça do D. Federal, extraído dos Autos de Inventário nº 229/78, dos bens que ficaram por falecimento de MODESTO DE OLIVEIRA LIMA, os direitos e obrigações oriundos da Promessa de que trata a Av.1, acima, referentes ao imóvel objeto desta Matrícula, couberam, na Partilha dos bens, à viúva meira e Inventariante MARIA JOSEPHA REY LIMA, brasileira, viúva do 1ar, residente e domiciliada nesta Capital, CIC nº 042.251.391/15, como parte de seu pagamento, tendo o imóvel sido avaliado em Cr\$160.000,00.-A Partilha foi homologada por sentença de 03/08/78, do MM. Juiz de Direito, Doutor Mauro Renan Bittencourt.

VISO FICHA

## MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES

## ANOTAÇÕES

que transitou em julgado.—Foi pago o imposto de transmissão "Causa-Mortis" no valor de CR\$4.800,00—, conforme guia de recolhimento de 11/05/78.—Certidão Negativa do GDF—(fotocópia) numero 33.199, que fica aqui arquivada.—Dou fê.—Brasília, 29 de setembro de 1978.—

*Moacir Gurgano Filho - Escrevente*

Av.3-17497 - Título: Cessão de Direitos.—Cedente: MARIA JOSEPHA REY LIMA, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada nesta Capital, CIC nº 042251391/15.—Cessionário: GUILHERME AUGUSTO DA SILVA CARMO TROTTA, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado nesta Capital, CIC nº 004889091/04.—Forma do Título: Escritura de 08 de setembro de 1978, lavrada às fls. 09, do Livro A-30, do 2º Ofício de Notas desta Capital.—Valor da cessão: CR\$420.000,00.—Imposto de transmissão "I.Vivus" pago pela guia nº 009876.—Certidão Negativa do GDF nº 33199.—Dou fê.—Brasília, 29 de setembro de 1978.—

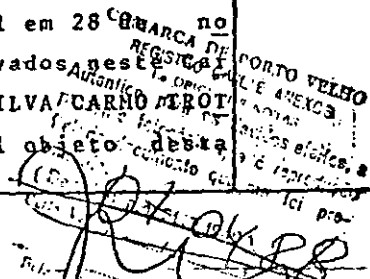
*Moacir Gurgano Filho - Escrevente*

R-4-17497 - Título: Compra e Venda.—Transmitente: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL "NOVACAP" - representada - por sua sucessora COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA "TERRACAP", com sede nesta Capital, CGC nº 00037457/0001-70.—Adquirentes:—GUILHERME AUGUSTO DA SILVA CARMO TROTTA, funcionário público e sua mulher ODETTE CALIL TROTTA, do lar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CPF nº 004889091/04.—Forma do Título: Escritura de 12 de fevereiro de 1979, lavrada às fls. 6v, do Livro 421, do 2º Ofício de Notas desta Capital.—Valor da venda: CR\$140,00.—Consta do título que a Venda foi feita com Pacto de Retrovenda, nos termos dos Artigos ns. 1.140 a 1.142, do Código Civil, sujeitando-se os Adquirentes às suas cláusulas e condições, bem como se obrigaram a construir no imóvel no prazo de 30 meses, a contar da data da escritura.—Imposto de transmissão "I.Vivus" pago pela guia nº 001050.—Certidão Negativa do GDF nº 33199.—Dou fê.—Brasília, 03 de maio de 1979.—

*Moacir Gurgano Filho -*

*Moacir Gurgano Filho - Escrevente*

Av.5-17497 - Título: Construção. De acordo com petição de 15 de maio de 1980, acompanhada de fotocópia de Carta de Habite-se nº 774/79, expedida pelo Governo do Distrito Federal em 28 de setembro de 1979, documentos esses que ficam arquivados neste Cartório, pelo proprietário, GUILHERME AUGUSTO DA SILVA CARMO TROTTA, já qualificado, foi construída sobre o imóvel objeto desta



## CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

## LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

MATRÍCULA  
17497FOLHA:  
2MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES  
(IMÓVEL: Lote e casa 16, da QI 5/19, do SHI/Sul)

MATRÍCULA N.º 17497

(Av. 5-17497) Continuação... desta Matrícula, uma casa residencial assim discriminada: dois pavimentos, tendo no térreo: living, sala de jantar, lavabo, sala íntima, copa, cozinha, área de serviço coberta e descoberta, dois quartos de empregada, um banheiro de empregada, garagem, piscina e casa de máquinas; Pavimento superior: três suites, varandas, corredor de circulação, com a área total construída de 382,33m<sup>2</sup>, sendo de Cr\$1.200.000,00 o valor estimativo da obra. Dou fê. Brasília, 13 de agosto de 1980.

Mário de Paula Almeida - Escrevente

R-6-17497 - Título: Compra e Venda. - Transmitedentes: GUILHERME AUGUSTO DA SILVA CARMO TROTTA, funcionário público e sua mulher - ODETE CALIL TROTTA, funcionária pública, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CIC nº 004.889.091/04. - Adquirente: PAULO GROBMAN, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, CIC nº 000.336.231/15. - Forma do Título: Escritura de 02 de setembro de 1980, lavrada às fls. 53, do Livro 493, do 2º Ofício de Notas desta Capital. - Valor da venda: CR\$... CR\$3.300.000,00. - Consta do título que o imposto de transmissão - "I. Vivus" foi pago pela guia nº 074443, e que foram apresentados o Certificado de Quitação do IAPAS nº 798.204, e a Certidão Negativa do CDE, nº 47.427. - Dou fê. - Brasília, 05 de setembro de 1980.

*Moacir Ganga Filho*

Moacir Ganga Filho - Escrevente

Av. 7-17497 - Título: Alteração. De acordo com petição datada de 07/10/80, do Tabelião do 2º Ofício de Notas local, documento esse que fica aqui arquivado, fica consignado para todos os fins e efeitos de direito que o número correto do CIC. do Sr. PAULO GROBMAN, proprietário do imóvel objeto desta matrícula, é 000.316.231-15, e não 000.336.231-15, como constou, por erro datilográfico no traslado da escritura de 02/09/80 (R-6-17497), apresentado em Cartório para registro. - Dou fê. - Brasília, 08 de outubro de 1980.

Eliete José de Oliveira Neto - Escrevente

R-8-17 - Título: Compra e Venda. Transmitedentes: PAULO GROBMAN, advogado, e sua mulher NANCY GROBMAN, do lar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CIC. nº 000316231-15. Adquirentes: PAULO ROBERTO SALUM VIEIRA, serventuário da justiça, e sua mulher MARLENE DENISE VASCONCELLOS SALUM VIEIRA, do lar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CIC. número

VISO FISCAL -2-

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES	ANOTAÇÕES
<p>nº033608901-59. Forma do Título: Escritura de 30 de setembro de 1980, lavrada às fls.127/129v, livro M-33, do 3º Ofício de Notas local. Valor da venda: Cr\$5.500.000,00. Consta do título que foi pago o imposto de transmissão "Inter Vivus", conforme guia nº 091133 e apresentada a Certidão Negativa do GDF nº47427.-Dou fê.-Brasília, 08 de outubro de 1980. <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto</i>  <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto-Escritor</i></p>	
<p>R-9-17497- <u>Título</u>: Hipoteca. <u>Devedores</u>: PAULO ROBERTO SALUM VIEIRA, serventuário da justiça, e sua mulher MARLENE DENISE VASCONCELLOS SALUM VIEIRA, do lar, brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, CIC. nº033608901-59. <u>Credora</u>: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, filial de Brasília, CGC. nº00360305/0002-95. Forma do Título: Escritura de 30 de setembro de 1980, lavrada às fls. 127/129v, livro M-33, do 3º Ofício de Notas local. Valor do débito: Cr\$2.100.000,00, pagáveis no prazo de 15 anos, através de 180 prestações mensais e consecutivas, pelo PES., no valor inicial de Cr\$31.595,05, nelas incluídos o principal, correção monetária, prêmios de seguro e juros de 10% ao ano, vencendo-se a primeira 30 dias da data da escritura. Em caso de impontualidade, juros à taxa de 01% por decêndio ou fração em atraso. Consta do título que faz parte integrante e complementar do mesmo a Escritura Padrão Declaratória, outorgada pela credora em 26/06/72 e registrada neste Cartório sob o nº78, fls.144, do antigo livro Auxiliar. Hipoteca feita em 1º lugar e sem concorrência. Consta ainda do título que foi apresentada a Certidão Negativa do GDF nº47427.-Dou fê.-Brasília, 08 de outubro de 1980. <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto</i>  <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto-Escritor</i></p>	<p>Vide cancelamento 10.-</p>
<p>Av.10-17497 - <u>Título</u>: Cancelamento de Hipoteca.-De acordo com autorização expressa na Escritura de 28/12/81, lavrada às folhas-65, do Livro 561, do 2º Ofício de Notas local, pela Credora foi aos Devedores plena e geral quitação da Hipoteca de que trata o R-9, desta Matrícula, ficando a mesma cancelada para todos os fins e efeitos de direito.-Dou fê.-Brasília, 20 de janeiro de 1982. <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto</i>  <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto-Escritor</i></p>	
<p>R-11-17497 - <u>Título</u>: Compra e Venda.-<u>Transmitentes</u>: PAULO ROBERTO SALUM VIEIRA, Serventuário da Justiça e sua mulher MARLENE DENISE VASCONCELLOS SALUM VIEIRA, do lar, brasileiros sob o regime da comunhão parcial de bens, Carteiros da 1ª e 2ª Tabelas dos Registros nºs. 143.963-SSP-DF e 078.949-SSP-DF e</p>	<p>PORTO VELHO  REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS  Autentico, para os devidos efeitos legais, a cópia que se reproduz fielmente o documento que me foi apresentado.  Porto Velho, 21/8/1988.  <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto</i>  <i>Wagner Ed. de Oliveira Neto-Escritor</i></p>



## CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

## LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

17497

-3-

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES  
(IMÓVEL: Lote e casa 16, da QI 5/19, do SHI/Sul)

(R-11-17497) continuação... números 033.608.901/59 e 150.707.431/04, respectivamente, sendo ele filho de Paulo Nunes Vieira e de Maria Amélia Salum Vieira e ela filha de Oswaldo Rosa de Vasconcellos Cruz e de Alice Pozzi de Vasconcellos Cruz, residentes e domiciliados nesta Capital à SHI/SUL, QI-15, Conj. 16, Lote 16.-Adquirentes: AULETTE DE ALMEIDA, auditor e sua mulher LAJAVENE SILVEIRA DE ALMEIDA, contadora, brasileiros, casados sob o regime da separação de bens, portadores das Identidades nºs. 316014-SSP-PF e 462.352-SSP-PF, e dos CICs ns. 010.919.217/68 e 018.488.957/04, respectivamente, sendo ele filho de Antônio Francisco de Almeida e de Maria da Piedade e ela filha de Gercino Minervino da Silveira e de Maria José de Miranda Silveira, residentes e domiciliados nesta Capital à SHI/SUL, QI-15, Conjunto 16, Casa 16.-Forma do Título: Escritura de 28 de dezembro de 1981, lavrada às folhas 65, do Livro 561, do 2º Ofício de Notas local.-Valor da venda: 9.483.983,49 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e oitenta e três cruzeiros e quarenta e nove centavos).-Consta do título que o imposto de transmissão "I.Vivus" foi pago pela guia nº 007907, e que foi apresentada a Certidão Negativa do GDF nº 39.952.-Dou fê.-Brasília, 20 de janeiro de 1982.-

Moacir Ganyana Filho - Técnico Judiciário

R-12-17497 - Título: Hipoteca.-Devedores: AULETTE DE ALMEIDA e sua mulher LAJAVENE SILVEIRA DE ALMEIDA, qualificados no registro anterior nº R-11-17497.-Credora: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-Filial - de Brasília, CGC nº 00360305/0002-95.-Forma do Título: Escritura de 28 de dezembro de 1981, lavrada às fls. 65, do Livro 561, do 2º Ofício de Notas local.-Valor do débito: CR\$4.081.389,12 (quatro milhões, oitenta e um mil, trezentos e oitenta e nove cruzeiros e doze centavos), equivalente, na data da Escritura, a 3.293,06281 UPJs do BNN, a ser pago em 167 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a assinatura da Escritura, sujeitando-se a operação à correção monetária na forma do título.-Juros de 10% ao ano.-Hipoteca feita em 1º lugar e sem concorrência.-Consta do título que faz parte integrante e complementar do mesmo, a Escritura Padrão Declaratória outorgada pela Credora em 26/6/72, registrada neste Cartório sob o nº 78, às fls. 144, do antigo Livro de Registro Auxiliar, e que foi apresentada a Certidão Negativa do GDF nº 39.952.-Dou fê.-Brasília, 20 de janeiro de 1982.-

Moacir Ganyana Filho - Técnico Judiciário

Vide cancelamento

17497

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

## MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES

ANOTAÇÃO

Av.13-17497 - CANCELAMENTO DE HIPOTECA. De acordo com petição de 24 de janeiro de 1985, acompanhada de autorização da credora, datada de 23 de janeiro de 1985, documentos esses que ficam aqui arquivados, a hipoteca de que trata o R-12 retro, fica cancelada para todos os fins e efeitos de direito. Dou fê. Brasília, 08 de fevereiro de 1985.

Av.14-17497 - NUMERAÇÃO PREDIAL. De acordo com Petição de 27 de novembro de 1986, acompanhada de Declaração nº 251/86, expedida pelo DLO/DLFO/SVO, Governo do Distrito Federal, em data de 26 de novembro de 1986, documentos esses que ficam aqui arquivados, foi estabelecida para o imóvel objeto desta Matrícula a seguinte numeração predial: SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS SUL, QI-15, CONJUNTO, 16, Nº 16. - Dou fê. - Brasília, 05 de dezembro de 1986. -

Moucir Gargano Filho - Titulo Judicial

R-15-17497 - MEAÇÃO E HERANÇA. - Transmittente: Espólio de AULETTE DE ALMEIDA, CIC nº 010.919.217-68. - Adquirentes: LAJAVENE SILVEIRA DE ALMEIDA, brasileira, viúva, servidora pública aposentada, CI nº 462.352-SSP-DF e CIC nº 018.488.957-04, residente e domiciliada nesta Capital; LUIS OTÁVIO ARAUJO DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, engenheiro, CI nº 3.174.396, IFP-RJ e CIC nº 098195091/49, residente e domiciliado na cidade de São José dos Campos-SP; e, LUIS CLÁUDIO ARAUJO DE ALMEIDA, brasileiro, separado judicialmente, servidor público, CI nº 379.671-SSP-DF e CIC nº 151758981/91, residente e domiciliado nesta Capital. - Título: Formal de Partilha de 30 de outubro de 1986, expedido pelo Juízo de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Brasília, Distrito Federal, extraído dos autos de Inventário nº 7055, dos bens deixados por falecimento de AULETTE DE ALMEIDA, no qual figurou como inventariante a viúva-meeira, Sra. LAJAVENE SILVEIRA DE ALMEIDA. A partilha foi homologada por Sentença de 26/09/86, proferida pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Asdrubal Zola Vasquez Cruzeiro, que transitou em julgado. - Valor: Cz\$1.000.000,00, dado pela avaliação. - Consta do título que o imóvel ficou pertencendo na proporção de 50% para a viúva-meeira LAJAVENE SILVEIRA DE ALMEIDA, e 50% em partes iguais, ou seja, 1/4 para cada um dos herdeiros(adquirentes) LUIS OTÁVIO ARAUJO DE ALMEIDA e LUIS CLÁUDIO ARAUJO DE ALMEIDA, tendo sido pago o Imposto de Transmissão "Causa-Mortis", conforme guia de 30/10/86, no valor de Cz\$ \$20.000,00; e a Certidão Negativa nº 296-22683/86 do GDF. - Dou fê. Brasília, 05 de dezembro de 1986.

Moucir Gargano Filho - Titulo Judicial

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

17497

FOLHA —

4

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES

(IMÓVEL: SHI/Sul, QI-15, CONJUNTO 16, NÚMERO 16)

R-16-17497 - COMPRA E VENDA, Transmitedores: LAJAVENE SILVEIRA D. ALMEIDA, brasileira, viúva, contadora aposentada, Identidade nº 462.352-SEP/DF, CIC nº 018.488.957-04, residente e domiciliada no Rio de Janeiro-RJ; LUIS CLÁUDIO ARAÚJO DE ALMEIDA, brasileiro, separado judicialmente, auditor, Identidade nº 379.671-SEP / DF, CIC nº 151.758.981-91, residente e domiciliado nesta Capital; e, LUIS OTÁVIO ARAÚJO DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, engenheiro de aeronáutica, Identidade nº 3.174.396-IFP/RJ, CIC nº 098.195.091-49, residente e domiciliado em São José dos Campos - SP. Adquirente: JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, brasileiro, solteiro, advogado, Identidade nº 227-A-OAB/RO, CIC nº 090.480.811-49, residente e domiciliado nesta Capital. Título: Escritura de 12 de março de 1987, fls. 059/060v, livro 1410, do 1º Ofício de Notas local. Valor: Cz\$2.500.000,00. Constan do título a guia número 120.485, do Imposto "Inter-vivus" e a Certidão Negativa do GDF nº 074-41.104/87. Dou fê. Brasília, 30 de março de 1987.

Wilson Fidalgo - Técnico Judiciário

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

GERALDO MALVAR - Oficial

Confero com o original deste Cartório

Oficial

Cartório do 1.º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal

Gerals:

GERALDO MALVAR

Substituto

HUMBERTO DE JESUS FERREIRA

Técnicos Judiciais Autorizados

WILSON FIDALGO

ANIZIO ABRAHÃO CHERIN

17497

MATRÍCULA N.º

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE FINANÇAS

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO  
POR ATO "INTER-VIVOS"

GUIA Nº

Nome: GERONIMO GARCIA DE SANTANA ADQUIRENTE, CESSIONÁRIO, ETC. 090 480 811-49 CPI/CIC

Domicílio Fiscal: SUN 112 Bl. D Aptº 405- DF

Natureza da Transação: Compra e Venda ALÍQUOTA 2%

Objeto da Transação: lote e Casa nº 16, da ul. 5/19, atual ul 15, Conjunto 16, do SHI/SUL DF

VALOR PACTUADO: CR\$ Cz\$ 2.500.000,00

☐ Transmissão pelo Sistema Financeiro de Habitação (juntar comprovantes)

☒ Outras Transmissões

TRANSMITENTE, CEDENTE, ETC.

Nome: LAJAVENE SILVEIRA DE ALMEIDA

Título de propriedade ou domínio: Doação e Herança

.....OF. DE NOTAS DE ..... LIVRO ..... FLS. .... DATA ..... / ..... / .....

.....CART. DE R.I. Nº ..... LIVRO ..... FLS. .... DATA ..... / ..... / .....

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL		BENEFITÓRIAS	
<input type="checkbox"/> comercial	<input checked="" type="checkbox"/> residencial	Existência	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> industrial	<input type="checkbox"/> outras	Área	<u>382,33</u> m²
Área do Terreno	<u>540,00</u> m²	<input checked="" type="checkbox"/> concluída	
Fração Ideal	..... %	<input type="checkbox"/> em obras	
		<input type="checkbox"/> outras (especificar no verso)	

CARTÓRIO ONDE SERÁ LAVRADO O INSTRUMENTO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

OUTRAS INFORMAÇÕES (se necessário utilizar o verso)

LOCAL E DATA: B S B 06/03/87 Carlos

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

PARA USO DA REPARTIÇÃO

Código do Imóvel: 540

Área: 540 m²

Fração Ideal: 382,33 m²

Valor do Imóvel para fins fiscais: CR\$ 2.500.000,00

Valor de: 31.05.183

Data: 6.1.31.87

VALOR DO IMPOSTO: CR\$ 54.586,40

Código de Receita: 1.701

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

000484 9694100087 45458640RC

DECLARAÇÃO DE BENS

JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, neste Município, candidato a governador do Estado, nas eleições de 15 de Novembro do corrente ano de 1986, declara que possui os seguintes bens:

- 01 casa residencial localizada à rua Campos Sales, 2.410, centro. Escritura pública lavrada no livro 192, às fls. 52V/53, do Livro 3, cujo valor atual é de Cr\$ 600.000,00.

- 01 caminhete Ford F-1000, ano 1984, placa BD-3116, cujo valor atual é de Cr\$ 100.000,00.

II  
TOTAL: Cr\$ 900.000,00

A presente declaração de bens, é a expressão da verdade.

Porto Velho, 14 de agosto de 1986.

JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA

CPF: 090.480.811-49

**REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU**

CENTRO PUNTO VELHO 0239 19472 92 02 001

AREA DE GARCIA SANTANA 0239

HELIAS GORAEH 3307 CASA

PUNTO PUNTO VELHO NO LIBERDADE

14/04/87 13/05/87

85.275,34

14	RESGATE OPEN/OVER	2.442.440,90 C	
15	APLICACAO OPEN/OVER	2.442.440,90 D	85.275,34
15	RESGATE OPEN/OVER	2.458.724,65 C	
15	APLICACAO OPEN/OVER	2.458.724,65 D	86.275,34
21	RESGATE OPEN/OVER	2.475.935,72 C	
21	APLICACAO OPEN/OVER	2.475.935,72 D	86.275,34
22	RESGATE OPEN/OVER	2.493.267,27 C	
22	APLICACAO OPEN/OVER	2.493.267,27 D	86.275,34
23	RESGATE OPEN/OVER	2.510.720,14 C	
23	APLICACAO OPEN/OVER	2.510.720,14 D	86.275,34
24	RESGATE OPEN/OVER	2.528.295,10 C	
24	APLICACAO OPEN/OVER	2.528.295,10 D	86.275,34
27	RESGATE OPEN/OVER	2.545.993,24 C	
27	APLICACAO OPEN/OVER	2.545.993,24 D	85.275,34
29	RESGATE OPEN/OVER	2.564.661,00 C	
29	APLICACAO OPEN/OVER	2.564.661,00 D	85.275,34
29	RESGATE OPEN/OVER	2.584.752,00 C	
29	APLICACAO OPEN/OVER	2.584.752,00 D	86.275,34
30	RESGATE OPEN/OVER	2.604.998,36 C	
30	APLICACAO OPEN/OVER	2.604.998,36 D	86.275,90
30	RESGATE OPEN/OVER	2.626.533,51 C	
30	APLICACAO OPEN/OVER	2.626.533,51 D	86.275,90
	TRANSPORTAR		2.712.809,41

QUI NÃO POUÇA PERDE. APLIQUE SEU DINHEIRO TODO MES NA  
POUPANCA HABERENDOS. DE UMA VISITINA PRO SEU DINHEIRO.

**REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU**

CENTRO PUNTO VELHO 0239 19472 92 02 002

AREA DE GARCIA SANTANA 0239

HELIAS GORAEH 3307 CASA

PUNTO PUNTO VELHO NO LIBERDADE

14/04/87 13/05/87

2.712.809,41

22	APLICACAO OPEN/OVER	2.626.533,50 D	86.276,41
23	RESGATE OPEN/OVER	2.648.619,89 C	
23	APLICACAO OPEN/OVER	2.648.619,89 D	86.277,30
24	RESGATE OPEN/OVER	2.571.372,24 C	
24	APLICACAO OPEN/OVER	2.571.372,24 D	86.278,14
27	RESGATE OPEN/OVER	2.694.524,70 C	
27	APLICACAO OPEN/OVER	2.694.524,70 D	86.278,92
28	RESGATE OPEN/OVER	2.723.266,48 C	
28	APLICACAO OPEN/OVER	2.723.266,48 D	86.279,40
29	RESGATE OPEN/OVER	2.753.221,92 C	
29	APLICACAO OPEN/OVER	2.753.221,92 D	86.280,32
29	RESGATE OPEN/OVER	2.789.929,69 C	
29	APLICACAO OPEN/OVER	2.789.929,69 D	86.281,01
30	RESGATE OPEN/OVER	2.827.127,12 C	
30	APLICACAO OPEN/OVER	2.827.127,12 D	86.281,13
30	SALDO ATUAL		86.281,13

QUI NÃO POUÇA PERDE. APLIQUE SEU DINHEIRO TODO MES NA  
POUPANCA HABERENDOS. DE UMA VISITINA PRO SEU DINHEIRO.

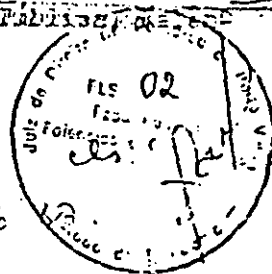


ESTADO DE RONDÔNIA  
 Poder Judiciário  
 Data 28 05 88  
 V. 9456

Unidade: 1122/88  
 28 MAI 1988

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Vara da Fazenda Pública e Concordatas da Comarca de Porto Velho.

D. e a.  
 D. 01.06



FRANCISCO AQUILAU DE PAULA, brasileiro, casado, advogado, portador do título eleitoral nº 5191323/80, 2a. Zona, Seção 0131, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Rondônia, sob o nº 1B, residente e domiciliado nesta Capital, com Escritório no Ed. Rio Madeira, 2º Andar, Conj. 202/203, nesta Cidade, em causa própria, propõe a presente AÇÃO POPULAR, contra o GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, de conformidade com os fatos e fundamentos a seguir expostos:

Há aproximadamente dez (10) meses ocorreu um fato que preocupa a tantos quantos vivem nesta Capital, qual seja, o desmoronamento de parte da pista de Avenida Lauro Sodré, no sentido aeroporto-centro, já tendo, inclusive, provocado protestos da comunidade. O trecho fica situado defronte à sede do INCRA e ao lado da Superintendência Regional da Polícia Federal.

Por força das críticas recebidas, em virtude da inércia no trato das coisas públicas, resolveu o Executivo Estadual refazer o referido trecho, promovendo o aterramento da área em tela, como é de seu dever, contratando, para tal, a empresa Rodon. Pavimentadora e Construtora Ltda., pela quantia de R\$50.000.000,00 (cincoenta milhões de cruzados).

Acontece, todavia, que a contratação acima evidenciada ocorreu ao arrepio das normas em vigor, em que não se deu a forma prescrita em lei, ou seja, após a necessária licitação, de conformidade com o que dispõe os artigos 125 e seguintes.

*Quilau*

do Decreto-lei 200, de 25-02-67.

Ora, é de ressaltar-se, digno Magistrado, que o Executivo, detentor que é do poder discricionário, não pode desrespeitar as normas positivas sob qualquer alegação. Além de tudo, que observar os preceitos em vigor, por ocasião da prática de quaisquer atos administrativos.

Entretanto, o que se vê no caso vertente é exatamente o contrário, ou seja, a contratação de obra sem o modelo jurídico determinado em lei: a licitação.


É de evidenciar-se que para embasar a presente ação, efetivamos junto à Secretaria Estadual de Obras, pedido de cópia autêntica do Processo de Licitação da construção em tela sendo indeferido o requerimento.

Portanto, é de bom alvitre realçar-se que a medida é urgente, vez que a flagrante ilegalidade do ato que pretendemos invalidar, por ser esse contrário ao direito e ao interesse público, e a obra estar sendo executada a todo vapor a fim de caracterizar um fato consumado.

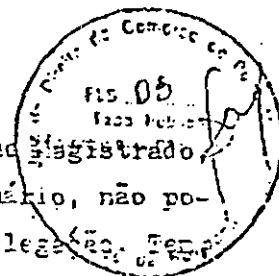
Isto posto, requer a suspensão liminar do ato impugnado, na forma do Parágrafo 4º, do Artigo 5º, da Lei 4.717, de 29/06/65, a requisição dos documentos que instruíram a dispensa de licitação e a citação do Governo do Estado de Rondônia, da Empresa Rondon Pavimentadora e Construtora Ltda, para acompanhar, querendo, a presente Ação, e a intimação do Ministério Público e dando-se à causa, para efeitos fiscais, a quantia de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Cruzados), e protestando por todos os meios de provas permitidos em direito, o Suplicante

espera deferimento

Porto Velho, 28 de maio de 1987

  
FRANCISCO AQUINO DE PAULA  
ADVOGADO  
OAB - RO - 118  
CPF - 003855202

005915102-72



# Diário Oficial

## ESTADO DO PARANÁ

PORTE PAGO  
DR/PR  
15R-48 - 452/81

EDIÇÃO DE HOJE — 116 PAGINAS

N.º 1.792

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1984

ANO LXXI

### Atos do Poder Executivo

#### DECRETO N.º 3006

O Governador do Estado do Paraná Resolve exonerar ERASMO GARANHÃO, RG n.º 344.074-DF, do cargo, em comissão, de Secretário de Estado das Finanças.

Curitiba, em 28 de maio de 1984, 163.ª da Independência e 96.ª da República.

JOSE RICHIA

Governador do Estado  
Horácio Raccanello Filho  
Secretário de Estado da Justiça

#### DECRETO N.º 3007

O Governador do Estado do Paraná Resolve exonerar DELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, RG n.º 498.313, do cargo, em comissão, de Secretário de Estado do Planejamento.

Curitiba, em 28 de maio de 1984, 163.ª da Independência e 96.ª da República.

JOSE RICHIA

Governador do Estado  
Horácio Raccanello Filho  
Secretário de Estado da Justiça

#### DECRETO N.º 3008

O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista o disposto no art. 44, §

1.º, da Constituição Estadual, combinado com a Lei n.º 7.711, de 15 de junho de 1983,

Resolve convocar o Vice-Governador do Estado, JOAO ELISIO FERREZ DE CAMPOS, para exercer as funções de Secretário de Estado das Finanças, ficando revogado o Decreto n.º 128, de 23 de março de 1983.

Curitiba, em 28 de maio de 1984, 163.ª da Independência e 96.ª da República.

JOSE RICHIA

Governador do Estado  
Horácio Raccanello Filho  
Secretário de Estado da Justiça

#### DECRETO N.º 3009

O Governador do Estado do Paraná Resolve nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, OTTO BRACARENSE COSTA RG n.º 211.165 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Estado do Planejamento.

Curitiba, em 28 de maio de 1984, 163.ª da Independência e 96.ª da República.

JOSE RICHIA

Governador do Estado  
Horácio Raccanello Filho  
Secretário de Estado da Justiça

#### DECRETO N.º 3010

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, inciso II, da Constituição Estadual,

#### RESOLVE:

Art. 19 - Em virtude de já haver cumprido sua destinação; fica dissolvida a Comissão de Alto Nível constituída pelo Decreto n.º 2.934, de 04 de maio de 1984.

Art. 20 - O relatório e as conclusões da Comissão de Alto Nível serão publicados no Diário Oficial e arquivadas na Casa Civil, ficando à disposição dos interessados, nos termos do art. 152, § 2º, da Constituição Federal do Brasil.

Curitiba, em 28 de maio de 1984, 163.ª da Independência e 96.ª da República.

JOSE RICHIA

Governador do Estado

HORACIO RACCANELLO FILHO

Secretário de Estado da Justiça

RELATÓRIO APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DOUTOR JOSE RICHIA PELA COMISSÃO DE ALTO NÍVEL DESIGNADA PELO DECRETO ESTADUAL N.º 2934 DE 04 DE MAIO DE 1984

#### I - INTRODUÇÃO

#### II - INSTALAÇÃO E ORDEM DOS TRABALHOS

#### III - ASPECTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

#### IV - OUTROS ENVOLVIMENTOS

#### V - CONSIDERAÇÕES FORTALECIDAS

#### VI - CONCLUSÃO

#### 1 - INTRODUÇÃO

A Comissão de Alto Nível, designada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, através do Decreto

n.º 2934 de 04 de maio de 1984, e alterada pelo Decreto n.º 2956 de 15 de maio de 1984, por seus integrantes in-fine assinados, havendo concluído os seus trabalhos, e entendendo haver chegado a uma conclusão unânime no respeitante à análise das operações financeiras anteboladas pelo Estado, no atual período de Governo, através de sua Secretaria de Finanças, tem a honra de apresentar à elevada apreciação de Vossa Excelência o resultado a que chegou, na ordem que segue:

#### II - INSTALAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS TRABALHOS

Preliminarmente os membros da Comissão, que nos felicitamos, pedem vênias para agradecer a elevada deferência do Chefe do Poder Executivo do Estado ao escolher seus nomes, indicação recebida não apenas como pesado encargo, mas principalmente como distinguida honra. Notadamente por tratar-se de pessoas totalmente desligadas da esfera estadual, profissionais liberais que são, militantes em diferentes áreas da sociedade, sem qualquer vínculo com grupos políticos ou administrativos estaduais. De deferência, emanada do eminente Governador, de cuja intimidade jamais privaram, mesmo por não conhecê-lo pessoalmente, com exceção do Sr. Presidente que com sua Excelência apenas manteve contatos ocasionais e informais em diferentes momentos em eventos sociais e cívicos, avults em sua relevância. Recebeu a Comissão a árdua tarefa como delegação (irrecusável), pois em seu bojo estava iminente uma obrigação para com a sociedade paranaense.

A Comissão, no ser constituída no dia 04 de maio do corrente ano, de imediato reuniu-se para as medidas preliminares de organização interna, designação de um Secretário e requisição de pessoal burocrático especializado e material de expediente. Para suas reuniões escolheu as instalações do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, à Rua José Loureiro n.º 43, cedidas por sua Diretoria. Tratava-se de local ideal, por não ser repartição pública ou empresa privada. Ressalte-se, ainda, que de parte do Excelentíssimo Senhor Governador, a Comissão recebeu apenas duas recomendações: sigilo e rapidez.

Uma ocorrência, em parte colidiu com o requisito da rapidez. Foi a renúncia do Presidente da Comissão, o Dr. Otto Luiz Sponholz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, impellido por resolução do respectivo Conselho, cujo mérito a Comissão de Alto Nível absolveu de comentar.

Superado o impecilho, por rápidação de Vossa Excelência, substituindo o renunciante pelo Economista e Professor

DEAM  
LICITAÇÃO  
Pág. N.º 99

[illegible][illegible][illegible]





## Administração

EDITAL NO 01/80

**TORNAR PÚBLICO**

## APOSENTADORIA

III - A indicação de data, horário e locais da prova, será divulgada oportunamente.

Secretaria de Estado da Administração, em 23 de maio  
Sd. 76.49

Sidney Pinheiro Gonçalves  
DIRECTOR

7.12.194 5.000.000,00 - P. 7055

Porto Velho, 09/6/87

Senhores Deputados,

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezesseis e trinta horas, na sede do BERON, sito à Avenida Sete de Setembro 237 - Centro, reuniram-se os Diretores do Banco do Estado de Rondônia S/A - BERON, sob a presidência do Doutor Cláudio Roberto Rabelo de Souza, presentes os demais diretores, a saber: Financeiro, Ismael Borges Sobrinho; Operação, João Marco Salvaggio; Desenvolvimento, Cyrillo Leopoldo Carvalho da Silva Neves e Administrativo, José Inácio Storer, para discutir e definir a situação dos créditos vencidos conforme consta da relação anexa - Documento nº 01, encaminhada à Diretoria de Operação através da Circular Interna nº 031/87 de 06.02.87 Gerência Agência Central Porto Velho. Sobre o assunto manifestou-se o senhor Diretor de Operações dizendo haver tomado a iniciativa de manter contato direto com a Assessoria do Governador eleito Jerônimo Santana e levando o resultado da consulta a sua excelência o senhor Governador



do Estado Professor Ângelo Angelim o qual manifestou-se e garantiu, como líquido e certo, o seu compromisso pessoal de sanar os débitos, por ele autorizados, em um montante aproximado de Cr\$ 37 milhões reais os encargos decorrentes. Quanto ao restante do débito disse estar disposto a discutir o assunto em conjunto com as partes interessadas e/ou envolvidas com vista à sua solução no mais curto prazo possível, inclusive, a pendência efetiva do INPS no processo, ou por seus credidores, que até prova em contrário, são os reais devedores dos valores. A Diretoria Executiva por unanimidade de votos decidiu aguardar até o dia 30 de março, próximo vindouro, pela solução do problema, tendo o qual os débitos pendentes, não solucionados, conforme prévio pactuado, serão, de imediato, ajuizados para cobrança judicial, em vista à salvaguarda dos interesses do Banco. Para tanto determinou à COREC que proceda as petições iniciais com vista a esse procedimento. E, por estarem unanimemente acordados, foi lavrada a presente ata, que é de trômite restrito, e de conhecimento exclusivo da Diretoria Executiva e seus membros, os quais, de seus termos, darão ciência aos interessados na data estabelecida para execução judicial dos débitos. Eu, Cyrillo Leopoldo Carvalho da Silva Neves, servindo de secretário, a lavrei e li, sendo achada conforme e assinada por todos os membros da Diretoria Executiva.

- Cláudio Roberto Rabelo de Souza: Presidente
- Ismael Borges Sobrinho: Diretor Financeiro
- João Marco Salvaggio: Diretor de Operações
- Cyrillo Leopoldo Carvalho da Silva Neves: Dir. de Desenvolvimento
- José Luís Storer: Diretor Administrativo.

A leitura que acabo de concluir, senhores ~~deputados~~ e senhor presidente, é de uma ata da reunião dos ex-Diretores do Banco do Estado de Rondônia, BERON, realizada no dia 06 de fevereiro de 1987.

A partir desta data, ficam provados o uso e abuso da instituição financeira estadual e a malversação do dinheiro público no mercado financeiro.

O BERON fez empréstimos, não obedecendo a critérios técnicos, mas a critérios políticos e politiqueres, por autorização expressa do ex-governador Ângelo Angelim, cujos débitos somaram na época 37 milhões de cruzados.

Fica provado também o conhecimento do Governador Jerônimo Santana dos desmandos ocorridos. O Governador que no discurso insiste em pregar a moralização da administração pública, à custa da ameaça de demissão, mas que na prática não toma providências quanto às denúncias de corrupção e imoralidade, provadas através de documentos, como a que hoje fazemos.

Fica também confirmado o uso do poder econômico nas eleições de 1986, quando se afirma na ata a existência de "pendência efetiva de EMDB no processo", onde "os novos candidatos, que até prova em contrário, são os reais devedores dos valores".

A Circular Interna nº 031/87, entre outros nomes constam os de candidatos do PMDB às eleições de 1986 e de pessoas que participaram da campanha eleitoral como coordenadores. Senão vejamos:

- FRANCISCO JAMES FELICIO, candidato derrotado; JOSE RONALDO ARACÃO senador eleito; DJAIR FRIETO, ex-candidato ao senado e atual Secretário da Promoção Social; CHACAS NETO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA, empresa do Sr. CHACAS NETO, deputado federal e Secretário de Obras; AMIR IANBO, ex-candidato ao senado e atual Chefe da Casa Civil do Governo do Estado; MOTORAUTO TRATORES E MAQUINAS LTDA, empresa do Sr. OLAVO PERES, atual senador pelo Estado de Rondônia; THOMAS CORREA, atual prefeito municipal

de Porto Velho; ERNANDES AMORIM, atual deputado estadual; SADRACQUE MUNIZ, deputado estadual e irmão do Vice-Governador Orestes Muniz; JOSE LUIZ LENZ, um dos coordenadores da Comissão Eleitoral do IMDB.

Também continua na relação nomes de pessoas e firmas ligadas à imprensa. Coincidentemente, os donos da imprensa que são pagos para acusar os deputados do PT de "traidores", que tentam ridicularizar e desmoralizar nosso trabalho, também são beneficiados.

Não somos traidores, senhores deputados e senhor presidente, porque não assumimos nenhum compromisso com o IMDB, nem com seus membros, nem com o Governo do IMDB. Denunciamos seus desmandos, suas corrupções, seu uso e abuso da máquina administrativa nas eleições. Nosso compromisso é com a classe trabalhadora, sofrida e explorada. Nosso compromisso é com os assalariados urbanos, arrochados em seus salários; é com os funcionários públicos para quem o gatilho salarial não dispara; é com os trabalhadores rurais e pequenos produtores, explorados e roubados no preço de seus produtos.

Infelizmente existem mercenários da palavra, que preferem se curvar e se vender, mentindo, a ficar de pé, brandindo a verdade.

Os senhores CEVERIANO FERNÁNDEZ, chileno e LUIZ ALBERTO FERNÁNDEZ SAMWAYO são pessoas ligadas ao JORNAL DO POVO DE RONDÔNIA, que nos acusa de traidores, em seu jornal.

Senhores deputados e senhor presidente,

Há um outro fato grave sobre o que não podemos calar.

Cinco empresas fantasma, sem registro na Junta Comercial do Estado, foram beneficiadas com empréstimos no valor de 5 milhões e 800 mil cruzados. São elas: FLAG EMENDAMENTOS COMERCIAIS LTDA., REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO

RONDÔNIA LTDA.; INDUSTRIA DE MADEIRAS SÃO MIGUEL LTDA., J.P.M. PROPAGANDA E ASSESSORIA LTDA e J.P.M. BRASILEIRA CONSUMO EDITORA LTDA.

--X-X-X-X-X-X-X--

Nós não queremos ficar só na denúncia vazia. Julgamos que a denúncia deve ser eficiente e eficaz. Para tanto tomamos ou tomaremos as seguintes providências:

1 - Queremos saber da atual Diretoria do BEROH quais as providências tomadas; se os débitos pendentes em 6 de fevereiro deste ano foram ajuizados para cobrança judicial até o dia 10 de março próximo passado; qual a taxa de juros cobrados; quais as garantias reais para a liberação daqueles empréstimos; em que se fundamenta a liberação de empréstimos, além da autorização do ex-governador Angelo Angelim; como se pode liberar empréstimos para firmas sem registro na Junta Comercial; quais os candidatos às eleições de 1985 e 1986 beneficiados com empréstimos do BEROH.

2 - Encaminhamos fotocópia da documentação aos seguintes órgãos: Banco Central, Receita Federal, Polícia Federal, Tribunal Regional Eleitoral e ao Ministério Público;

3 - Encaminhamos fotocópia da documentação e do discurso para a Liderança do Partido dos Trabalhadores-PT na Câmara Federal e para os principais jornais do país;

4 - Pediremos auditoria e intervenção do Banco Central no Banco do Estado de Rondônia - BEROH;

5 - Pediremos ao Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral a presteza na conclusão dos processos sobre abuso do poder econômico nas eleições de 1986 e sobre o uso indevido da máquina administrativa nas eleições de 1985 e 1986.

na 031/87

Porto Velho-Ro, 06 de Fevereiro 1987.

Da: Agência Central

Para: Diretoria de Operação

A/C: M.D. Dir. João Marcos Salvalaglio

Ref: Posição de TD/Barongiro e CL

Serv. de V. da presente, para informar a V.Sa., posição atual das operações abaixo relacionadas, na qual gostaríamos de receber orientação quanto as providências que podemos adotar para regularização das vencidas:

NOME/EMPREGATÁRIO	VALOR	VENCIMENTO
Francisco James F. Felício	250.000,00TD	07.04.87
Genivaldo José de Souza	200.000,00TD	02.02.87
Walderedo Paiva dos Santos	499.500,00TD	06.4.87
José Ronaldo Aragão	200.000,00TD	04.03.87
Amizael Gomes da Silva	230.000,00TD	06.04.87
Thomas Guilherme Correa	70.000,00TD	19.02.87
" " "	190.000,00TD	23.02.87
" " "	133.000,00TD	05.03.87
	<u>393.000,00</u>	
Jose Ferreira Sobrinho	150.000,00TD	01.12.86
Sadraque Muniz	100.000,00TD	27.01.87
Ney Luiz Freita Leal	70.000,00TD	17.11.86
Ceveriano Fernandes. @	90.000,00TD	13.11.86
Luiz Alberto F. Santos @	150.000,00TD	15.12.86
" @	30.208,05TD(CL)	27.03.86
	<u>180.208,05</u>	
Djair Indalecio V. Prieto	1.000.000,00TD	13.01.87
" " " "	662.000,00TD	16.02.87
" " " "	600.000,00TD	24.03.87
	<u>2.262.000,00</u>	
Jose Carlos C. de Brito	318.000,00TD	28.01.87
Ernandes Santos Amorim	100.000,00TD	15.12.86
" " "	150.000,00TD	02.03.87
	<u>250.000,00</u>	

FEITO  
COM POSIÇÃO  
C/ PESSOA JURÍDICA

e/cantão

REFORMADO  
João Carlos C. da Cunha

Cont...

Motoraut Tratores e Máq. Ltda	REFORMADO	4.500.000,00TD	02.02.87
Acinox Aço Inoxidável S/A		1.000.000,00TD R.A.	01.12.86
Swerton Leoni Refinadora		700.000,00TD	
Radio e TV Eldorado do Brasil S/A		2.700.000,00TD	02.03.87
Ed. de Jornais e Rev. Mario Galixto		2.000.000,00TD	11.12.86
" " " " " "		1.000.000,00TD	11.03.87
		5.700.000,00	
Ferreira Veículos Ltda		2.000.000,00TD P.D.B.	27.10.86
	3.660.000	1.660.000,00 R.A.	
Morues & Nobre Ltda		600.000,00TD R.A.	17.12.86
Murilo S. Canto		1.000.000,00TD R.A.	05.12.86
Flag Empreend. Com. Ltda		1.500.000,00TD P.D.B.	13.11.86
Cidades Hortigranjeiras do Rio	COMPAGNIA	257.000,00TD	09.02.87
" " " " " "		256.500,00TD	09.03.87
" " " " " "		256.500,00TD	07.04.87
		770.000,00	
A.P. Repres. e Com. Rondonia Ltda		1.000.000,00TD R.A.	01.12.86
Ind. de Med. São Miguel Ltda		800.000,00TD C.A.	03.11.86
Chagas Neto Const. Incorp. Ltda		400.000,00TD	15.11.86
" " " " " "		400.000,00TD	15.12.86
" " " " " "		1.000.000,00TD	29.12.86
" " " " " "		1.000.000,00TD	05.01.87
" " " " " "		2.000.000,00RERONGIRO	17.11.86
		4.800.000,00	
S/C Adm. de Bens Floresta Ltda		900.000,00TD	15.12.86
Floresta Hotel Ltda		1.000.000,00TD R.A.	01.12.86
		1.900.000,00	
Clemacir Bonez		2.750.000,00TD A.L.	26.11.86
Empresa Jornalística o Movimento Ltda		2.200.000,00TD J.A.I.	03.12.86
Auto Posto Urupá Ltda		2.200.000,00TD P.C.R.	01.12.86
Auto Posto Nordestino Ltda		2.200.000,00TD	01.12.86
Auto Posto Nordestino Ltda		3.000.000,00TD	29.12.86
		9.600.000,00	
Soc. Agrícola e Com. Recife Ltda		300.000,00TD	09.02.87
Lopes e Souza Ltda		2.200.000,00TD A.L.	09.12.86
" " " " " "		145.000,00TD	16.03.87
		2.345.000,00	
Empresa Jornalística Debate Pop. Ltda		200.000,00TD	12.02.87
" " " " " "		205.000,00TD	16.02.87
		405.000,00	

José Carlos C. da Cunha  
11231

Cont...

Candemas Const. Ltda	000.000,00TD	RA	22.12.86
M. A. Carneiro	250.000,00TD		10.03.87
Agropecuaria S <sup>o</sup> Teresinha Ltda	350.000,00TD		23.03.87
Nacional Prom. e Pub. Ltda	481.500,00TD		23.10.86
	<u>1.500.000,00TD</u>		22.12.86
	1.981.500,00		
J.P.M. Brasília Com.Edit. Ltda	2.000.000,00BERONGIRO		06.05.87
" " " " "	250.000,00IDEM		30.04.87
J.P.M. Propaganda e Assessoria Ltda	250.000,00IDEM		27.04.87
João Pedro Marques	250.000,00TD		19.01.87
	<u>2.750.000,00</u>		

Seta Const. Proj. e Regres. Ltda	400.000,00TD	— R.4	03.12.86
João Lucena Leal	568.641,46S.DV(CL)		
Amir Francisco Lando	483.360,34S.DV(CL)		
José Luis Lense	7.057.750,64S.DV(CL)		
Marval Huber P. Falcão	249.344,37S.DV(CL)		
Walter Bartolo	519.649,88S.DV(CL)		

TOTAL VENCIDOS:.....	CZ3 41.459.500,00
TOTAL VINCENDOS:.....	CZ3 12.104.500,00
TOTAL C.L.:.....	CZ3 8.904.970,74
TOTAL GERAL:.....	CZ3 62.468.970,74

1.660.000,00

6.4.488.870,74  
BANCO DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A  
AG 1201/Contabilidade

Antônio Aparecido da Silva  
Assessor

José Carlos R. da Cunha  
1988-1

C/C DIRETOR FINANCEIRO





GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

OFÍCIO Nº 187/SEFAZ

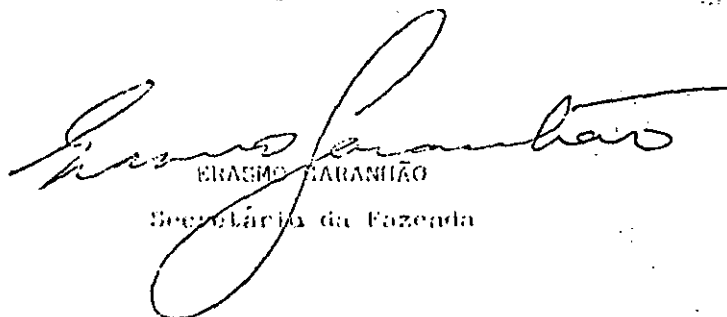
Porto Velho, 14 de abril de 1987.

Senhor Governador:

Pego a Vossa Excelência a gentileza de autorizar o pagamento de 319 diárias e 18 passagens aéreas, para o período de 03 a 30 de abril de 1987. As diárias destinam-se a fiscais que se deslocarão para o Posto Fiscal de Vilhena, e as viagens do Secretário e Assessores para o interior do Estado, Brasília e Manaus.

As passagens serão utilizadas nos trechos Porto Velho/Brasília, Porto Velho/São Paulo, Porto Velho/Belo Horizonte e Porto Velho/Curitiba.

Ao encerro, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

  
ERASMO LARANHÃO  
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Dr. JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA

DD. Governador do Estado

N/Capital



OFÍCIO Nº 242/CAR/SEFAZ

Porto Velho, 24 de abril de 1987.

Do: Secretário de Estado da Fazenda

Ao: Exmo. Sr.

Dr. JERÔNIMO GARCIA DE SANTANA

DD. Governador do Estado de Roraima

*AO DA  
para o Sr. Governador,  
por CE 25/87*

Pego a Vossa Excelência a gentileza de autorizar o pagamento de 180 diárias e 18 passagens aéreas, para o mês de maio de 1987. As diárias destinam-se a cobertura de viagens de fiscal que se deslocarão para o Posto Fiscal de Vilhena-RN e do Secretário e Assessores para o interior do Estado, Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

Cordialmente.

*[Assinatura]*  
FRASMO CARABEÃO  
Secretário de Estado da Fazenda

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg)  
— Tem a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A construção de uma instituição técnica e cientificamente bem estruturada, vinculada ao tratamento das doenças do aparelho locomotor, em Salvador, teria, ainda, uma extraordinária importância como pólo de irradiação assistencial da Bahia para toda a região nordestina, disseminando os benefícios do seu funcionamento especializado.

Neste sentido, o projeto da construção de um hospital modelar, elaborado sob a orientação de um dos maiores especialistas do nosso País, o Professor Doutor Aloysio Campos da Paz Júnior, tornou-se viável e logrou, graças à sua incansável atuação, captar os recursos imprescindíveis à concretização do mencionado hospital, quando eram Ministros de Estado, da Saúde, Professor Roberto Santos e da Previdência e Assistência Social, Doutor Raphael de Almeida Magalhães, que encaminham a Seplan uma proposta específica de liberação de recursos da ordem de Cz\$ 257 milhões de cruzados, à conta do Finsocial.

Sobre o assunto, ocupei a tribuna do Senado Federal coadjuvando a iniciativa do Professor Aloysio Campos da Paz Júnior, e no dia 25 de março passado, voltei novamente à tribuna a fim de formular um veemente apelo, dirigido ao Ministro de Estado do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, porquanto o projeto elaborado, necessitava da utilização de uma área do Ministério do Exército, considerada tecnicamente necessária a sua plena execução.

Convém, assinalar, nesta oportunidade, que o eminente Ministro Leônidas Pires Gonçalves demonstrou, mais uma vez, a sua excepcional sensibilidade e interesse no concernente ao atendimento de uma das necessidades básicas das populações nordestinas — cerca de 45 milhões de brasileiros que do Maranhão à Bahia, reivindicam a construção do aludido Hospital, ou seja um empreendimento semelhante ao que funciona em Brasília, o hospital Sarah Kubitschek, mantido pelo Instituto Nacional de Medicina do Aparelho Locomotor, integrante da Fundação das Pioneiras Sociais, criada pela Lei nº 3.736, de 22 de março de 1960, supervisionado pelo Ministério da Saúde.

A decisão favorável do Ministro de Estado do Exército deve ser enaltecida pelas dimensões das suas benéficas consequências e vem acrescentar à gloriosa tradição das nossas Forças Armadas, mais em serviço exponencial prestado à saúde e ao bem-estar do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg)  
— Tem a palavra o nobre Senador Mauro Borges.

**O SR. MAURO BORGES** (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho a honra de ocupar a tribuna do Senado para saudar os novos companheiros do Partido Democrata Cristão.

Na impossibilidade de fazer saudações nominais aos milhares, de brasileiros que procuram

o Partido Democrata Cristão como o melhor caminho para a evolução da democracia brasileira, faço referência especial ao Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes, e aos deputados federais e estaduais que passaram a apoiar a Democracia Cristã. É de se ressaltar que com 12 deputados estaduais, o PDC passa a ser majoritário na Assembleia Legislativa do Amazonas.

O Governador Amazonino Mendes é o primeiro governador de Estado a deixar o PMDB e ingressar no PDC.

É justo também ressaltar o grande desenvolvimento do PDC nos Estados do Piauí, Goiás e Minas Gerais onde possuem destacada participação política.

Dentro em poucos dias teremos o prazer de anunciar grandes adesões de líderes políticos de vários Estados, no PDC.

Não se pode negar o profundo desgaste e esvaziamento dos chamados grandes partidos.

Graças ao magnetismo político de sua sigla e ao seu programa, o PDC é o partido que mais cresceu de 1986 para cá.

Não posso deixar de fazer registro especial da vinda do Deputado Federal João da Mata, da Paraíba, para o nosso partido.

O PDC tem tido brilhante papel na elaboração da Constituição.

Neste mês de maio realizaremos as convenções regionais para formação dos diretórios regionais e suas comissões executivas. No mês de junho teremos estruturado o Diretório Nacional com sua Comissão Executiva.

O PDC terá agora o seu registro definitivo e será mais uma estrela no firmamento político brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg)  
— Tem a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Basta repassar as páginas do noticiário nos últimos meses para se chegar à conclusão de que a situação do setor elétrico nacional está a exigir medidas eficazes da parte do Poder Executivo e a reclamar a atuação firme do Congresso com o objetivo de fazer chegar ao conhecimento da sociedade a emergência e a gravidade da crise neste setor. Crise essa tanto mais grave na medida em que, originando-se de um quadro multifacetado e multilateral, amplia-se e se avoluma em decorrência de movimento inercial próprio.

A precária situação financeira de alguns segmentos estatais da economia — merecendo menção especial os segmentos industriais básicos de siderurgia e energia elétrica — é por demais conhecida já há bastante tempo, levando até a pensar que sua deterioração não é mais, ou nunca foi, fruto do acaso ou da perversidade da conjuntura econômica, mas fruto de um designio perversamente engendrado, a partir do início desta década, objetivando torná-los instáveis e sem sustentação.

Atenho-me à análise do setor elétrico, que tem sido o freqüentador mais assíduo das páginas de nossa imprensa nos últimos dois anos. Para o Nordeste, 1987 iniciou-se à sombra do espectro

do racionamento de energia, uma pedra a mais no caminho de sua sofrida e intermitente industrialização, compreensível se fosse apenas mais uma das consequências da seca e não decorresse de uma série de atrasos, erros e desacertos da política econômica e setorial que, de resto, vêm sendo, há muito, comuns a todo o País, aos quais pretendo retomar no desenrolar deste discurso.

Durante o ano passado, a direção da Eletrobrás dispendeu consideráveis recursos gerenciais na busca de solução para a dívida de empresas estaduais ligadas ao sistema elétrico, que passaram a não recolher os recursos da Reserva Geral de Reversão — RGR —, e da Reserva Geral de Garantia — RGG —, já cobrados e recebidos do consumidor final. Esta dívida, Srs. Senadores, ultrapassa a cifra dos 100 bilhões de cruzados e, segundo o testemunho do Presidente de Fumas, o ex-Ministro Camilo Pena, é responsabilidade dos Estados mais ricos das Regiões Sul e Sudeste, bem como do Centro-Oeste. A esta apropriação indevida, nos termos da legislação vigente, vêm algumas companhias distribuidoras estaduais agregar os prejuízos pelo atraso no recolhimento aos cofres das empresas geradoras — especialmente Furnas — de consideráveis recursos já recebidos pelo fornecimento da energia. Neste rol incluem-se as duas companhias paulistas, Cesp e Eletropaulo, as quais, segundo a mesma fonte, mantinham um débito para com Fumas, acumulado até julho/87, superior a cinco bilhões de cruzados.

Termina 1987 e inicia-se 1988 com a sombria perspectiva de racionamento, não apenas no Nordeste, mas agora no Centro-Sul, a partir de 1993, face ao descompasso do orçamento de investimento das empresas que compõem o grupo Eletrobrás. Sobre uma proposta de 409 bilhões, reduzida pela própria empresa **holding** para 315 bilhões, o Governo Federal — leia-se Seplan — reduzindo os valores a 251 bilhões de cruzados, mutila, de certo modo, e imobiliza o programa de investimentos de longo prazo do setor. De novo é o Presidente de Fumas, diante de uma platéia repleta e responsável, da Associação Comercial de São Paulo, a afirmar que, mesmo recomendando hoje os investimentos, face ao atraso já verificado nos programas, faltará energia elétrica em São Paulo dentro de quatro anos.

Para concluir o infame noticiário, extrapolamos limites da retórica a ameaça feita pelos empreiteiros, no mês de março, de paralisação das obras de Xingó, face a não-liberação de recursos orçamentários destinados àquela usina, representando maior risco de **black out** em todo o Nordeste, a médio prazo. Desta vez, entra em cena o Sr. Ministro da Fazenda, o mesmo que, em dobradinha com o Ministro-Chefe da Seplan — e maestro da ópera "Tudo Pelo Social" — a bem da contenção da voracidade inflacionária, determinou novos cortes nos orçamentos das estatais, neles incluindo-se, com bastante destaque, o do setor elétrico.

A este propósito, o Presidente da Chesf, José Carlos Aleluia, que está negociando com o Governo Federal a liberação dos Cz\$ 11 bilhões que a Eletrobrás deve à Campanha, informou, em declarações recentes à imprensa, que 500 trabalhadores já foram demitidos por falta de recursos, sendo iminente a paralisação das obras da hidrelétrica de Xingó. Segundo o Presidente da Chesf,

além do aspecto social, o atraso nas obras implicará novo racionamento de energia no Nordeste, no início da década de 90.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os fatos que acabamos de mencionar são importantes como elementos da diagnose do setor elétrico. Todavia, representam meros sintomas de um quadro de debilitação generalizada; erupções amenas de um organismo infeccionado, sujeito de experimentações que fariam honra a aprendizes; aflorações de imensa jazida apenas parcialmente dimensionada ou, como diriam os economistas, elementos conjunturais indicativos de uma estrutura em desagregação.

O problema é tanto mais sério quando se lembra que o médio prazo neste setor gira em torno de oito a dez anos, significando que as medidas decididas hoje com o objetivo de sanear os efeitos dessa desagregação estrutural só teriam pleno efeito na economia após decorridos alguns anos.

O sistema Eletrobrás, compreendendo, de um lado, as empresas controladas, geradoras, geradoras regionais — Eletronorte, Chesf, Furnas, Eletronor, Light e Escelsa — e as empresas coligadas estaduais como a Cesp, Cemig e mais outras, embora se admita deva estar perfeitamente afinado no conceito econômico da administração federal, tem-se tornado, como outras grupos estatais, instrumento passivo de política econômica e, mesmo, de interesses políticos secundários.

De grande relevância são as questões referentes à capitalização e às tarifas da energia elétrica, inter-relacionadas e interdependentes, as quais, a cada rodada do manejo econômico, aprofundam a crise do setor.

A questão da capitalização liga-se à questão do endividamento e dos investimentos do setor. Assim é que, a partir, principalmente, do início do Governo Figueiredo, o segmento estatal passou a ser utilizado como instrumento de captação de recursos externos, especialmente no chamado esquema vinculado: para cada dólar emprestado, obrigava-se a empresa a comprar outro tanto de equipamento, muitas vezes em completo descompasso com o ritmo de implantação do projeto e em detrimento da produção nacional do mesmo tipo de equipamento.

É o caso específico da usina de Itaparica, cujos equipamentos, adquiridos no estrangeiro, antes do início das obras, só foram instalados dez anos após, com os custos da inversão financeira, do armazenamento, dos riscos de deterioração e obsolescência correndo à conta da empresa e do País. O resultado aí está: o endividamento externo do setor elétrico está ao redor de 24 bilhões de dólares, representando cerca de 20% da dívida externa brasileira.

Paralelamente ao endividamento externo, o endividamento interno completa o quadro deprimente de descapitalização que compromete a quase totalidade da receita operacional do setor.

E me perguntaria, Srs. Senadores, quais as causas instrumentais de tal situação? Como fundamento estaria, como já o disse, a mistura indevida da economia da empresa no caldeirão da política econômica governamental. Instrumentalmente utiliza-se, então, na gestão da dívida externa, o endividamento da empresa; na gestão do déficit público, os cortes nos recursos do Tesouro que se destinariam ao capital da empresa e, conseqüentemente, ao seu programa de investimento;

na gestão de uma suspeita política de incentivos e subsídios, a pauperização da tarifa de energia elétrica, que, por coincidência, vai ser de novo penalizada, como arma no combate à inflação, levando à falência da receita operacional da empresa. Quem pode agüentar, Srs., maquiagem tão mefistofélica? Parece surrealista, esse quadro, mas será, por acaso, irreal? Estará ultrapassado este modelo? Em benefício da redução do consumo do petróleo e da redução da conta de importação desse produto, criou-se, há anos, o programa de energia garantida por tempo indeterminado — O EGTD —, incentivando, ainda hoje, o uso da eletrotermia nos Estados do Sul, a um custo cerca de cinco vezes inferior ao da tarifa normal.

Como exemplo de "subsídios irresponsavelmente alocados" — na expressão do nobre Senador Teotônio Vilela Filho, em discurso nesta Casa, há quase um ano — vale lembrar o caso das empresas Albrás, localizada no Pará, e da Alumar, no Maranhão, que receberam energia a tarifa que corresponde a 32% e 37%, respectivamente, do custo real, em detrimento do consumo de todo o Nordeste, que está sujeito a racionamento. Ora, isto é fruto de um modelo exportador falido e ultrapassado.

"De cada tonelada de alumínio que exportamos, continua o ilustre Senador, o Brasil perde, em cruzados, o equivalente a 450 dólares por conta dos subsídios às duas empresas, ou seja, para bancar o fluxo positivo de divisas para as exportadoras de alumínio, o setor elétrico banca um fluxo negativo. Para engordar a conta em dólares das exportadoras de alumínio, comprometemos todo o setor elétrico nacional."

Pergunta-se, então, como se não fosse sabido ou não se pudesse adivinhar, quais as conseqüências de tudo isto? Para o setor, é o déficit operacional, o endividamento descabido; é a carga de juros extorsivos, grande parte deles de curto prazo, pagos a um sistema bancário voraz e impatriótico; é o atraso nos programas de investimento do setor elétrico para o setor produtivo, as perdas decorrentes dos riscos de racionamento e dos atrasos no pagamento das obras e dos suprimentos. Para a sociedade, é a deficiência no serviço, a carência no fornecimento, o racionamento e, sobretudo, a socialização do prejuízo, o "pagar a conta." Para os gestores das empresas, a humilhação do gesto do "pires na mão", tentando explicar o inexplicável aos emperdigados perpetradores da política econômica. E para o corpo técnico do setor, a pecha da ineficiência, a decomposição salarial, o desestímulo face a tamanha estupidez.

Em documento apresentado ao Ministério das Minas e Energia, em 1985, a Eletrobrás demonstrava que a geração de recursos decorrente da receita tarifária havia caído de 59%, em 1975, para 33% do total de recursos do setor, em 1983. Em conseqüência, no mesmo período, as parcelas destinadas a investimento caiu de 75% para 48% do total de aplicações, enquanto o serviço da dívida subia de 15% para 49% do total de aplicações. Ora, é preciso recordar que os níveis tarifários da energia elétrica, por força legal, desde o decreto que implantou o Código de Águas em 1934, devem ser tais que remunerem os investi-

mentos à taxa entre 10% e 12%, permitindo assim a continuidade do suprimento de energia elétrica e a ampliação do parque gerador e dos sistemas de transmissão e geração, em correspondência com as expectativas do crescimento demográfico e as exigências do desenvolvimento econômico.

Posteriormente, consagrou-se o princípio legal no preceito constitucional do art. 167 que estabelece:

"A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo:

I —

II — tarifas que permitam a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato."

É oportuno lembrar, a propósito, que o fiscal do cumprimento de tal dispositivo tem sido o Banco Mundial, o qual, reiteradas vezes, vem-se batendo, com pouco êxito, junto às autoridades governamentais, pela manutenção de tarifas do serviço de energia elétrica (e também dos produtos siderúrgicos) que representem remuneração real e suficiente dos investimentos. Apesar do prestígio e da força moral da mais importante instituição de crédito e fomento internacional, o Governo faz-se de surdo e promete mais cortes no orçamento de investimento, a bem do déficit público e, possivelmente, a "minimização" dos efeitos da tarifa elétrica na escalada de preços.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, admito que o setor elétrico, assim como todo o modelo energético nacional, está ultrapassado, desarticulado, ressentindo mesmo do chamado cansaço estrutural, exigindo esforço de reformulação. Este trabalho, entretanto, deverá ser, a meu ver, levado a efeito no contexto de uma reorganização do modelo gerencial-econômico federal, ampla e profunda, nos moldes daquele resultante do Decreto-Lei nº 200, de 1967, elaborado no final do Governo do Presidente Castelo Branco, cuja eficácia se esgotou por força do progresso e do próprio tempo.

O setor elétrico não pode, entretanto, esperar pelas vicissitudes de tal reforma. Ao cotidiano "apagar de incêndio" tem-se dedicado a administração setorial, em considerável desperdício de recursos humanos e desgaste moral da direção empresarial que, segundo crítica do próprio Banco Mundial, deveria estar-se dedicando à enorme tarefa de administrar o desenvolvimento da oferta de energia elétrica como insumo do mais fundamental valor econômico. Entretanto, como é do conhecimento de todos nós, o setor elétrico, dirigido por homens de probidade inquestionável e habilitação técnica conquistada na experiência e na vivência dos problemas setoriais, sempre se empenhou na elaboração de planos que têm permitido lançar a ponte entre as realizações presentes e o futuro. Nos dois últimos anos, contamos com o Plano de Recuperação Setorial — PRS, de 1985; o Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste e o Programa Governamental de Conservação de Energia Elétrica — PROCEL — ambos de 1987, e, já no corrente ano, o Plano Nacional de Energia Elétrica — 1987 — 2010, ou "Plano 2.010", a ser aprovado pelo Presidente da República.

Em conjunto esses documentos apresentam alguns testemunhos preocupantes.

Primeiramente, o fantasma do racionamento de energia elétrica, o curto, médio e longo prazos, face à incompetência e inércia com que têm sido, muitas vezes, tratados em alto nível do Governo, os problemas e os apelos do setor.

O Brasil corre riscos de reviver os racionamentos dos trágicos anos cinqüenta, se não forem respeitados os orçamentos anuais e os planos de médio e longo prazo de investimento, não apenas na construção de novas usinas, mas também na transmissão e distribuição de energia elétrica.

A transmissão, com efeito, pode representar gargalos sérios no fornecimento energético, como aconteceu no Nordeste no ano passado, por falta de linhas até a usina de Tucuruí. O problema da transmissão da energia de Itaipu só agora está sendo equacionado, tendo representado considerável risco para toda a Região Centro-Sul. A Eletrobrás vem dando prioridade às obras já iniciadas, postergando o início de obras que não sejam absolutamente necessárias. Mas, assim, mesmo, apesar do programa mínimo do Plano de Recuperação, o investimento de 1987, que deveria ter atingido US\$ 2,9 bilhões, foi cortado em 600 milhões de dólares, levando ao atraso nas obras de dez das 18 usinas que se iniciaram nesse ano, com a conclusão prevista entre 1991 e 1994. Só aí são cerca de 4.000 Mw que não estarão disponíveis no prazo pre-estabelecido.

No corrente ano, prevê-se o início de oito usinas e, pelo menos uma delas já teve o início das obras postergado. Se incluirmos os atrasos nas Usinas de Angra II e III, chegaremos à lamentável constatação de que, dos 18.000 Mw de potência que seriam instalados no período 1990 a 1995, 50% têm suas obras retardadas, por falta de recursos, elevando o coeficiente de risco de racionamento para 20%, quando o aceitável está em 5%.

E aqui chegamos, Srs. Senadores, ao segundo dos testemunhos preocupantes, comuns aos planos já mencionados: é enorme a demanda de recursos necessários ao investimento no setor elétrico. Segundo o "Plano 2010", da Eletrobrás, a oferta de energia elétrica tem que crescer 6,5% ao ano, triplicando, no período coberto pelo plano a capacidade instalada em 1986, ou seja, 42.700 Mw. Isto representaria investir cerca de 32 bilhões de dólares no quinquênio 1987-1991, distribuídos em geração, transmissão, distribuição e instalações gerais.

Até o presente, menos de 25% das fontes desses recursos estão assegurados. As obras já se atrasaram em 1987, por falta de recursos e, hoje, maio de 1988, só se fala em cortes orçamentários.

O setor elétrico, além do programa de investimentos para o futuro, necessita de recursos para sanear suas finanças, mediante a capitalização e a consequente redução do endividamento e do serviço da dívida que compromete toda a receita operacional e o programa de investimento. Algo precisa ser feito e, entretanto, Srs. Senadores, aqui chegamos ao ponto em que "à estocada junta-se a calúnia". O Governo, parece, só tem dinheiro para aventuras.

O povo já está pagando a infame Ferrovia Norte-Sul, que nunca teve seus gastos suspensos apesar dos escândalos. Até maio do ano passado já haviam sido pagos aos consultores cerca de 6 milhões de dólares, e para este ano já estão

inicialmente orçados (digo inicialmente, porque depois virão créditos suplementares de recursos retirados de outros setores), oito bilhões de cruzados que, a preços de hoje, são cerca de 60 milhões de dólares, pouca coisa quando comparados com o custo total de US\$ 2,4 bilhões previstos para essa obra não prioritária.

A sociedade pagou a aventura da "Operação Patrícia", em que o IBC, órgão da área do MIC, perdeu numa irresponsável cartada a irrisória quantia de 115 milhões de dólares. E agora estamos todos querendo saber quem pagará o programa "Tudo Pelo Social", dentro do qual as Secretarias de Ação Comunitária e de Planejamento, ligadas à Presidência da República, andaram distribuindo alguns bilhões de cruzados a título gratuito, a fundo perdido, a título de intermediação, etc.

Tais recursos poderiam estar aplicados em investimentos, em estudos para a reformulação institucional da área energética, em pesquisas no setor elétrico onde as perdas entre o potencial do reservatório hidrelétrico e o consumo final chegam ainda a 70%.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as conclusões que podemos tirar, ao analisar a situação do setor elétrico nacional, são estarrecedoras! A irresponsabilidade com que o setor foi relegado a segundo plano nos últimos anos é inadmissível.

Não podemos assistir calados ao colapso desse setor básico, que irá comprometer nosso futuro econômico. Temos de exigir do Governo Federal medidas imediatas, que já chegam com atraso de anos, para reestruturar o setor. Caso contrário, estaremos sendo coniventes com esse verdadeiro crime contra a sociedade brasileira, que inviabilizará nosso crescimento econômico, comprometendo nosso desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto.

**O SR. CARLOS ALBERTO** (PTB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É de lamentar que, até agora, o Governo não tenha alcançado o êxito, por todos desejados, em sua luta incessante para combater a inflação e suas desastrosas consequências sobre o padrão de vida de grande parte da população brasileira.

Sei o quanto é fácil e cômodo, nos dias atuais, destilar críticas (muitas vezes e quase sempre necessárias) às medidas de ordem econômica que as autoridades têm tido que adotar nessa luta inglória contra o acelerado crescimento inflacionário.

Mas não é esta a motivação que me traz hoje a esta tribuna.

Antes, me proponho a um apelo à reflexão. Representando um dos Estados mais pobres e menos assistido deste País, alimente-me e, ao mesmo tempo, me constrange, a convivência cotidiana com milhares de conterrâneos condenados a viver numa situação de mais absoluta penúria.

São famílias inteiras que, ano após ano, não sabem o que é teto, uma oportunidade de trabalho, e até mesmo um prato decente de comida.

Essa multidão de famintos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, clama desesperada pelo resgate da enorme dívida social de que é credora perante a Nação.

Pois bem, motiva-me a necessidade inadiável de conchamar as autoridades econômicas deste País para a premente necessidade de refletir sobre o seguinte: milhares de brasileiros já não dispõem de condições, nem físicas, nem emocionais, para resistir a uma carga ainda maior de sacrifícios e privações. Ou seja, a indispensável e urgente redução do déficit público tem que ser concretizada não somente sem penalizar ainda mais brasileiros que já vivem em situação de miséria absoluta, mas também sem usurpar desses mesmos compatriotas a única chama através da qual ainda conseguem manter-se vivos: a chama da inquebrável esperança de que um dia haverá um Mundo melhor.

É essa constatação que me leva a pedir às autoridades econômicas que revejam com sensibilidade os seus planos de conter o déficit público eliminando ações governamentais que contempnam, exatamente, essa faixa da população.

Está na hora de o Brasil se lembrar dos seus pobres. Se persistirmos em esquecê-los, haverá um preço muito alto a pagar no futuro. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

**O SR. ALFREDO CAMPOS** (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Manifestando minha profunda estranheza e mesmo estupefação, dirigi telex ao Ministro Reinaldo Tavares protestando, em termos cordiais, mas veementes, contra o desvio do trecho inicial da Ferrovia Leste-Oeste para o Estado de São Paulo, em detrimento dos mais legítimos interesses dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Minas Gerais.

Por algum motivo, até então inexplicável, o único beneficiário de todo o escoamento de minério e grãos provenientes do interior brasileiro seria o porto de Santos, em visível e incompreensível discriminação contra os portos do Rio de Janeiro, Sepetiba e Tubarão, não cogitados sequer como opção.

Comuniquei inclusive a S. Ex<sup>a</sup> estar mobilizando governantes, empresários e lideranças políticas dos Estados discriminados, no sentido de que interesses estaduais não se sobreponham aos regionais e nacionais.

O projeto original previa a ligação de Cuiabá a Vitória, o que permitiria o escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste por Tubarão, um porto moderno e capaz de receber navios de maior tonagem, com vantagem, por tornar viável a utilização alternativa dos portos do Rio de Janeiro e Sepetiba, incluindo-se também o próprio porto de Santos.

Ao que se sabe, Tubarão, para cuja realização o País investiu, durante longos anos, consideráveis recursos, visando à criação de um corredor de exportação para o atendimento das novas fronteiras agrícolas, paralelamente ao escoamento de minérios, comporta a destinação ora pretendida.

A decisão anunciada pelo Ministério dos Transportes, caso se confirme, não foi antecipada de

um amplo debate, extremamente necessário ao próprio princípio de uma sadia negociação política.

Já comuniquei ao Governador Newton Cardoso, do meu Estado, e aos Parlamentares mineiros junto à Constituinte, que irei lutar contra o desvio da Ferrovia Leste-Oeste, em nome principalmente dos interesses de Minas.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, mantenho a confiança no alto espírito patriótico do Ministro Reinaldo Tavares. Isso me dá a absoluta certeza de que a decisão final se fará, como era de se esperar, baseada no mais efetivo sentido de justiça, e em nome da convivência harmoniosa entre os responsáveis diretos e indiretos pelos destinos da Nação. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Embasado no § 4º do art. 180, essa Presidência vai encerrar a sessão.

Antes, contudo, convoca sessão conjunta solene, a realizar-se no próximo dia 12, às 16 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o transcurso do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil.

#### O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 50 minutos.)

#### (\*) ATO DO PRESIDENTE Nº 021, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve exonerar João Orlando Barbosa Gonçalves do cargo em comissão de Diretor da Secretaria de Divulgação e de Relações Públicas, Código SF-DAS-101.5, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

#### (\*) ATO DO PRESIDENTE Nº 48, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002168-87-1, resolve aposentar, voluntariamente, Alberto Moreira de Vasconcelos, Técnico Legislativo, Classe "Especial", referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, ocupante do cargo em comissão de Consultor-Geral, código SF-DAS-102.4, nos termos dos artigos 101, inciso III, 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos I e V, 437, 438 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº

358, de 1983, e artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos integrais, correspondentes ao vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente, na forma do artigo 2º, § 2º, da Lei nº 6.323, de 1976, aplicada no Senado Federal pela Resolução SF nº 21, de 1980, com a alteração prevista no Decreto-Lei nº 2.270, de 13 de março de 1985, observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de fevereiro de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### (\*) ATO DO PRESIDENTE Nº 103, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, e de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta no Processo nº 001316/87-7, resolve, autorizar a contratação sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do Senhor Wilson José Lopes Darella, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 1º de fevereiro de 1987, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nelson Wedekin.

Senado Federal, 18 de março de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### (\*) ATO DO PRESIDENTE Nº 113, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973 e revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, e de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta no processo nº 004154/87.8, resolve: autorizar a contratação sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço da Senhora Ana

Maria Barbosa de Leiros para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 1º de fevereiro de 1987, com lotação e exercício no Gabinete do Senhor Senador Lourenberg Nunes Rocha.

Senado Federal, 9 de abril de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### (\*) ATO DO PRESIDENTE Nº 126, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação da competência que-lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, vigorante pelo Ato nº 22, de 1983, da Comissão Diretora, e de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do processo nº 005655/87-0, resolve: dispensar o Senhor Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, do emprego de Assessor Técnico, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a partir de 1º de abril de 1987.

Senado Federal, 5 de maio de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### (\*) ATO DO PRESIDENTE Nº 133, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno e considerando o disposto na Lei nº 7.432, de 18 de dezembro de 1985, tendo acolhido a fundamentação apresentada na Proposta de Ajustamento do Orçamento Próprio do FUNSEN nº 001, de 1987, resolve, "ad referendum" da Comissão Diretora:

Art. 1º Ajustar o Orçamento da Receita do Fundo Especial do Senado Federal — FUNSEN, de modo a acrescê-lo em Cr\$ 25.400.000,00 (vinte e cinco milhões e quatrocentos mil cruzados), mediante as alterações a seguir indicadas, passando o mesmo a totalizar o montante de Cr\$ 153.400.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e quatrocentos mil cruzados), no exercício de 1987.

RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR EM CZ\$
1000.00.00	RECEITA CORRENTES		49.500.000,00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		
1300.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIAS	90	420.000,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
1711.01.00	Transferências da União — Saldos do Orçamento do Senado Federal (1986)	90	31.086.791,38
1711.09.00	Outras Transferências da União — Saldos do FUNSEN em 31.12.86	90	14.657.817,40
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	90	300.000,00
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
1920.01.00	Diversas Indenizações e Restituições	90	700.000,00
1920.02.00	Participação dos Serv. no PIS/SSAMS	90	980.000,00

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 10-3-87.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 10-3-87.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 20-3-87.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 14-4-87.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 7-5-87.

(\*) Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 26-5-87.

RUBRICA	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR EM CZ\$
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS		
1990.01.00	Saldo dos Exercícios Anteriores	90	100.000,00
1990.02.00	Cancelamento dos Restos a Pagar	90	1.055.391,22
1990.03.00	Outras Receitas Diversas	90	200.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		103.900.000,00
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	90	3.500.000,00
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
2411.01.00	Transferências da União — Saldos do Orçamento do Sen. Federal (1986)	90	84.136.555,57
2411.09.00	Outras Transferências da União — Saldos do FUNSEN em 31.12.86	90	15.691.076,03
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS		
2590.01.00	Saldos de exercícios anteriores	90	50.000,00
2590.02.00	Cancelamento de Restos a Pagar	90	422.368,40
2590.03.00	Diversas Outras Receitas de Capital	90	100.000,00
	TOTAL DA RECEITA		153.400.000,00

Parágrafo Único — Como fonte compensatória para os acréscimos discriminados neste artigo, ficam indicados:

a) o excedente verificado entre as transferências previstas do Orçamento do Senado Federal para o FUNSEN e as efetivamente realizadas, ao final do exercício de 1986, perfazendo o total de

Cz\$ 25.223.346,95 (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis cruzados e noventa e cinco centavos);

b) a diferença positiva entre os valores estimados como saldos do FUNSEN ao final do exercício e os efetivamente apurados em 31.12.86, representando acréscimo de Cz\$ 198.893,43 (cento

e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e três cruzados e quarenta e três centavos).

Art. 2º Ajustar o Orçamento da Despesa do FUNSEN, de modo a incorporar ao mesmo os acréscimos derivados da reestimativa da receita, com o seguinte desdobramento em termos de detalhamento dos gastos pela natureza da despesa:

Rúbrica	Especificação	Valor em Cz\$
3120.00.00	Material de Consumo	10.500.000,00
3131.00.00	Remuneração de Serviços Pessoais	1.000.000,00
3132.00.00	Outros Serviços e Encargos	21.400.000,00
3192.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	800.000,00
4110.00.00	Obras e Instalações	84.600.000,00
4120.00.00	Equipamentos e Mat. Permanente	24.000.000,00
4192.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00
4250.00.00	Aquis. Tit. Rep. Cap. já Integralizado	2.000.000,00
4313.00.00	Contribuições a fundos	9.000.000,00
	TOTAL DA DESPESA	153.400.000,00

Art. 3º Aprovar alterações no desdobramento do Programa de Trabalho do FUNSEN, que passa a apresentar a seguinte estrutura analítica:

Subatividade/Natureza da Despesa	Valor em Cz\$
02.09.0101001.4000.950 — Suporte à Ação Legislativa	
3120.00.00 Material de Consumo	10.500.000,00
3131.00.00 Remuneração de Serviços Pessoais	1.000.000,00
3132.00.00 Outros Serviços e Encargos	10.400.000,00
3192.00.00 Despesas de Exercícios Anteriores	800.000,00
4120.00.00 Equipamentos e Mat. Permanente	4.000.000,00
4192.00.00 Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00
TOTAL	26.800.000,00
02.09.0101001.4000.951 — Edificações e Instalações para o Senado Federal	
4110.00.00 Obras e Instalações	84.600.000,00
TOTAL	84.600.000,00
02.09.0101001.4000.952 — Reequipamento e Reaparelhamento de Unidades	
4120.00.00 Equipamentos e Mat. Permanente	18.000.000,00
TOTAL	18.000.000,00
02.09.0101001.4000.953 — Habitação para Servidores	
4313.00.00 Contribuições a Fundos	9.000.000,00
TOTAL	9.000.000,00



Rúbrica	Especificação	Valor em Cz\$
02.09.0101001.4000.954	— Assistência Méd. e Social	
3132.00.00	Outros serviços e Encargos	6.000.000,00
4120.00.00	Equipamentos e Mat. Permanente	2.000.000,00
	TOTAL	8.000.000,00
02.09.0101001.4000.955	— Serviços Postais e de Telecomunicações	
3132.00.00	Outros Serviços e Encargos	5.000.000,00
4250.00.00	Aq. Tit. Rep. Cap. já Integralizado	2.000.000,00
	TOTAL	7.000.000,00

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.  
Senado Federal, em 20 de maio de 1987.

#### (\*)ATO DO PRESIDENTE Nº 151, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973 e

revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, e de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta no processo nº 010007/87-3, resolve: autorizar a contratação sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do Senhor Miguel

de Souza Carneiro, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 26 de maio de 1987, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nelson Carneiro.

Senado Federal, 12 de junho de 1987. —  
Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

(\*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II), de 18-6-88

## **MESA**

### **Presidente**

Humberto Lucena — PMDB-PB

### **1º-Vice-Presidente**

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

### **2º-Vice-Presidente**

Lourival Baptista — PFL-SE

### **1º-Secretário**

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

### **2º-Secretário**

Odacir Soares — PFL-RO

### **3º-Secretário**

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

### **4º-Secretário**

João Castelo — PDS-MA

### **Suplentes de Secretário**

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

## **LIDERANÇA DA MAIORIA**

### **Líder**

Rachid Saldanha Derzi

### **Vice-Líderes**

João Menezes

Leopoldo Peres

Edison Lobão

João Calmon

Carlos Alberto

## **LIDERANÇA DO PMDB**

### **Líder**

Fernando Henrique Cardoso

### **Vice-Líderes**

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

Ronaldo Aragão

Cid Sabóia de Carvalho

## **LIDERANÇA DO PFL**

### **Líder**

Marcondes Gadelha

### **Vice-Líderes**

Edison Lobão

## **LIDERANÇA DO PDS**

### **Líder**

Jarbas Passarinho

### **Vice-Líderes**

Roberto Campos

Virgílio Távora

## **LIDERANÇA DO PDT**

### **Líder**

Maurício Corrêa

## **LIDERANÇA DO PSB**

### **Líder**

Jamil Haddad

## **LIDERANÇA DO PMB**

### **Líder**

Ney Maranhão

## **LIDERANÇA DO PTB**

### **Líder**

Afonso Camargo

### **Vice-Líder**

Carlos Alberto

## SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

#### Titulares

Albano Franco  
Francisco Rollemberg  
Irapuan Costa Júnior  
Leite Chaves  
Luiz Viana  
Nelson Carneiro  
Nelson Wedekin  
Saldanha Derzi  
Severo Gomes

#### Suplentes

Aluizio Bezerra  
Chagas Rodrigues  
Cid Sabóia de Carvalho  
Vago  
João Calmon  
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel  
João Lobo  
José Agripino

Divaldo Suruagy  
Edison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho  
Lavosier Maia

PL

Itamar Franco

PSB

Jamil Haddad

**Assistente:** Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 11:00 horas

**Local:** Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho

— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

#### Titulares

Pompeu de Sousa  
Meira Filho  
Mauro Benevides  
Saldanha Derzi  
Albano Franco  
Iram Saraiva  
Chagas Rodrigues

#### Suplentes

Ronan Tito  
Aluizio Bezerra  
Francisco Rollemberg  
Mansueto de Lavour

PFL

Alexandre Costa  
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavosier Maia

PDC

Mauro Borges

**Assistente:** Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

**Reuniões:** Terças-feiras, às 19:00 horas

**Local:** Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

#### Titulares

Alfredo Campos  
Chagas Rodrigues  
Ronaldo Aragão  
Lourenberg Nunes Rocha  
Wilson Martins  
José Paulo Bisol  
Cid Sabóia de Carvalho  
Aluizio Bezerra  
Iram Saraiva

#### Suplentes

Nelson Carneiro  
Leite Chaves  
Mauro Benevides  
Márcio Lacerda  
Raimundo Lyra  
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel  
Afonso Arinos  
Guilherme Palmeira

João Menezes  
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Vago

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

**Assistente:** Vera Lúcia Nunes — Ramais: 3972 e 3987

**Reuniões:**

**Local:** Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli

Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

#### Titulares

Almir Gabriel  
José Paulo Bisol  
Mendes Canale  
Nelson Wedekin  
Ruy Bacelar  
Ronan Tito  
Mauro Benevides  
Leite Chaves  
Wilson Martins  
João Calmon

#### Suplentes

Márcio Lacerda  
Severo Gomes  
Iram Saraiva  
Albano Franco  
Luiz Viana  
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos  
José Agripino  
Guilherme Palmeira  
Carlos Chiarelli

Odaírc Soares  
Divaldo Suruagy

#### PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos  
Virgílio Távora  
Carlos Alberto

Mário Maia  
Afonso Camargo

**Assistente:** Goitacaz Brasão P. de Albuquerque — Ramal: 4026

**Reuniões:** Quarta-feira, às 10:00 horas

**Local:** Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4344

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

Semestral .....	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso .....	6,00

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

Semestral .....	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso .....	6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.  
CEP: 70 160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

# **CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS**

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está publicando a série **Constituições Estrangeiras**, com índice temático comparativo.

Volume 1 — República Democrática da Alemanha, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia.....	Cz\$ 300,00
Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua.....	Cz\$ 200,00
Volume 3 — Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe.....	Cz\$ 300,00
Volume 4 — Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.	Cz\$ 300,00
Volume 5 — Áustria e Iugoslávia.....	Cz\$ 500,00

Encomendas pelo reembolso postal ou mediante cheque visado ou vale postal a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (Brasília — DF — CEP 70160)

# **Regimentos das Assembleias Constituintes do Brasil**

**Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal**

**— Edição: 1986 —**

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembleias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

**496 páginas**

**Preço: Cz\$ 150.00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 95

(julho a setembro de 1987)

Está circulando o nº 95 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 360 páginas, contém as seguintes matérias:

— Direitos humanos no Brasil — compreensão teórica de sua história recente — **José Reinaldo de Lima Lopes**

— Proteção internacional dos direitos do homem nos sistemas regionais americano e europeu — uma introdução ao estudo comparado dos direitos protegidos — **Clèmerson Merlin Clève**

— Teoria do ato de governo — **J. Cretella Júnior**

— A Corte Constitucional — **Pinto Ferreira**

— A interpretação constitucional e o controle da constitucionalidade das leis — **Maria Helena Ferreira da Câmara**

— Tendências atuais dos regimes de governo — **Raul Machado Horta**

— Do contencioso administrativo e do processo administrativo — no Estado de Direito — **A.B. Cotrim Neto**

— Ombudsman — **Carlos Alberto Provençiano Gallo**

— Liberdade capitalista no Estado de Direito — **Ronaldo Poletti**

— A Constituição do Estado federal e das unidades federadas — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**

— A distribuição dos tributos na Federação brasileira — **Harry Conrado Schöler**

— A moeda nacional e a Constituinte — **Letácio Jansen**

— Do tombamento — uma sugestão à Assembleia Nacional Constituinte — **Nailé Russomano**

— Facetas da "Comissão Afonso Arinos" — e eu... — **Rosah Russomano**

— Mediação e bons ofícios — considerações sobre sua natureza e presença na história da América Latina — **José Carlos Brandi Aleixo**

— Prevenção do dano nuclear — aspectos jurídicos — **Paulo Affonso Leme Machado**

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas —  
Senado Federal, Anexo I,  
22º andar — Praça  
dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF  
— Telefone: 211-3578

PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
Cz\$ 150,00

Assinatura para 1988  
(nºs 97 a 100): Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.  
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.



# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**  
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**  
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**  
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**  
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**  
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**  
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**  
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**  
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**  
Constituição americana: moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**  
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**  
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**  
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**  
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**  
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**  
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**  
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**  
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**  
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**  
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**  
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**  
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**  
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**  
Casamento e família na futura Constituição brasileira: a contribuição alemã — **João Baptista Villela**  
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**  
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**  
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**  
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**  
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria  
de Edições Técnicas  
Senado Federal,  
Anexo I, 22º andar  
Praça dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF  
Telefones: 211-3578 e  
211-3579

PREÇO DO  
EXEMPLAR:  
Cz\$ 150,00

Assinatura  
para 1988  
(nºs 97 a 100):  
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.  
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

# **CÓDIGO DE MENORES**

**(2ª edição — 1984)**

**Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações**

**532 páginas — Cz\$ 120,00**

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.**

**Atende-se, também, pelo reembolso postal.**